



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO EM LINGUÍSTICA**

**A CONSTITUIÇÃO E A MATERIALIZAÇÃO DO DISCURSO ECOLÓGICO EM
REPORTAGENS DA MÍDIA IMPRESSA BRASILEIRA**

SEVERINO RODRIGUES DA SILVA

Recife-PE
2016

SEVERINO RODRIGUES DA SILVA

**A CONSTITUIÇÃO E A MATERIALIZAÇÃO DO DISCURSO ECOLÓGICO EM
REPORTAGENS DA MÍDIA IMPRESSA BRASILEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Siane Gois Cavalcanti Rodrigues

Linha de Pesquisa: Análises do Discurso

Recife-PE

2016

Catálogo na fonte
Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

S586c Silva, Severino Rodrigues da
A constituição e a materialização do discurso ecológico em reportagens da mídia impressa brasileira / Severino Rodrigues da Silva. – 2016.
129 f.: il., fig.

Orientadora: Siane Gois Cavalcanti Rodrigues.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Letras, 2016.

Inclui referências e anexos.

1. Linguística. 2. Análise do discurso. 3. Imprensa. 4. Jornais. 5. Redação de textos jornalísticos. 6. Ecologia. 7. Semântica geral. I. Rodrigues, Siane Gois Cavalcanti (Orientadora). II. Título.

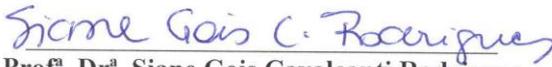
410 CDD (22.ed.) UFPE (CAC 2016-142)

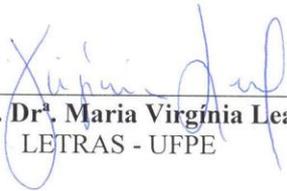
SEVERINO RODRIGUES DA SILVA

**A CONSTITUIÇÃO E A MATERIALIZAÇÃO DO DISCURSO
ECOLÓGICO EM REPORTAGENS DA MÍDIA IMPRESSA
BRASILEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Letras da Universidade Federal de
Pernambuco como requisito para a obtenção do
Grau de Mestre em LINGUÍSTICA, em 16/2/2016.

DISSERTAÇÃO APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA:


Prof.^a. Dr.^a. Siane Gois Cavalcanti Rodrigues
Orientadora – LETRAS - UFPE


Prof.^a. Dr.^a. Maria Virginia Leal
LETRAS - UFPE


Prof.^a. Dr.^a Morgana Soares da Silva
LETRAS - UFRPE/UAG

Recife – PE
2016

*Aos meus pais,
Severino Rodrigues da Silva Sobrinho e Sueli Iolanda Gonçalves,
por serem meus referenciais teóricos sempre.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelas bênçãos e oportunidades colocadas em minha vida.

Aos meus pais, Sr. Severino e Sra. Sueli, por me apoiarem e estarem ao meu lado nos momentos alegres ou difíceis.

A minha orientadora, Profa. Dra. Siane Gois, verdadeira mãe que me acompanha desde a primeira monitoria. Minha admiração e carinho por ela só cresce, exemplo tanto profissional quanto humano.

Às Profas. Dras. Virginia Leal e Morgana Soares, por aceitarem a leitura e arguição deste trabalho. Com toda certeza, suas contribuições enriqueceram minha pesquisa.

A Zaine, ex-professora, agora amiga, pelas aventuras, conversas e risadas.

A André, novo amigo e exemplo de dedicação, pela simplicidade, diálogos e parcerias.

A Vanderlaine, colega de luta, pela estima e boas conversas.

Aos meus companheiros também de mestrado, Ana Carolina, Girllayne, Isaac, Rafael, Sheila, Shirleide e Vanessa pelos divertidos bate-papos e parcerias em disciplinas, trabalhos e viagens.

Ao CNPq pela bolsa concedida, a fim de me dedicar ao desenvolvimento desta pesquisa.

E aos familiares e amigos que não aguentam mais a dissertação como desculpa para nossos encontros e saídas.

RESUMO

O presente trabalho analisa a constituição e a materialização do discurso ecológico em reportagens da mídia impressa brasileira. Bastante atual, esse discurso, que se volta para a preservação dos recursos naturais e para a relação entre homem e natureza, parece ser ainda pouco explorado no campo dos estudos discursivos, disso decorre, então, a relevância desta pesquisa. Ao longo, portanto, desta nossa pesquisa de linha discursiva, buscamos respostas para o seguinte questionamento: *Como se constitui e se materializa o discurso ecológico em reportagens da mídia impressa brasileira?* Para tanto, partimos da análise das capas e reportagens das revistas *Veja* e *Carta Capital* acerca dos dois grandes eventos promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e sediados no Rio de Janeiro: as Conferências das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecidas como *Eco-92* e *Rio+20*. Para analisar de modo pertinente o nosso corpus, temos como objetivos específicos: 1) averiguar como o discurso ecológico se constitui na mídia impressa brasileira, mais especificamente no dizer de *Veja* e *Carta Capital*; 2) refletir como o gênero reportagem inscreve o discurso ecológico dentro da esfera midiática; 3) discutir como condições sociais e histórias de produção diferentes materializam o mesmo discurso de formas distintas; 4) refletir sobre as atualizações e/ou reconfigurações que o discurso ecológico apresenta após vinte anos da *Eco-92*. Nosso embasamento teórico, ancorou-se na Análise do Discurso de Linha Francesa desenvolvida por Maingueneau (1997, 2006, 2008a, 2008b, 2010, 2011) e nas pesquisas sobre o discurso das mídias do semiolinguista Charaudeau (2006). A partir disso, nossos estudos se pautaram, principalmente, na investigação de como o primado do interdiscurso, a semântica global e a prática intersemiótica possibilitariam o entendimento dos efeitos de sentido encontrados nas materialidades linguísticas analisadas. A fim de compreendermos a historicidade do discurso ecológico, ainda recorreremos ao trabalho de Carvalho (2011). A investigação mostrou que o discurso ecológico, ao longo do tempo, passou por atualizações e modificações. Se, no começo das primeiras manifestações a favor do verde, o ser humano era colocado como principal agressor e à margem das preocupações ambientais, passados vinte anos, o tom radical desse discurso se atenuou e o ser humano juntamente com sua condição social de vida passou a ser também cerne dessas preocupações. Antes, preservar a natureza das ações do homem; hoje, preservar a natureza e o próprio homem.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso ecológico. Mídia impressa brasileira. Interdiscurso. Semântica global. Práticas intersemióticas.

RESUMEN

El presente trabajo analiza la constitución y la materialización del discurso ecológico en reportajes de la prensa brasileña. Muy actual, ese discurso, que se vuelve hacia la preservación de los recursos naturales y la relación entre hombres y naturaleza, parece aún ser poco explorado en el campo de los estudios discursivos, por eso la pertinencia de esta pesquisa de línea discursiva que tiene la siguiente pregunta: *¿Cómo se constituye y se materializa el discurso ecológico en reportajes de la prensa brasileña?* Por lo tanto, partimos del análisis de reportajes de las revistas *Veja* y *Carta Capital* acerca de los dos grandes eventos promovidos por la Organización de las Naciones Unidas (ONU) e ocurridos en la ciudad del Rio de Janeiro: las Conferencias de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo, conocidas como *Eco-92* e *Rio+20*. Para analizar de modo pertinente nuestro objeto, tuvimos como objetivos específicos: 1) averiguar como el discurso ecológico se constituye en la prensa brasileña, específicamente en el decir de *Veja* y *Carta Capital*; 2) reflejar como el género reportaje presenta el discurso ecológico dentro de la esfera periodística; 3) discutir como las condiciones sociales e históricas de producción materializan el mismo discurso de modos distintos; 4) reflejar acerca de las actualizaciones y/o reconfiguraciones que el discurso ecológico presenta después de veinte años de la *Eco-92*. Nuestro embasamiento teórico se ancoró en el Análisis del Discurso Francesa hecha por Maingueneau (1997, 2006, 2008a, 2008b, 2010, 2011) y en las pesquisas acerca del discurso de los medios de comunicación del semiolingüista Charaudeau (2006). En seguida, nuestros estudios se pautarán, sobretodo, en la investigación de como el primado del interdiscurso, la semántica global y la práctica intersemiótica posibilitarían la comprensión de los efectos de sentido encontrados en las materialidades lingüísticas investigadas. A fin de comprender la historicidad del discurso ecológico aún recorrimos al trabajo de Carvalho (2011). La investigación mostró que el discurso ecológico a lo largo del tiempo pasó por actualizaciones y modificaciones. Si en el principio con las primeras manifestaciones en favor del verde el ser humano era colocado como principal agresor y se quedaba de lado en las preocupaciones ambientales, después de veinte años, el tono radical de ese discurso se atenuó y el ser humano juntamente con su condición social de vida pasó a ser también cerne de esas preocupaciones. Anteriormente, preservar la naturaleza de las agresiones humanas; ahora, preservar la naturaleza y también el propio hombre.

PALABRAS-LLAVE: Discurso ecológico. Prensa brasileña. Interdiscurso. Semántica global. Prácticas intersemióticas.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: Capa <i>Veja</i> 1992.....	73
FIGURA 02: Capa <i>Veja</i> 2012.....	73
FIGURA 03: Edifícios luxuosos de Las Vegas.....	84
FIGURA 04: População moçambicana.....	84
FIGURA 05: O olhar do orangotango.....	85
FIGURA 06: Praia na Toscana.....	86
FIGURA 07: Favela carioca.....	86
FIGURA 08: O desmatamento.....	93
FIGURA 09: Operação de guerra.....	100

*“Marcha o homem
Sobre o chão
Leva no coração
Uma ferida acesa
Dono do sim e do não
Diante da visão
Da infinita beleza*

*Finda por ferir com a mão
Essa delicadeza
A coisa mais querida,
A glória da vida...*

*Luz do sol
Que a folha traga e traduz
Em verde novo
Em folha, em graça
Em vida, em força, em luz”*

(Caetano Veloso)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	A ANÁLISE DO DISCURSO DE LINHA FRANCESA E SUAS FILIAÇÕES TEÓRICAS.....	17
2.1	O enunciado e o discurso em Michel Foucault.....	21
2.2	Mikhail Bakhtin e a interação verbal	28
2.3	Jacqueline Authier-Revuz e a heterogeneidade do discurso....	34
2.4	Dominique Maingueneau e a gênese discursiva.....	38
3	O DISCURSO MIDIÁTICO.....	53
4.	O DISCURSO ECOLÓGICO.....	66
4.1	O discurso ecológico na revista <i>Veja</i>	72
4.2	O discurso ecológica na revista <i>Carta Capital</i>	88
4.3	<i>Veja x Carta Capital</i>	95
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
	REFERÊNCIAS.....	107
	ANEXOS.....	112

1 INTRODUÇÃO

A Análise do Discurso de Linha Francesa (doravante AD) surgiu como disciplina a partir da década de 1960 e, segundo Maingueneau (2006, p. 02), compreende “um espaço de plano direito dentro das ciências humanas e sociais, um conjunto de abordagens que pretende elaborar os conceitos e métodos fundados sobre as propriedades empíricas das atividades discursivas”. A AD possibilitou a investigação dos enunciados para além dos seus elementos linguísticos. O entorno extralinguístico, a historicidade e própria funcionalidade da materialidade linguística em questão permitiram uma apreensão mais ampla e crítica dos discursos presentes em qualquer sociedade.

Debruçar-se, então, sobre os tipos de discurso que nos rodeiam integra um dos objetivos centrais dos estudos da Análise do Discurso. É importante frisar que, no seu surgimento, a AD esteve mais atrelada às pesquisas de discursos de cunho político ideológico; no entanto, com o decorrer do tempo, a problemática do discurso em outros domínios (patologias da linguagem, textos literários, comunicação social etc), possibilitou também que toda uma gama de numerosos trabalhos fossem construídos a partir das suas noções mais fundamentais. Nesse sentido, a presente pesquisa visa responder ao seguinte questionamento: *Como se constitui e se materializa o discurso ecológico em reportagens da mídia impressa brasileira?* Discurso que, nas últimas décadas, ganhou bastante força nos mais diversos setores da atividade humana, evidenciando a preocupação do homem com a preservação dos recursos naturais e da sua interação com a natureza.

Entretanto, o termo *ecologia* (derivado das palavras gregas: *oikos*, casa; e *logos*, estudo) nasceu na segunda metade do século XIX, mais precisamente com a proposta, feita pelo biólogo alemão Ernest Haeckel, de uma nova disciplina científica, no ramo da biologia, que estudasse a relação entre os organismos vivos e entre eles e o meio ambiente (TOWNSEND, BEGON & HARPER, 2010; ART, 2004; LAGO & PÁDUA, 2004). Com o passar dos anos, esse discurso passou a ser lido e produzido por sujeitos que integram outros

espaços discursivos, surgindo, assim, um *movimento ecológico* que se constitui também como um discurso que visa à preservação do meio ambiente e à conscientização dos sujeitos.

No entanto, ainda são poucos os estudos acadêmicos que se voltaram para a análise das materialidades linguísticas enunciadas por esse tipo de discurso. Aliás, utilizamos o termo “tipo” seguindo a afirmação de Maingueneau (2010, p. 18) de que um tipo de discurso “[...] recobre, em determinada época e para uma sociedade dada, diversos gêneros”. Ou seja, o discurso ecológico se materializa (assim como o discurso político ou o discurso religioso) através de uma gama variada de gêneros em que a defesa do verde e de uma integração sustentável entre homem e natureza representam as principais e primeiras leituras.

Diante de tudo isso, o nosso objetivo geral é analisar como se dá a constituição e a materialização do discurso ecológico em reportagens da mídia impressa brasileira, verificando a origem e a atualização desse tipo discursivo. Como objetivos específicos, pretendemos: 1) averiguar como o discurso ecológico se constitui na mídia impressa brasileira, mais especificamente no dizer de *Veja* e *Carta Capital*; 2) refletir como o gênero reportagem inscreve o discurso ecológico dentro da esfera midiática; 3) discutir como condições sociais e histórias de produção diferentes materializam o mesmo discurso de formas distintas; 4) refletir sobre as atualizações e/ou reconfigurações que o discurso ecológico apresenta após vinte anos da Eco-92.

A relevância dessa abordagem se justifica pela contribuição para os estudos linguísticos sobre os aspectos enunciativo-discursivos da língua e por descortinar as formas através das quais os produtores de textos de alcance nacional filiam-se a certos discursos ou contribuem para o surgimento e legitimidades dos mesmos. Além, é claro, de se voltar para um discurso bastante atual e presente em nossa sociedade, porém com uma bibliografia que parece ainda incipiente no campo dos estudos discursivos.

A metodologia adotada no desenvolvimento do presente trabalho foi qualitativa de cunho dedutivo com análise diacrônica. Nesse caminho, a primeira etapa foi uma revisão teórica dos principais conceitos e teorias pertencentes à Análise do Discurso de Linha Francesa, sobretudo, a produção

bibliográfica de Dominique Maingueneau (1997, 2006, 2008a, 2008b, 2010, 2011) e também sobre as pesquisas acerca do discurso das mídias desenvolvidas pelo semiolinguista Patrick Charaudeau (2006). Dessa forma, visamos, através do discurso ecológico, investigar como um novo tipo discursivo se materializa em nossa sociedade e como, por meio das atividades enunciativo-discursivas da esfera midiática, ele é constituído, propagado e atualizado. Nesse ínterim, nossa pesquisa é de ordem qualitativa, pois vai ao encontro dos enunciados que evidenciam os posicionamentos dos sujeitos perante às discussões ecológicas vigentes.

Como categorias de análise, selecionamos: o primado do interdiscurso; a semântica global e a prática intersemiótica (MAINGUENEAU, 2008a). Essa escolha foi pautada, principalmente, pelos efeitos de sentidos que fomos apreendendo ao longo da leitura do nosso corpus. Nesse sentido, essa seleção se mostrou relevante na medida em que possibilitou análises aprofundadas dos jogos de sentido estabelecidos nas materialidades deste trabalho. No entanto, não pretendemos explorar cada uma dessas categorias de modo isolado, mas, levando-se em consideração o todo do discurso, a fim de analisar como elas se inter-relacionam para a constituição e a materialização do discurso em defesa do meio ambiente.

Em seguida, foi realizada a seleção e a delimitação do *corpus*, a fim de limitarmos melhor o objeto de pesquisa e aprofundarmos as análises. Sendo assim, partimos da análise de reportagens sobre os dois grandes eventos sediados no Rio de Janeiro que discutiram a problemática da preservação ambiental no planeta, as duas Conferências das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecidas como *Eco 92* e *Rio+20*. Além do nosso objetivo geral acima mencionado, também analisamos como a mídia se posiciona valorativamente frente ao registro de eventos de influência internacional e verificamos como ocorre a configuração de um determinado tipo de discurso em distintos momentos históricos.

O nosso *corpus* se constitui das reportagens de capa veiculadas na mídia impressa brasileira nas revistas *Veja* e *Carta Capital*. No caso da primeira, reportagens publicadas nas edições n. 1.237 de 03 junho de 1992 e n. 2.274 de 20 de junho de 2012. Já a segunda selecionada para o nosso objeto

de estudo foi a reportagem publicada na edição 701, de 13/06/2012. Nomeamos as revistas da seguinte forma: *Veja* de 1992 (V1), *Veja* de 2012 (V2) e *Carta Capital* de 2012 (CC). No tocante aos excertos, eles serão numerados na ordem em que aparecem, independente do veículo impresso a que pertencem.

Os critérios para a escolha dos exemplares do corpus foram: 1) o fato de ambas terem circulação nacional; 2) pertencerem a veículos editoriais distintos (Abril e Confiança, respectivamente); 3) veicularem diferentes posicionamentos axiológicos frente a uma mesma realidade. Assim sendo, a partir desse recorte, e tendo como aporte teórico a Análise do Discurso de linha francesa desenvolvida por Dominique Maingueneau e as pesquisas acerca do discurso das mídias de Patrick Charaudeau, investigamos como esse discurso se configura em condições sócio-históricas diferenciadas.

É necessário frisar que a escolha do gênero discursivo reportagem se deu, sobretudo, por se tratar de um gênero jornalístico que, além de informar, apresenta o posicionamento do seu enunciador e da instituição que ele representa ao selecionar, organizar e comunicar o seu discurso. Afinal, “a reportagem jornalística trata de um fenômeno social ou político, tentando explicá-lo” (CHARAudeau, 2006, p. 221).

A reportagem apresenta linguagem mais elaborada, maior número dados e entrevistados, fotografias e infográficos, publicação com maior tempo de elaboração e revisão, ampliando, portanto, o teor comunicacional da reportagem em comparação com outros gêneros, como a notícia, por exemplo. Nesse sentido, Melo (1985) afirma que “a reportagem é o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que são percebidas pela instituição jornalística” (p. 65). Tudo isso justifica, portanto, a necessidade de um determinado veículo midiático, seja impresso ou virtual, se voltar de modo mais minucioso ao exame de dado acontecimento do cotidiano.

Ao longo, portanto, desta nossa pesquisa de linha discursiva e, como de acordo com o explicitado anteriormente, buscamos respostas para o seguinte questionamento: *Como se constitui e se materializa o discurso ecológico em reportagens da mídia impressa brasileira?* A fim de alcançarmos nossos

objetivos, a organização geral da presente dissertação segue a “arquitetura” abaixo.

Na seção 2 – **Análise do discurso de linha francesa e suas filiações teóricas** –, apresentamos a constituição da Análise do Discurso de Linha Francesa, destacando, principalmente, as influências dos trabalhos de Michel Foucault, Mikhail Bakhtin e Jacqueline Authier-Revuz nas pesquisas empreendidas por Dominique Maingueneau nos seus estudos discursivos. Dessa forma, pretendemos, além de conhecer os subsídios teóricos que orientaram a construção da AD, compreender, principalmente, as três categorias de análise que utilizamos na análise do nosso *corpus*: o interdiscurso, a semântica global e a prática intersemiótica.

Na seção 3 – **O discurso midiático** –, discorreremos sobre as especificidades do discurso de informação, sobretudo, a partir das pesquisas de Patrick Charaudeau. Assim, objetivamos analisar o funcionamento discursivo das mídias e, mais especificamente, nos debruçar sobre a complexidade do gênero reportagem jornalística. Nesse caminho, buscamos os subsídios necessários a uma investigação mais aprofundada sobre as materialidades enunciativas e intersemióticas que analisamos.

Já na seção 4 – **O discurso ecológico** –, analisamos o discurso ecológico na mídia impressa através do exame do corpus mencionado anteriormente, observando como o sistema de coerções semânticas e como a mídia constituíram e materializaram esse tipo de discurso bastante em voga e, muitas vezes, polêmico em nossa sociedade. Comparamos também as diferentes tomadas de posição que os dois veículos estudados, a *Veja* e a *Carta Capital*, empreenderam em suas publicações.

Nas **Considerações finais**, apresentadas na seção 5, além de uma retomada geral das discussões travadas ao longo de todo o trabalho, apresentamos as nossas conclusões e propomos questionamentos que podem estimular futuras produções acadêmicas a partir do discurso ecológico.

2 A ANÁLISE DO DISCURSO DE LINHA FRANCESA E SUAS FILIAÇÕES TEÓRICAS

A Análise do Discurso (doravante AD) surgiu no final da década de 1960, na França, a partir de uma conjuntura política e teórica que exigia a tomada de novos posicionamentos, tanto na vida social quanto na universidade. Em 1968, mais especificamente em maio, os estudantes das principais instituições de ensino superior francesas protestavam contra a rigidez do sistema educacional. O movimento estudantil recebeu o apoio da classe trabalhadora que, por sua vez, cobrava melhores remunerações e condições de trabalho. A tensão no país era evidente.

Segundo Mazzola (2009), o Partido Comunista Francês teve, nesse momento, entre os seus integrantes, grandes nomes teóricos, entre eles, Jacques Lacan, Louis Althusser e Michel Pêcheux. Os trabalhos desses três pensadores, que realizaram releituras das teorias freudiana, marxista e saussuriana, respectivamente, foram fundamentais para o nascimento de uma nova disciplina, cujo principal objetivo era analisar as manifestações de linguagem para além do código estritamente verbal.

O retorno a uma teoria, a fim de realizar uma nova leitura, buscando novos efeitos de sentido e tentando atualizá-la ou deslocá-la para um novo contexto, é um movimento que marcou o surgimento dessa nova disciplina e, por outro lado, é um percurso essencialmente necessário para a reflexão crítica da própria AD e também dos objetos a serem perscrutados.

Mas quando nos referimos aos primórdios dessa disciplina, consideramos a ocorrência de uma dupla fundação a partir das publicações de *Lexicologia e análise do enunciado*, de Jean Dubois, e de *Análise automática do discurso*, de Michel Pêcheux, ambas em 1969, e que acabaram por percorrer caminhos com certas especificidades.

Interessa-nos, particularmente, a obra de Pêcheux, sobretudo, por dialogar com outras disciplinas, como a psicanálise e a filosofia, pois ela se pauta numa abordagem que analisa as relações e os efeitos de sentido

produzidos entre as materialidades linguísticas e as suas condições sociais e históricas de produção.

Nesse sentido, a tese defendida por Michel Pêcheux, *Análise Automática do Discurso*, marca a constituição desse novo campo de pesquisa. Surge-se, assim, uma nova disciplina que desperta o interesse de linguistas, de pesquisadores das ciências humanas e sociais e até de historiadores. E que apresenta, segundo Malidier (2011, p. 42), “[...] a tentativa de pensar a autonomia da Análise do Discurso, recusando, ao mesmo tempo, uma relação de aplicação (da linguística a outro domínio) e uma pura e simples integração à linguística”.

A tese acima citada serve de ponto de partida para a “aventura teórica do discurso” empreendida por Michael Pêcheux, em ano de 1969, e engendra os principais aspectos que ele levará de modo indissociável nesse trajeto. A saber: a construção de uma teoria do discurso, a definição de procedimentos analíticos e a atualização de um dispositivo informático. Acerca do duplo plano da teoria e do dispositivo, Malidier (2011, p. 44) afirma que: 1) o conceito de discurso é elaborado a partir da crítica ao corte saussuriano (língua como sistema). Dessa forma, “[...] o novo objeto é assim definido – e essa posição jamais se alterará – por uma dupla fundamentação na língua e na História”; 2) no tocante ao dispositivo, o conceito de condições de produção corresponde ao princípio constitutivo dos objetos que constroem o corpus.

Nesse sentido, a pesquisadora pontua um valor teórico e outro operatório sobre esse conceito: “um valor teórico, que coloca a determinação do discurso por seu exterior, operando assim deslocamento em relação a um ponto de vista sociolinguístico que analisa as covariações entre dois universos” (2011, p. 44) e “um valor operatório, visto que as condições de produção presidem a seleção das sequências que formam o espaço fechado do corpus” (2011, p. 44-45). A constituição do discurso, portanto, pode ser observada a partir das condições de produção.

Para isso, Pêcheux desenvolve uma maquinaria estrutural fechada para a análise dos discursos, a priori, políticos. Ele é influenciado pelas pesquisas de Louis Althusser, seu contemporâneo, sobre o materialismo histórico e,

também, pela psicanálise lacaniana que, por sua vez, influenciava o pensamento althusseriano.

Acerca de Althusser, a sua contribuição para a AD diz respeito à questão do materialismo histórico. A ideologia se manifesta por meio da linguagem e a análise da ideologia por meio de materialidades históricas, enunciados situados no tempo e no espaço, possibilitariam um modo real e eficaz para se compreender o funcionamento da ideologia. Aclarando essa questão, escreve Mussalim (2003, p. 115):

Ao propor-se a investigar o que determina as condições de reprodução social, Althusser parte do pressuposto de que as ideologias têm existência material, ou seja, devem ser estudadas não como ideias, mas como um conjunto de práticas materiais que reproduzem as relações de produção. Trata-se do materialismo histórico, que dá ênfase à materialidade da existência, rompendo com a pretensão idealista da ciência de dominar o objeto de estudo, controlando-o a partir de um procedimento administrativo aplicável a um determinado universo, como se a sua existência se desse no nível das ideias.

A estrita relação entre política e conhecimento, devido ao conturbado momento da França de então, permitiu que o discurso só pudesse ser entendido através da observação dos sentidos produzidos através dessa relação entre língua, sujeito e história.

Althusser, por sua vez, foi influenciado pela obra de Lacan, que revistou a obra produzida pelo psicanalista alemão Freud. Dessa imersão, o pesquisador pode, também com o aporte teórico da Linguística, verificar as relações existentes entre a linguagem, o inconsciente e o discurso do outro. Mariani (2010, p. 117) argumenta que:

Althusser, da sua posição de filósofo, entremeia filosofia e epistemologia de um lado; mas, de outro, a linguística, com seu rigor metodológico, e a psicanálise, uma nova ciência pouco compreendida, como ele mesmo denomina e qualifica, para construir um modo de ler que trabalha nas lacunas, nas contradições, nos silêncios da materialidade do texto.

Disso decorre a sua leitura sintomal, que vai para além de qualquer interpretação puramente literal do texto. Dessa forma, não se pode considerar

uma leitura da superfície do texto. É necessário ultrapassar as fronteiras do linguístico e, partindo também de elementos exteriores ao texto, analisar os reais efeitos de sentido que são construídos. Mas tudo pautado em manifestações concretas de linguagem.

Em síntese, o que vai aproximar Lacan, Althusser e Pêcheux é a linguagem. Para o primeiro, a linguagem é a condição para o inconsciente; para o segundo, linguagem e inconsciente são a condição do homem; e, para o terceiro, a linguagem é condição para o discurso.

Por isso, Mazzola (2009, p. 10) escreve que

Todos esses fatores constituem, resumidamente, a conjuntura no interior da qual surgiu a primeira fase da Análise do Discurso de linha francesa, marcada por seu contato com outros campos do saber. Em razão disso, a AD nunca pode ser chamada de *monodisciplinar*, e, é bem verdade, Pêcheux nem mesmo a idealizou para ser uma disciplina de instituições de ensino. (grifo do autor)

Desse modo, compreendemos a necessidade de reler, sempre adaptando e deslizando os conceitos, as noções da AD sempre que houver um novo corpus a ser explorado. Como o autor coloca, essa postura, digamos, interdisciplinar, pertence à primeira época dessa nova disciplina. Houve ainda outros três momentos. O segundo, no qual Pêcheux, sobretudo, influenciado pelas leituras de Michel Foucault, trabalhou com a noção de formação discursiva e, um terceiro, em que a heterogeneidade constitutiva, a partir dos trabalhos de Mikhail Bakhtin e de Jacqueline Authier-Revuz, foi uma das questões-chave. Esse terceiro momento é o que mais nos interessa, pois foi nele que o primado do interdiscurso foi posto em evidência para a constituição dos discursos.

Considerando os objetivos da presente pesquisa, nos deteremos, a priori, nesses três nomes basilares: Michel Foucault, Mikhail Bakhtin e Jacqueline Authier-Revuz. Eles contribuíram de modo fundamental para os avanços nos estudos discursivos. Aliás, atualmente, já podemos falar em Análises do Discurso, em vez de Análise do Discurso. O plural indica a multiplicidade de vertentes teóricas que essa disciplina estabeleceu ao longo do tempo. A vertente francesa recebeu influências também das chamadas

Teorias Enunciativas, termo também usado no plural, por apontar as diferentes constituições teóricas que apresentaram, ao longo do tempo, os estudos sobre os enunciados e a enunciação. É essa vertente francesa que nos interessa neste trabalho. Em seguida, focaremos, portanto, na abertura dos estudos discursivos da vertente francesa a partir, principalmente, da leitura empreendida pelas pesquisas de Dominique Maingueneau.

2.1 O enunciado e o discurso em Michel Foucault

Como mencionado anteriormente, a AD, em sua segunda fase, recebeu influências dos estudos do filósofo francês Michel Foucault. Esse pesquisador explorou as relações de poder que, marcadas historicamente, constituem os discursos. O termo *discurso*, para ele, como nos aclara Biroli (2008, p. 122), pode ser compreendido “[...] como materialidade que implica em regras específicas para o dizer e para o dizível, e não como expressão de realidades mais essenciais ou originais”. Ou seja, o exterior, as condições históricas e sociais, são peças fundamentais para se entender as materializações linguísticas e, conseqüentemente, os diversos discursos que nos rodeiam em sociedade.

Uma de suas obras – e a que mais nos interessa neste momento –, *Arqueologia do saber*, foi publicada pela primeira vez em 1969, e nela o pensador francês se debruça sobre alguns conceitos que marcaram historicamente os estudos linguísticos. Ao levantar questionamentos e reflexões sobre a materialidade da linguagem por meio da formulação das noções de *enunciado*, *formação discursiva* e da constituição do próprio *discurso*, Foucault (1997) busca também analisar as relações de poder que estão presentes nos discursos e na história.

Partindo da descrição do que seriam os enunciados dentro de um campo discursivo e notando as relações que eles estabeleceriam entre si, o filósofo francês procura compreender como se dá a constituição do próprio enunciado. Para isso, levanta algumas hipóteses. E, na primeira delas, discute que “os

enunciados, diferentes em sua forma, dispersos no tempo, formam um conjunto quando se referem a um único e mesmo objeto” (FOUCAULT, 1997, p. 36). Nesse sentido, um objeto, que também não pode ser compreendido como único e estável, pode ser entendido a partir de tudo aquilo que foi dito sobre ele através de variados enunciados proferidos em diferentes momentos. Analisar um conjunto de enunciados, portanto, seria levar em consideração o que os individualiza frente a outros grupos de enunciados e, ao mesmo tempo, apreender as nuances que os enunciados de um mesmo conjunto podem apresentar; afinal os enunciados são variáveis e nunca idênticos.

Na segunda hipótese que Foucault (1997, p. 39) pontua, ele se debruça sobre a forma e o tipo de encadeamento dos enunciados. Para definir um discurso, é preciso um conjunto de descrições que se alteram com o tempo e vão formulando, ou melhor, reformulando o objeto desse discurso devido à “coexistência desses enunciados dispersos e heterogêneos”. Já na terceira hipótese, ele reflete sobre a questão de grupos de enunciados partirem ou não de conceitos permanentes e coerentes, levando em conta as proximidades e distanciamentos semânticos entre eles.

Ainda não satisfeito, o teórico francês formula uma quarta hipótese, esta sobre a identidade e persistência dos temas dos grupos de enunciados. Colocar como cerne da questão uma unidade temática seria muito pouco, pois dois tipos de discurso podem abordar um mesmo e único tema. No entanto, essas quatro hipóteses parecem não dar conta de modo satisfatório da análise das grandes famílias de enunciados. Caminhar por um campo de possibilidades estratégicas, descrevendo sistemas de dispersão, talvez direcionasse de modo mais certo a essa compreensão. Então, a formulação da noção de formação discursiva, quando ele escreve que:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações, diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* [...] (FOUCAULT, 1997, p. 43) (grifo do autor)

Após discorrer sobre os quatro conjuntos de regras com os quais caracterizou a formação discursiva, mais adiante, em *Arqueologia do saber*, o autor problematiza com mais profundidade ou de modo mais minucioso a noção de *enunciado*. A princípio, coloca o teórico francês, o enunciado pode ser analisado de modo isolado ou em jogo com outros enunciados semelhantes que constituiriam a grande superfície dos discursos ou dada formação discursiva. Mas, embora semelhantes, pelo menos de um ponto de vista lógico, “[...] enquanto enunciados, [...] duas formulações não são equivalentes nem intercambiáveis. Não se podem encontrar em um mesmo lugar no plano do discurso, nem pertencer exatamente ao mesmo grupo de enunciados” (FOUCAULT, 1997, p. 91). Se enunciados, nunca podem ser, portanto, iguais, proferidos sob as mesmas condições, pois se tratam de *caracteres enunciativos distintos* e vão construir sentidos diferentes.

Ao questionar o conceito de enunciado, o teórico expande a discussão para além do puramente linguístico, inclusive, chegando a escrever que uma equação, um gráfico e até uma árvore genealógica também podem ser enunciados. Assim, deixa claro que definir enunciado a partir de critérios estritamente gramaticais seria insuficiente, porque a descrição de tudo aquilo que pode ser analisado em um único enunciado é impossível. Desse modo, qualquer estudo puramente gramatical, lógico ou pragmático (este o pesquisador coloca como a “Análise”) não daria conta de descrevê-lo. O autor vai pontuar que

Quando se quer individualizar os enunciados, não se pode admitir sem reservas nenhum dos modelos tomados de empréstimo à gramática, à lógica ou à “Análise”. Nos três casos, percebe-se que os critérios propostos são demasiado numerosos e pesados, que não deixam ao enunciado toda sua extensão, e que se, às vezes, o enunciado assume as formas descritas e a elas se ajusta exatamente, acontece também que não lhes obedece [...] (FOUCAULT, 1997, p. 95).

A discussão recai, então, sobre a relação entre língua e enunciado. Há sobre essa relação uma necessidade de existência recíproca. Para o teórico francês, “se não houvesse enunciados, a língua não existiria; mas nenhum enunciado é indispensável à existência da língua” (FOUCAULT, 1997, p. 96).

No entanto, eles não estão no mesmo nível. Os signos da língua constituem e regem o enunciado em seu interior, mas, como anteriormente posto neste trabalho, o puramente linguístico não é suficiente para marcar ou explicitar o funcionamento discursivo de um enunciado. Nesse sentido, Foucault vai exemplificar que até mesmo uma ordem alfabética que não constitui palavra ou frase também pode constituir um enunciado ou se circunscrever no interior de um, mesmo que a título de exemplo de *não enunciado*, pois o enunciado “trata-se, antes, de uma função que se exerce verticalmente” (FOUCAULT, 1997, p. 98). Ou seja:

[...] é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita). (FOUCAULT, 1997, p. 99)

O enunciado, logo, deve ser compreendido como uma função e não como uma unidade. Por isso, o teórico francês se detém no capítulo seguinte à função enunciativa.

Para entender o modo singular de existência do enunciado a partir de sua enunciação efetiva, é necessário nos determos em uma materialidade definida. E esta materialidade, para ser enunciado, não pode ser entendida como algo que necessita de um sujeito, no sentido de um indivíduo biológico e psicológico, e de instrumentos físicos para sua realização. É imprescindível algo a mais, “outra coisa” que numa relação específica tenha referência com ela mesma. E é sobre a questão desse referencial presente e do próprio enunciado em que o pesquisador francês detém sua explanação.

A princípio, o filósofo francês tece uma distinção entre o que o enunciado enuncia e a relação entre o nome e aquilo que ele designa. O nome dentro de um sintagma nominal, por exemplo, pode ser atualizado a cada nova construção sintática, mantendo, de certo modo, o referente e seu sentido. No entanto, o enunciado, mesmo quando repetido *ipsis litteris*, não possibilita a retomada idêntica de determinado sentido, ou seja, enunciar sempre será um

dizer irrepitível, único. E isso é condição *sine qua non* para a existência de qualquer enunciado. Assim, o autor escreve:

Um enunciado existe fora de qualquer possibilidade de reaparecimento; e a relação que mantém com o que enuncia não é idêntica a um conjunto de regras de utilização. Trata-se de uma relação singular: se, nessas condições, uma formulação idêntica reaparece – as mesmas palavras são utilizadas, basicamente os mesmos nomes, em suma, a mesma frase, mas não forçosamente o mesmo enunciado. (FOUCAULT, 1997, p. 102)

Sendo assim, só dentro de uma relação enunciativa determinada é que o sentido do enunciado poderá ser analisado. É importante frisar que o referencial presente no nível da formulação não se liga necessariamente com um ser, coisa, fato ou realidade. A relação com o sentido estará estabelecida pelo próprio enunciado e tão somente na análise e descrição dessa já tão citada relação a entenderemos. Por isso, afirma:

O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade.” (FOUCAULT, 1997, p. 104)

Nesse nível de formulação, também é preciso observar que o sujeito do enunciado não pode se restringir a um indivíduo singular e psicológico ou um sujeito que se marca através de pronomes de primeira pessoa como um sujeito gramatical. O sujeito do enunciado é exterior. Dentro da relação de produção é que encontraremos esse sujeito que pode não corresponder ao autor, à pessoa que, por exemplo, escreveu ou proferiu oralmente o enunciado. Na realidade, o sujeito, para Foucault, é uma *função vazia*, que pode ser ocupada por diferentes indivíduos em diversos momentos. Por outro lado, determinado indivíduo pode ocupar diferentes posições de sujeito. Desse modo, a análise deve se ater na posição do sujeito que está constituindo aquele determinado enunciado. Essa posição não pode ser vista como estanque, imutável, mas histórica e variável.

O sujeito é parte integrante da relação enunciativa. E a enunciação, em AD, é uma concepção que extrapola simples operações de construção de enunciados. A enunciação é um momento singular na história. Como Maingueneau & Charaudeau (2012, p. 193) afirmam, ao trabalhar com essa noção: “Se insistimos na ideia da enunciação como acontecimento em um tipo de contexto e apreendido na multiplicidade de suas dimensões sociais e psicológicas, operamos primordialmente na dimensão do discurso”. E é justamente essa ultrapassagem dos limites de uma concepção exclusivamente linguística que nos interessa no presente trabalho.

Mas isso tudo ainda diz pouco sobre a existência do próprio enunciado. Para efetivamente existir, ele necessita estar inserido num campo ou domínio associado, diferenciando-o de uma frase ou proposição, que podem ser vistas como autônomas e completas. Por isso, a função enunciativa prescinde de um campo adjacente a que se pode relacionar e possuem outros enunciados povoando suas margens.

Assim sendo, como elemento singular, o enunciado só existe se imerso em certo campo ou domínio enunciativo. A constituição do enunciado é dada, portanto, de acordo com o teórico francês, por meio de quatro pontos que constroem essa trama complexa. A saber: a) o enunciado se inscreve no interior de outras formulações já existentes; b) a referência ou a reatualização de outros enunciados ocorrem tanto de modo explícito quanto de modo implícito; c) a possibilidade de origem de enunciados que podem ir ao encontro ou de encontro a outros; e d) o agrupamento de formulações que compartilha o enunciado, ou seja, num jogo enunciativo, cada enunciado tem sua participação ativa e única, sendo sua reverberação, grande ou não, digamos, indiferente. Ou como escreve adiante:

Não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e de papéis. Se se pode falar de um enunciado, é na medida em que uma frase (uma proposição) figura em um ponto definido, com uma posição determinada, em um jogo enunciativo que a extrapola. (FOUCAULT, 1997, p. 114)

Mas, para marcar a memória e o espaço, o enunciado ainda necessita de uma existência material e essa materialidade também o constitui. Nela, encontramos a sua identidade que se modifica, reinventa, transforma a cada novo ato enunciativo, a cada nova enunciação em que signos linguísticos serão ordenados, produzirão sentido, serão mais que frases ou proposições e uma unidade espaço-temporal própria. Sendo assim, a enunciação é irrepetível, um acontecimento singular e datado no tempo e no espaço. É todo um regime intrincado que forma essa trama complexa.

Compreendendo assim o enunciado, podemos relacioná-lo de modo imprescindível a uma formação discursiva. Esta se constitui pela regularidade, por um conjunto de enunciados que possuem as, digamos, “mesmas” – embora esse vocábulo pareça um tanto redutor – possibilidades de existência. Então, O pesquisador francês vai aclarar a noção de *discurso* com a qual trabalha: “Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apóiem na mesma formação discursiva [...]; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência” (FOUCAULT, 1997, p. 135), sendo histórico e construído por meios de práticas discursivo-enunciativas. Assim, como vai pontuar Fischer (2012, p. 40), “Foucault mostra a dinâmica profunda e complexa dos fatos sociais, que exatamente por isso não podem ser vistos como inaugurais”.

A noção de *formação discursiva* foi concebida inicialmente como uma maquinaria estrutural fechada que permitia somente a formulação de certos enunciados que, considerando um jogo parafrástico, manteriam certa homogeneidade. No entanto, com o tempo, foi observado que a estrutura, por assim dizer, de uma FD é porosa, permitindo, então, ser atravessada por outras FDs. Daí, o surgimento da noção de *interdiscursividade* para marcar o espaço do exterior que também constitui o interior de dada FD, emergindo, dessa forma, a heterogeneidade discursiva: “uma formação discursiva está sempre em interação com outras formações discursivas em que vários discursos estão ora em relação de conflito, ora de aliança, e a linguagem é vista como uma arena de lutas” (BRANDÃO, 2013, p. 22).

É, portanto, na interação verbal e social que os enunciados são construídos, levando em conta, evidentemente, o caráter interdiscursivo da linguagem, ou seja, que se alimenta de tudo aquilo que já foi dito. A enunciação representa o encontro entre o verbal e a sua realização efetiva no mundo: “[...] por um lado, permite representar fatos no enunciado, mas, por outro, constitui por si mesma um fato, um acontecimento único no tempo e no espaço” (MAINGUENEAU & CHARAUDEAU, 2012, p. 193). Essa concepção se aproxima da teoria de um importante filósofo russo, mas que contribuiu igualmente na compreensão dos processos constitutivos e de materialização dos discursos. Estamos nos referindo ao teórico Mikhail Bakhtin a quem nos deteremos no próximo tópico deste trabalho e que influenciou a noção de heterogeneidade constitutiva de Jaqueline Authier-Revuz, além dos estudos discursivos de Dominique Maingueneau.

2.2 Mikhail Bakhtin e a interação verbal

Mikhail Bakhtin, filósofo e teórico russo, se situa em uma vertente sociointeracionista dos estudos da linguagem e seu trabalho, durante muitos anos, se voltou para o estudo de textos literários, a exemplos das análises de obras de François Rabelais e Fiódor Dostoievski. Mas, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Bakhtin/Volochinov reflete sobre certos fenômenos da linguagem que coloca como centrais: a natureza social da língua; a interação entre o eu e o outro, que ora agem em concordância ora em discordância; o sujeito visto como um ser social e integrado à sua memória e à sua história; e a responsabilidade perante a palavra, que, para o teórico russo, é plurivalente e dialógica. Além disso, ele ainda coloca a enunciação e o seu contexto como elementos-chaves da produção de sentidos da linguagem.

O filósofo escreve que:

O sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto. De fato, há tantas significações possíveis quantos contextos possíveis. No entanto, nem por isso a palavra deixa

de ser uma. Ela não se desagrega em tantas palavras quantos forem os contextos nos quais ela pode se inserir. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1977/2009, p. 109-110)

Essa é natureza social da linguagem. A palavra só tem sentido se compreendida dentro de certo contexto, pois, a cada nova enunciação, a cada novo ato enunciativo, o significado de determinada palavra pode mudar. A regra do jogo da interação verbal é justamente a presença de *eu*, o locutor na nomenclatura bakhtiniana, e do *outro*, o interlocutor, que, assumindo papéis sociais e inseridos em contextos históricos únicos, vão produzir efeitos de sentidos também únicos e singulares no enunciado.

Isso se deve ao fato de que a interação comporta *duas* faces, ou seja, ela só ocorre porque há um locutor que fala para um interlocutor. A palavra coloca o *um* em relação com o *outro*. Às vezes, de forma mais nítida ou não; mas, mesmo assim, sempre presente. Mesmo quando o interlocutor não está explicitamente apresentado, ele se faz presente, nessa concepção dialógica-interativa da linguagem, por meio das concordâncias ou discordâncias que o locutor estabelece em seu discurso. Assim, o discurso nunca é neutro, pois já se constitui como um diálogo em relação ao todo social pré-existente.

Dessa forma, “sua concepção de interação verbal, de qualquer tipo, faz parte de uma corrente de comunicação ininterrupta em que o ‘outro’ está sempre pressuposto não de forma passiva, mas ativa, orientando a construção do discurso” (BRANDÃO, 2013, p. 33). O discurso é o resultado das práticas sociais do *um* que interage com o *outro*. Marcados historicamente, eles constroem, a partir dessa interação, os sentidos do próprio discurso.

Logo, os indivíduos organizados socialmente interagem a partir de situações enunciativas concretas, ou seja, as atividades humanas envolvem sujeitos sociais que, na dinâmica de suas relações, do eu com o outro, fomentam o processo interativo verbal e, conseqüentemente, a constituição de um dado discurso. Tudo isso, então, vai refletir na própria enunciação, como pontua o autor: “*A situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação*” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1977/2009, p. 117) (grifo do autor). Sendo assim, as práticas sociais influenciam e são influenciadas pelo

fazer enunciativo. Por isso, o teórico russo assevera sobre o envolvimento obrigatório de dois ou mais sujeitos no processo de comunicação verbal. Isso quer dizer que a interação só pode ocorrer por meio de um jogo de pergunta e resposta, de aceitação ou negação daquilo que os envolvidos no discurso vão enunciando.

Desse modo, ele pensa a apreensão da linguagem como realidade viva, a língua como fato social e, por isso mesmo, marcada por uma historicidade, por uma ideologia e por um contexto mais amplo. O social, portanto, é visto como eixo organizador da atividade linguística e a palavra só ganha sentido se inserida em determinada prática social. A palavra é, então, determinada “pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1997/2009, p. 113). Nesse sentido, observamos a força e a importância da interação verbal para compreender os fenômenos de linguagem. O teórico russo afirma que

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato fisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2009, p. 123)

O discurso se constitui por meio de um movimento concreto e real de interação em que um sujeito formula o seu discurso ratificando ou refutando um outro discurso já pré-existente. É esse movimento dialógico da interação verbal que possibilita a materialização dos discursos na sociedade. Além disso, as condições de produção do contexto histórico e social e o papel desempenhado pelos interlocutores nesse processo discursivo vão construir os seus sentidos.

Nesse percurso, a visão de sociabilidade proposta pelo filósofo russo coloca locutor e interlocutor como seres sociais ativos e igualmente importantes nas relações entre o linguístico, o extralinguístico, a sociedade e a geração de efeitos de sentidos.

Essa concepção de linguagem bakhtiniana apresenta, portanto, algumas marcas que a diferenciam e a colocam como inovadora para o estudo das materialidades linguísticas como, por exemplo, o diálogo com o outro, a ideia

de sujeito (social, histórico e ideológico), a heterogeneidade marcada pela presença do outro no fio discursivo, os papéis sociais assumidos pelos interlocutores, as imagens que eles constroem de si e da sociedade que os envolve e a discursividade. Discursividade essa referente ao funcionamento dos gêneros discursivos, que trataremos a partir de agora.

Na obra *Estética da Criação Verbal*, Bakhtin (1979/2006) segue argumentando sobre o caráter social do fatos de linguagem. Eles são frutos da interação social a partir de uma situação real e concreta de comunicação e envolta num contexto amplo, que abarca as condições sociais, históricas e linguísticas na materialização em gêneros dos discursos.

No capítulo acerca dos gêneros do discurso, o filósofo desenvolve a noção de gênero discursivo considerando-os *tipos relativamente estáveis de enunciados* e constituídos historicamente a partir da interação verbal nas mais variadas situações. Cada situação comunicativa colocaria em ação um determinado gênero com uma finalidade específica.

Mas, para o teórico russo, os gêneros do discurso podem ser encontrados em dois grupos: os gêneros primários e os gêneros secundários. Os primeiros estariam presentes em situações comunicativas mais relaxadas e espontâneas e os segundos seriam enunciados com linguagem mais elaborada, estando ligados às atividades profissionais e/ou artísticas. No entanto, Bakhtin (1979/2006) ainda ressalta que podem ocorrer relações intercambiáveis entre esses dois grupos a depender da funcionalidade pretendida pelo enunciador. Três elementos, portanto, são fundamentais para a compreensão de dado gênero: a estrutura composicional, o tema e o estilo.

Por estrutura composicional, entendemos os aspectos formais que, em grande parte das vezes, ao serem observados pelo interlocutor, permitem ao mesmo identificar o tipo de gênero do texto. Já o estilo corresponde às marcas na materialidade linguística que permitem afirmar que tal texto pertence a esse ou aquele autor, ou seja, são o vocabulário, a organização sintática, os aspectos que singularizam um autor em contraponto a outro. O conteúdo temático, por sua vez, pode direcionar a feitura de determinado gênero discursivo, pois, para que a interação verbal ocorra, é preciso que a finalidade comunicativa do sujeito seja, pelo menos parcialmente, atingida. Dessa

maneira, esses três aspectos são essenciais para a materialização de um gênero discursivo e agem conjuntamente para que essa existência seja eficaz nos seus propósitos.

Bakhtin (1979/2006) assevera que os gêneros do discurso se constituem a partir das interações verbais nas mais diferentes atividades humanas e que são, como dito acima, *relativamente estáveis*. Isso quer dizer que, dentro de determinadas esferas de comunicação social, os gêneros podem se encontrar mais cristalizados ou não. A estabilidade ou instabilidade das suas características básicas dependem da prática discursiva em que eles estão inseridos. Por isso, ele afirma que

Nós aprendemos a moldar o nosso discurso em formas de gênero e, quando ouvimos o discurso alheio, já adivinhamos o seu gênero pelas primeiras palavras, adivinhamos um determinado volume (isto é, uma extensão aproximada do conjunto do discurso), uma determinada construção composicional, prevemos o fim, isto é, desde o início temos a sensação do conjunto do discurso que em seguida apenas se diferencia no processo da fala. (BAKHTIN, 1979/2006, p. 283)

Desse modo, fica nítido que a interação social existe e só é possível na medida em que se organiza por meio de gêneros. Cada atividade humana vai exigir a presença de determinado gênero a fim de que a interação verbal realmente ocorra. Afinal, são eles, os gêneros do discurso, que possibilitam um entendimento prévio sobre o que o enunciador quer, principalmente, nos comunicar. É importante frisar que essa expectativa também pode ser frustrada, sobretudo, se for intencionalidade do sujeito modificar a estrutura composicional do gênero para subverter o que seria esperado pelo interlocutor.

Por isso, catalogá-los seria uma tarefa exaustiva e desnecessária, pois a multiplicidade e a riqueza de gêneros é imensa; as produções são infinitas. As atividades de linguagem vão variar segundo as mais diversas esferas de comunicação humana e dentro de determinada esfera de acordo com a historicidade e intencionalidade envolvidas no momento de construção e elaboração do gênero.

Afirma, então, o filósofo russo:

A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso, que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa (BAKHTIN, 1979/2006, p. 279).

Como são inúmeras as atividades humanas e novas interações podem surgir a todo momento, os gêneros discursivos vão acompanhar esse movimento. Enquanto uns gêneros vão se modificando ao longo do tempo, outros vão surgindo para atender à demanda que automaticamente se instaura através do aparecimento de uma nova prática social.

A influência do pensamento bakhtiniano para a Análise do Discurso Francesa advém justamente dessa concepção dialógica e interativa da linguagem e por desenvolver a noção de discursividade a partir de gêneros mutáveis e históricos. Dessa maneira, a língua é vista como social dentro de um completo arranjo de práticas entre sujeitos.

Dessa forma, as noções de enunciado e enunciação de Michel Foucault se aproximam bastante da concepção de Mikhail Bakhtin. Tanto a enunciação quanto o discurso são históricos. As relações entre enunciação e discurso ocorrem, portanto, da seguinte maneira:

O objeto teórico *discurso* tem como objeto de análise o produto social da enunciação, que se manifesta como texto. Por isso, suas unidades de análise são transfrásticas, ou seja, aquelas que são maiores do que o período, que pode ser constituído de uma ou mais orações. O texto é visto como um objeto linguístico, porque é um todo organizado de sentido, e um objeto histórico, porque se constitui em oposição a outro discurso, permitindo desvelar a cadeia histórica de sua produção. (FIORIN & DISCINI, 2013, p. 202) (grifo dos autores)

Esse texto, podemos pontuar, se materializa por meio de gêneros discursivos, como bem argumenta Bakhtin (1979/2006) em *Estética da Criação Verbal*. O objeto de análise é uma construção histórica e investigar as aderências ou recusas de um discurso em relação a outros significa efetivamente desvendar os efeitos de sentidos que estão além do escrito ou, como informalmente se costuma dizer, nas entrelinhas. Desse modo,

percebemos que verificar o real sentido de um tipo de discurso é analisar o que, a priori, parece invisível.

Mas, Mikhail Bakhtin, como colocamos a princípio, não era um linguista, mas antes um filósofo ou até mesmo podemos considerá-lo um sociólogo da linguagem. Suas pesquisas permitiram um olhar para além do puramente gramatical ou linguístico nas produções verbais, como vimos ao longo deste tópico, e seus pensamentos influenciaram também a teórica Jacqueline Authier-Revuz, principalmente, na noção de heterogeneidade constitutiva. Pertencente à linguística da enunciação, a pesquisadora francesa, posteriormente, influenciou os estudos de Dominique Maingueneau e também nos trabalhos da AD. Por isso, passaremos agora a uma breve explanação, sobretudo, da noção de heterogeneidade desenvolvida na obra *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido* (2004).

2.3 Jacqueline Authier-Revuz e a heterogeneidade do discurso

O pensamento bakhtiniano influenciou os trabalhos da linguista Jacqueline Authier-Revuz na constituição do seu conceito mais conhecido: o de heterogeneidade enunciativa. Esse aporte teórico-metodológico foi fundamental para o surgimento da Análise do Discurso de Linha Francesa desenvolvida por Dominique Maingueneau, pois possibilitou a construção de uma teoria do discurso que leva em consideração uma heterogeneidade de vozes na construção do próprio discurso a partir da presença do outro ou de outros.

Authier-Revuz (2004) reconhece a natureza heterogênea do discurso, percebendo o funcionamento de elementos advindos do exterior na materialidade discursiva. Esses elementos podem aparecer de maneira marcada ou opacizada, ou seja, o sujeito pode ou não deixar claro o lugar do outro em seu texto. As noções, portanto, de heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva contribuíram para o modo como concebemos a AD francesa de hoje. Para compreender as heterogeneidades enunciativas, é necessário saber que a concepção de interdiscurso da AD, o sujeito da

psicanálise lacaniana e a presença do outro bakhtiniano foram essenciais para as pesquisas da autora.

No texto *Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso*, a linguista francesa desenvolve essas duas noções, argumentando sobre o caráter heterogêneo da linguagem. Segundo ela, qualquer dizer, deixando explícito ou não, apresenta em sua constituição a presença de outras vozes na materialidade textual. Quando o sujeito delimita o espaço desse outro ou dessa outra voz, reconhecemos, portanto, uma heterogeneidade mostrada, visível através de marcadores linguísticos claros. Já quando o sujeito não delimita claramente esse espaço do outro, observamos, então, uma heterogeneidade constitutiva, ou seja, um agrupamento de vozes que está presente naquela materialidade linguística, mas não está visivelmente demarcada.

Essa marcação ou não alimenta a ilusão do sujeito de ser o autor único do seu dizer. Para Authier-Revuz (2004), estando ou não marcadas, há outras vozes na cadeia discursiva e, muitas vezes, o sujeito não se dá conta disso. Nesse sentido, é preciso compreender o sujeito psicanalítico que embasa os fundamentos da autora. Na psicanálise, ele é visto como atravessado e determinado pelo inconsciente, ou seja, não tem amplo domínio sobre as situações de comunicação e sobre o que enuncia. Esse sujeito, portanto, é dividido e heterogêneo.

Outros discursos perpassam o dizer desse sujeito, que desconhece a heterogeneidade inerente à própria natureza linguística. A constituição discursiva, portanto, advém do interdiscurso e do inconsciente que atravessam e determinam o próprio sujeito. Dessa forma, a linguista enfatiza a importância de se analisar as heterogeneidades enunciativas presentes e essenciais para a materialização discursiva.

A heterogeneidade mostrada apresenta marcas visíveis da presença do outro e, portanto, pode ser claramente encontrada na superfície textual. O discurso relatado, direto ou indireto, é uma das formas mais evidentes de marcação da presença de outro discurso no texto. Nesse sentido,

No discurso indireto, o locutor se comporta como tradutor: fazendo uso de suas próprias palavras, ele remete a um outro

como fonte do “sentido” dos propósitos que ele relata. No discurso direto, são as próprias palavras do outro que ocupam o tempo – ou o espaço – claramente recortado da citação na frase; o locutor se apresenta como simples “porta-voz”. Sob essas duas diferentes modalidades, o locutor *dá lugar explicitamente* ao discurso de um outro em seu próprio discurso (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 12)

Assim, no discurso direto, a voz do outro está presente no texto em sua integralidade e, no discurso indireto, o sujeito vai, por meio de seu próprio vocabulário, apresentar a voz desse outro. Desse modo, o sujeito alimenta a sua ilusão de dono do discurso, acreditando que, quando o outro não está devidamente marcado no texto, ele não está ali presente e, portanto, a materialidade linguística agora pertence exclusivamente a ele, ao sujeito autor. No entanto, como veremos mais adiante, mesmo quando o outro não se faz perceptivelmente explícito no discurso, ele também está ali presente.

Além do discurso direto e indireto, as marcas linguísticas que deixam nítida a presença do outro no fio discursivo são: a modalização autonímica, a autonímia, as aspas, a glosa, o itálico e a entonação. Elas alimentam o sujeito ao ponto de fazê-lo achar que controla o seu dizer e que todas as suas escolhas são intencionais, mas, como vimos, não é exatamente o que ocorre, visto que o inconsciente também atravessa o sujeito e que outras vozes se fazem presentes de modo não demarcado.

A heterogeneidade constitutiva, ou seja, a presença da alteridade sem marcas explícitas deixa clara a natureza heterogênea da própria linguagem quando o inconsciente permite ao sujeito acessar discursos construídos sócio-historicamente, ou seja, seu legado de formação intelectual e cultural e, a partir deles, constituir seu dizer. Não há, logo, como aclaram Flores & Teixeira (2005), discurso que não apresente a heterogeneidade constitutiva em sua construção.

É nesse ponto, sobretudo, que a pesquisadora francesa dialoga com o teórico russo. Assim, “da visão do ato comunicativo enquanto uma operação polifônica depreende-se que a natureza dialógica da linguagem é o espaço interacional entre locutores” (SILVA & ALMEIDA, 2013, p. 122). O enunciado carrega, portanto, na enunciação, o dizer de outro intrinsecamente ligado ao

seu. Essa é a heterogeneidade constitutiva da língua colocada por Authier-Revuz (2004).

O discurso indireto livre, a ironia, a antífrase, a alusão, o pastiche, a imitação, as metáforas, os jogos de palavras, a reminiscência, entre outros são algumas maneiras de tentar visualizar a presença de outros no tecido discursivo. No entanto, não podemos apontar categorias ou modos exatos de se encontrar esse outro. Como ele não está nítido na superfície textual, o interlocutor precisará recorrer às suas capacidades analíticas e de interpretação, a fim de reconhecer esse outro presente e, ao mesmo tempo, camuflado no discurso.

Authier-Revuz (2004) ressalta a compreensão desse outro, desse conjunto de vozes, como fundamental para entender os mecanismos dialógicos que regem a construção dos sentidos que constituem um discurso. Desse modo, os estudos linguístico-enunciativos da pesquisadora francesa, por meio da noção de heterogeneidades discursivas, possibilitou à Análise do Discurso Francesa, desenvolvida por Dominique Maingueneau, analisar as manifestações marcadas ou não marcadas da presença do outro no do discurso.

Antes de prosseguir, é necessário reforçar o conceito de *discurso* sobre o qual estamos nos debruçando. Compreendemos “por ‘discurso’ uma dispersão de textos, cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 15). Essa noção dialoga com o conjunto de regras históricas, espaciais e temporais de base foucaultiana, pois, para esses dois autores, as unidades do discurso, os enunciados, na sua materialidade linguística, só permitem acessar parte dos sentidos produzidos. Há sentidos ocultos além do material puramente verbal, da ordem do estritamente linguístico. A noção de interação verbal e de gêneros discursivos das reflexões bakhtinianas influenciaram na compreensão do primado do interdiscurso e das materialidades dos objetos discursivos. Já a heterogeneidade constitutiva de Authier-Revuz (2004) põe em ênfase a presença do outro no fio discursivo. Passemos agora, portanto, às noções da AD de Linha Francesa desenvolvidas por Dominique Maingueneau.

2.4 Dominique Maingueneau e a gênese discursiva

Dominique Maingueneau, propondo-se a pensar acerca dos fenômenos linguísticos e buscando preencher lacunas dos métodos analíticos dos autores da AD que lhe foram precedentes, trouxe à luz, em 1984, na França, uma reflexão teórica de base empírica: a obra *Gênese dos discursos*. Nela, aborda questões como coerções semânticas, gênese discursiva e interdiscursividade (SOUZA-E-SILVA & ROCHA, 2009); além de contribuir fundamentalmente para o desenvolvimento da Análise do Discurso de Linha Francesa a qual se filia.

Logo no início da obra, Maingueneau (2008a) coloca as noções de “princípio dialógico”, de heterogeneidade e de discurso como fundamentais para a constituição da AD. A relação com o outro bakhtiniano, que traz consigo as ideias-força (dialogismo/monologismo, heterogêneo/homogêneo, relativo/absoluto), vai conduzir o teórico francês à hipótese, como o mesmo coloca, do primado do interdiscurso. Esta, por sua vez, “inscreve-se nessa perspectiva de uma heterogeneidade constitutiva, que amarra, em uma relação inextricável, o Mesmo do discurso e seu Outro” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 31). Ou seja, noção atrelada também à heterogeneidade explorada por Authier-Revuz (2004). O termo *interdiscurso*, entretanto, é um tanto grosseiro para Maingueneau (2008a). Segundo ele, é necessário especificá-lo, ou melhor, substituí-lo pela tríade discursiva: as noções de *universo discursivo*, *campo discursivo* e *espaço discursivo*. Elas são apresentadas e discutidas na obra *Gênese dos discursos*.

O *universo discursivo* é “o conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 33). Apesar de ser um conjunto finito, não pode ser apreendido em toda sua multiplicidade e serve mais ao analista do discurso como noção na qual se encontrariam os campos discursivos, esses passíveis de serem analisados. Já o *campo discursivo* é “um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitam-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 34). É em um dado campo discursivo que o discursivo vai emergir e revelar sua heterogeneidade na medida em que vai estar em “concorrência” com outro. Concorrência entendida

por meio das possibilidades de contato entre discursos, ou seja, pode ser concordância ou discordância, pois sempre haverá um *outro* que se distingue de um *eu*. No entanto, é preciso pontuar que “o recorte em campos discursivos não define zonas insulares, é antes uma abstração necessária que deve permitir a abertura de múltiplas redes de trocas” (SOUZA-E-SILVA, 2013, p. 100).

O *espaço discursivo*, ou no plural, como o próprio autor utiliza, os *espaços discursivos* são “subconjuntos de formações discursivas que o analista, diante de seu propósito, julga relevante pôr em relação” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 35.) Isso quer dizer que, a partir dos seus conhecimentos prévios, das investigações iniciais sobre os textos em questão e levantando hipóteses – que só mais adiante se mostraram relevantes ou não – o analista do discurso vai selecionar, recortar os discursos que se encontram em acordo ou em desacordo diante de determinado aspecto. Mais uma vez, a heterogeneidade constitutiva (AUTHIER-REVUZ, 2004) se apreende nesse movimento de constituição. Assim, “reconhecer este tipo de primado do interdiscurso é incitar a construir *um sistema no qual a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações desse discurso com seu Outro*” (Op. Cit., p. 36) (grifo do autor).

Relacionando essa noção com o objeto de análise do nosso trabalho, podemos retomar, então, o nosso questionamento: *Como se constitui e se materializa o discurso ecológico em reportagens da mídia impressa brasileira?* Como partiremos de duas revistas pertencentes a veículos editoriais distintos, nossa hipótese inicial é que elas materializam espaços discursivos diferenciados e que, ao longo do tempo, verificam-se atualizações nesse tipo de discurso independentemente da publicação. Nesse sentido, uma análise comparativa entre as materialidades selecionadas, reportagens extraídas de *Veja* e *Carta Capital*, aponta para semelhanças e diferenças nos sentidos produzidos tanto pelo material verbal quando não verbal encontrado.

Mas, voltando às noções de universo, campo e espaço, o teórico francês discorre sobre a existência de discursos *primeiros* e *segundos*. A princípio, parece óbvio que haja determinado discurso, o discurso primeiro, e que outro

surja a partir dele, o discurso segundo. Então, este discurso segundo poderia ser filiado ou opositor ao primeiro. No entanto, o autor vai mostrar que, em se tratando de discursividade, esse entendimento seria muito simplista. No jogo discursivo, a existência de um discurso segundo pode e altera a linearidade desse, digamos, sistema inicial e vai repercutir no primeiro em maior ou menor grau. Mas o discurso segundo pode também ser resultado de mais de um discurso primeiro. A historicidade e a rede semântica é que vão possibilitar a *fase de constituição* e a *fase de conservação* de dado discurso. Isso tudo, porque

O espaço discurso tem então um duplo estatuto: pode apreendê-lo como um modelo dissimétrico que permite descrever a constituição de um discurso, mas também como um modelo simétrico de interação conflituosa entre dois discursos para os quais o outro represente totalmente ou em parte seu Outro. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 40)

Mas essa noção sozinha não dá conta de apresentar os efeitos de sentido produzidos na materialidade de determinado discurso. Por isso, o teórico francês discute outras noções. Antes, é preciso destacar que, embora não utilizemos todas as noções colocadas pelo analista francês em *Gênese dos discursos*, seria relevante abordar, mesmo que de modo sintético, as discussões que ele empreende, a fim de compreendermos de maneira geral a AD sobre a qual nos debruçamos. Passemos, então, neste momento, à noção seguinte analisada por ele: *a competência discursiva*.

É necessário frisar que, na obra de Maingueneau (2008a), a palavra “competência” não tem relação direta com os trabalhos de Noam Chomsky. Aqui, seu sentido se dá em outro contexto. A *competência discursiva* está embasada no princípio do primado do interdiscurso e se situa num espaço discursivo. Esse princípio vai ao encontro da articulação do discurso e da capacidade dos sujeitos de produzir enunciados que sejam pertinentes e pertencentes ao discurso em que se inserem. Por isso, essa noção “apresenta a vantagem de não supor uma exterioridade absoluta entre a *posição* enunciativa e os Sujeitos que vêm ocupá-la. Porque é necessário pensar de uma forma ou de outra no fato de que essa posição seja ocupável, que o

discurso seja enunciável”. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 51) Assim, um enunciador discursivo seria aquele capaz de identificar quais enunciados são efetivos, coerentes e *bem formados*, dentro da sua própria formação discursiva e também poderia produzir de modo ilimitado enunciados únicos e pertencentes a essa formação.

Na realidade, pode ser até compreendida como *competência interdiscursiva*. Essa competência supõe:

- (i) a capacidade do enunciador em reconhecer a incompatibilidade semântica de enunciados da(s) formação(ões) do espaço discursivo que constitui(em) seu Outro; (ii) e igualmente a capacidade de interpretar, de traduzir esses enunciados nas categorias de seu próprio sistema de coerções. (SOUZA-E-SILVA, 2013, p. 103)

Ou seja, o enunciador reconhece aquilo que é verdadeiramente integrante de dado discurso, reconhecendo, portanto, que cada tipo de discurso apresenta certa regularidade e conteúdo semântico próprio. O pesquisador francês, ao abordar essa questão, nomeia esse processo como uma operação de *tradução* do discurso do outro dentro de uma só língua. Quer dizer, determinado discurso vai considerar o que é válido ou não dentro desse seu espaço e construir um simulacro do outro, ao qual se opõe, por exemplo. É importante ressaltar que esse é um movimento histórico, em constante atualização e reconfiguração, e significa construir uma rede semântica do que seria inerente ou não a certo tipo de discurso. Segundo o analista do discurso, “para constituir e preservar sua própria identidade, um discurso não lida com o seu Outro como tal, mas sim com um simulacro desse Outro, simulacro que, a partir da perspectiva assumida, ele é capaz de construir acerca desse Outro” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 105). Sendo assim, o discurso garante sua identidade diante do(s) outro(s) com o(s) qual(is) polemiza.

Fica nítida, então, a presença do outro, do heterogêneo dentro desse jogo discursivo. Ao se constituir a partir de outro, seja a favor ou contrário a esse outro que é, por assim dizer, o discurso primeiro, os enunciados só são possíveis porque há algo com que dialoga, ou até mesmo, outros discursos. Esse caráter histórico, dinâmico, simultâneo é fundamento da linguagem e

reforça a primazia do interdiscurso sobre o discurso. Ou nas palavras de Maingueneau (2008a, p. 58):

Em primeiro lugar, porque ela [a competência discursiva] constitui um sistema interdiscursivo que supõe a presença constante do Outro no centro de cada discurso. Mas também porque, como acabemos de ver, ela nos dá meios de atribuir um estatuto de pleno direito à heterogeneidade: entre os enunciadores que pertencem à mesma formação discursiva, entre os textos de um mesmo enunciador, e mesmo entre diversas partes de um mesmo texto.

Isso de tal modo prova que o enunciador sempre supõe, seja inconsciente ou não, a presença de outras vozes, de outros discursos no momento de sua enunciação. O outro está sempre presente, seja ele inserido na mesma formação discursiva, seja ele pertencente a uma discurso exterior. Afinal, cada enunciado tende a pertencer a um determinado conjunto de coerções semânticas, tornando-se claro, assim, o novo modo de fazer AD proposto em *Gênese dos discursos*: analisar a constituição de uma discursividade que vai muito além de uma simples relação entre língua e história. Seus fundamentos, ao serem influenciados pelas teorias enunciativas – influência explicitada pelo próprio Dominique Maingueneau –, constroem e especificam essa vertente que vai ao encontro de sentidos que foram produzidos mas estavam ocultos por um viés que não considerava o todo da interação verbo-social.

O enunciador de dado discurso, dotado de sua competência linguística de enunciar o que seria válido ou não dentro do seu discurso, age a partir de um conjunto de planos discursivos, cuja coesão será dada por meio das possibilidades desse mesmo discurso. Isso seria, então, a *semântica global*. O teórico francês argumenta:

Para nós, ao contrário, a vontade de distinguir o fundamental do superficial, o essencial do acessório, leva a um impasse, na medida em que é a significância discursiva em seu conjunto que deve ser inicialmente visada. Não pode haver fundo, “arquitetura” do discurso, mas um sistema que investe o discurso na multiplicidade de suas dimensões. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 76)

Regido por um sistema de coerções semânticas, o interdiscurso agiria, portanto, sobre todos planos discursivos possíveis no tecido textual. Nesse caminho, podemos estabelecer uma ponte com o nosso objeto de análise: o discurso ecológico. Mesmo que, de modo lato, uma primeira análise da nomenclatura do tipo de discurso vai deixar claro o que pode e o que não pode ser dito nas materialidades linguísticas em que ele pode se manifestar. Ou melhor, o que deve ou não ser dito. Por exemplo, espera-se que a defesa do meio ambiente seja o foco central e que atitudes e/ou comportamentos sustentáveis sejam efetivamente propagados. O contrário não é esperado. Afinal, a ecologia diz respeito ao estudo da nossa casa e incitar a destruição da mesma seria algo totalmente oposto a quem se dedica a pesquisar com a finalidade de preservar algo. Nesse ínterim, contudo, não podemos estabelecer liames muito precisos, pois, a depender das condições sociais e históricas de produção, o discurso ecológico pode ser mais ou menos radical, como veremos mais adiante.

Retomando o sistema de coerções, a diversidade de processos enunciativos, como escreve o pesquisador francês, é muito ampla e permite, a depender da análise, acréscimos ou subdivisões. No entanto, em *Gênese dos discursos*, o autor vai destacar alguns planos específicos. A saber: intertextualidade, vocabulário, temas, estatuto do enunciador e do destinatário, dêixis enunciativa, modo de enunciação e modo de coesão. Mas, é necessário acentuar, que eles não funcionam de modo isolado. Pelo contrário, elas interagem entre si em um mesmo enunciado.

Acerca da intertextualidade, o pesquisador distingue, inicialmente, essa noção do intertexto. Enquanto este é representado por um conjunto de fragmentos de outros textos citados concretamente no discurso, aquela se refere aos diferentes “*tipos de relações intertextuais que a competência discursiva define como legítima*” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 77) (grifo do autor). Disso decorre o fato de que cada discurso vai permitir determinados intertextos em sua materialização linguística e vai recusar outros. Além disso, o sistema de coerções semânticas vai determinar que memória discursiva pode ser retomada e, ao mesmo tempo, delimitar com quais campos o discurso pode se relacionar ou não. Esse duplo trabalho é denominado pelo teórico francês

de intertextualidade interna e externa. Ou seja, no nível da intertextualidade interna, são citados fragmentos de textos com os quais o discurso se filia e, no nível da intertextualidade externa, há a citação de fragmentos de textos com outros campos. Porém, é importante destacar que o próprio discurso é quem vai determinar se na sua constituição ocorrerá os dois níveis de intertextualidade ou não. Isso quer dizer que dependendo da abertura de dado discurso, ele pode aceitar ou não a intertextualidade externa.

No plano do vocabulário, Maingueneau (2008a) argumenta que, a priori, não existe um léxico específico para determinado discurso, mas o que ocorre, na realidade, é que cada discurso vai atribuir um sentido específico ao léxico de que se apropria. Ou seja:

Segundo o mesmo princípio de coerções semânticas, não há sentido em falar em *vocabulário* de tal ou qual discurso como se houvesse um léxico específico, mas sim em sentidos diferentes atribuídos a um mesmo item lexical por discursos diferentes, dependendo do posicionamento discursivo. (SOUZA-E-SILVA, 2009, p. 11)

Dessa forma, o sentido das palavras só pode ser analisado ao levarmos em conta também o contexto cultural, social e histórico do discurso. Não é à toa que o autor francês conclui que “a restrição do universo lexical é inseparável da constituição de um território de convivência” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 81).

Mas, devido à sua complexidade no espaço discursivo, pode-se falar também em *temas impostos* e em *temas específicos*. Os primeiros ainda se subdividem em *temas compatíveis* e *temas incompatíveis*. Os temas compatíveis são aqueles com os quais o discurso converge e os incompatíveis são aqueles em que não há convergência direta, mas, mesmo assim, o enunciador e/ou discurso são obrigados a se posicionar sobre. Já os *temas específicos* seriam aqueles que estariam mais próximos ao sistema de coerções semânticas do próprio discurso.

Exemplificando para melhor aclarar essas ideias, no tocante ao discurso ecológico, os temas compatíveis são a problemática do desmatamento, a falta d'água, a preservação da fauna, entre tantos outros. Os temas incompatíveis seriam, por exemplo, questões ligadas à economia, aos números do Produto

Interno Bruto (PIB). Já os *temas específicos* do discurso ecológico seriam o conversadorismo e a disciplina educação ambiental nas escolas.

Sobre o estatuto do enunciador e do destinatário, o teórico francês vai expor que “os diversos modos da subjetividade enunciativa dependem igualmente da competência discursiva, sendo que cada discurso define o *estatuto* que o enunciador deve se atribuir e o que deve atribuir a seu destinatário para legitimar o seu dizer” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 87). Haveria, então, duas dimensões bem marcadas: uma de caráter institucional e outra de caráter intertextual. A primeira, por meio do sistema de coerções, impõe a construção social de um enunciador, digamos, ideal ou específico que apresentaria certas marcas e, assim, estaria discursivamente autorizado a enunciar sobre dada questão. Já a segunda diz respeito aos intertextos que são aceitos ou não na relação entre os coenunciadores de um determinado discurso.

Outro plano discutido por Mainguenu (2008a) é o de *dêixis enunciativa*. Ela implica o espaço e o tempo na construção do ato de enunciação. Há, portanto, no estatuto discursivo dos enunciadores, um conjunto de marcas espaço-temporais que indicam o momento e o lugar dos discursos. No nosso caso, saber que o objeto de estudo deste trabalho é formado pelo recorte de reportagens sobre a Eco 92 e a Rio+20, contribui significativamente para compreender as diferenças e especificidades dos enunciados do discurso ecológico produzidos em dois momentos. Essa noção de dêixis enunciativa foi posteriormente desenvolvida pelo analista do discurso no quadro de uma *cenografia enunciativa*. Esse conceito é bastante trabalhado no livro *Cenas da enunciação* (2008b), mas também em *Novas tendências em análise do discurso* (1997) e em *Análise de textos de comunicação* (2011).

A noção de *cenografia* está intimamente relacionada à noção de *gêneros do discurso*, o que evidencia, mais uma vez, a influência dos estudos bakhtinianos na AD, e põe em jogo na investigação da funcionalidade de dado gênero a distância constitutiva do seu modo de existência discursiva. De modo mais lato, isso quer dizer que um gênero inserido em determinada situação comunicativa pode assumir uma função que tradicionalmente – ou assumindo um ponto de vista mais genérico – não lhe seria característica. A exemplo

disso, podemos considerar um editorial de certa revista que, durante o período das eleições, manifesta claramente seu apoio a um dos candidatos à presidência como um panfleto político (COUTINHO, 2013).¹

Na realidade, a *cenografia* se encontraria inserida na cena da enunciação, como nomeia Maingueneau (2008b), ao lado de outras duas cenas: a *cena englobante* e a *cena genérica*. Estas duas seriam elementos constitutivos e sempre presentes na cena da enunciação, enquanto a cenografia pode nem sempre existir. A cena englobante é o tipo de discurso da materialidade linguística sobre a qual nos debruçamos e é algo que compreendemos sem grande esforço, pois está, na maior parte dos casos, bem claro. Um conto seria um exemplo do discurso literário; uma reportagem – gênero-objeto desta dissertação –, do discurso jornalístico; uma publicidade, do discurso publicitário; um sermão (oral ou escrito), do discurso religioso; e, assim, sucessivamente. Corresponde ao estatuto pragmático do texto analisado e varia de acordo com as condições espaciais e temporais que envolvem o enunciador e o co-enunciador de uma conjuntura específica.

A *cena genérica* nada mais é do que um gênero discursivo em funcionamento nas mais dinâmicas e diversas atividades discursivas. O gênero do discurso se constitui e constitui ao mesmo tempo um contexto exclusivo. Nele vamos encontrar sujeitos engajados em determinados papéis; sua existência ocorrendo em um lugar do espaço e em um momento no tempo; um suporte material; um fim próprio; etc. Por isso, são mutáveis e também estáveis. O próprio gênero é quem vai possibilitar a dadas mudanças ocorrerem e a outras não. Nesse sentido, o pesquisador francês argumenta que “na medida em que os gêneros são instituições de fala sócio-historicamente definidas, sua instabilidade é grande, e eles não se deixam apreender em taxonomias compactas” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 116).

Essas duas cenas, correspondentes ao tipo e gênero do discurso, estarão sempre presentes. Mas, em certos enunciados, a terceira cena, a

¹ A tese de doutoramento *A construção da militância editorial: disputas por hegemonias em discursos de editoriais da mídia impressa nas eleições presidenciais de 2010*, de Adriana Nadja Lélis Coutinho, discute acerca da reconfiguração do gênero editorial que adquire a funcionalidade de panfleto político ao ocorrer a explicitação do apoio dos veículos *Carta Capital* e *O Estado de S. Paulo* aos candidatos à corrida presencial de 2010. O trabalho foi defendido em 2013 no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

cenografia, também vai aparecer, sendo instituída e ganhando sentido pelo próprio discurso. E, ao surgir, ela coloca em segundo plano a cena englobante e cena genérica, porque cenografia e discurso ao mesmo tempo em que se constituem também se legitimam. Há, nela, um enunciador, um co-enunciador, um momento (que pode ser chamado de *cronografia*), um lugar (também chamado de *topografia*) que serão fundamentais para a origem do discurso. Dessa forma,

Para desempenhar plenamente seu papel, a cenografia não deve, portanto, ser um simples quadro, um elemento de decoração, como se o discurso viesse ocupar o interior de um espaço já construído e independente desse discurso: a enunciação, ao se desenvolver, esforça-se por instituir progressivamente seu próprio dispositivo de fala. Ela implica, desse modo, um processo de *enlaçamento paradoxal*. Desde sua emergência, a palavra supõe certa situação de enunciação, a qual, com efeito, é validada progressivamente por meio dessa mesma enunciação. Assim, a cenografia é, ao mesmo tempo, *origem e produto do discurso*; ela legitima um enunciado que, retroativamente, deve legitimá-la e estabelecer que essa cenografia de onde se origina a palavra é precisamente a cenografia requerida para contar uma história, para denunciar uma injustiça etc. Quanto mais o coenunciador avança no texto, mais ele deve se persuadir de que é aquela cenografia, e nenhuma outra, que corresponde ao mundo configurado pelo discurso. (MAINGUENEAU, 2008b, p. 118) (grifos do autor)

Essas palavras acima nos levam ao entendimento de que a cenografia é um processo em espiral: à proporção que os elementos essenciais e constitutivos vão se somando em um complexo dialógico, o discurso vai se construindo na medida em que todas essas partes vão se conectando e se relacionando. Daí se faz imprescindível entender que a cenografia é a “fuga da rotina” do tipo e do gênero discursivo e, não só isso, representa também uma reconfiguração discursiva que domina sua própria materialização, seu próprio desenvolvimento. Dessa maneira, o coenunciador, sobretudo, vai ser estimulado a compreender o novo que se releva na situação de enunciação.

Para o pesquisador francês, haveria ainda condições, ou melhor, gêneros mais favoráveis do que outros para o surgimento da cenografia. Ele, então, os coloca em polos extremos: 1) de um lado, os mais instrumentais e que exercem funções, digamos, mais técnicas e muito rotineiras. Como exemplo, podemos dar a receita médica, em que não se espera muito mais do que a prescrição de determinado medicamento e a posologia adequada ao

paciente; 2) e de outro lado, gêneros que por si mesmos, já necessitariam, para a sua materialidade, de uma cenografia. Nesse caso, podemos colocar a publicidade que, a cada produto que deseja vender, cobra dos sujeitos envolvidos no processo criativo do enunciado a ser veiculado uma constante construção e reconstrução do gênero que ora pode dialogar com situações enunciativas do teatro ou do cinema, da campanha política, da literatura, etc.

Tudo isso fica bastante claro quando o teórico francês pontua que “tal variação se revela plenamente ligada à finalidade dos gêneros de discurso” (MAINGUENEAU, 2008b, p 119), mostrando que a materialidade e a funcionalidade discursivas se encontram extremamente aninhadas.

Maingueneau (2008a) discorre, em seguida, sobre a prática discursiva ao desenvolver a noção de formação discursiva e, por isso, coloca a primeira dentro da segunda, estabelecendo um elo inseparável entre as duas. Afinal, é na prática que determinado tipo de discurso emerge e essa questão traz em si as ideias de “práxis” do vocabulário marxista e do pensamento foucaultiano. Desse modo, encontramos no verbete do *Dicionário de Análise do Discurso*:

Empregada com um valor pouco específico, tem aproximadamente as mesmas zonas de emprego que “discurso”. Utilizada no singular, “**a prática discursiva**” diz respeito à atividade discursiva em geral; como termo discreto (“**uma prática discursiva**”), diz respeito a um setor dessa atividade. Na verdade, quando se diz “prática discursiva” em vez de “discurso”, efetua-se um ato de posicionamento teórico: sublinha-se obrigatoriamente que se considera o discurso como uma forma de ação sobre o mundo produzida fundamentalmente nas relações de forças sociais. (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2012, p. 396) (grifos dos autores)

Nesse sentido, a prática discursiva se mostra claramente relacionada com o agir de enunciadores – e coenunciadores – sobre o mundo. Assim, por meio dos diferentes gêneros textuais que se materializam nas mais diversas interações humanas, dado tipo discursivo vai se constituir ali. E ele somente vai existir dentro de certa atividade social. Portanto, é indissociável pensar a constituição de um discurso sem analisar as práticas discursivas nas quais ele aparece.

É importante, então, considerar o desdobramento dos discursos dentro de um espaço institucional. Nele, determinado discurso será validado ou não, se filiará a um ou se contraporá a outro. E também podem ocorrer alterações nesses espaços que, evidentemente, irão modificar ou mudar o discurso dentro de um espaço discursivo. Maingueneau (2008a, p. 119) pontua que “a passagem de um discurso a outro é acompanhada de uma mudança na estrutura e no funcionamento dos grupos que gerem esses discursos”. Se nos voltarmos para o nosso objeto de análise, a prática discursiva e a constituição do próprio discurso ecológico são fruto das maneiras como o ser humano considera possível ou necessária sua relação com o meio ambiente ou à natureza de modo geral. Nesse sentido, essa relação poderá se dar de modo mais conservacionista ou não.

Dessa forma, qualquer veículo da comunicação social como instituição vai fazer com que os seus profissionais, ou melhor, os seus enunciadores, assumam certa posição social, evidenciando uma dinâmica organização que irá marcadamente organizar também os próprios discursos. Mas, ao falarmos em organização ou em instituição, não podemos perder de vista o todo ou o conjunto de coerções semânticas que vai atuar – embora faça parte, é claro – dentro e nessa posição. Então, o analista do discurso escreve que

A exemplo do que se refere à *posição* institucional, tem-se que levar em conta uma instância de embreagem entre a discursividade e sua inscrição institucional: o tom, a incorporação dos enunciadores e dos protagonistas, seu temperamento não são somente realidades textuais, funcionam também como modelo de interação no interior das comunidades. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 124-125)

É possível falar em duas modalidades intrinsecamente ligadas: uma discursiva e uma institucional. Essas, é nítido, estão sob um sistema de restrições semânticas que até podem ser tidas como previsíveis, pois é verificado o pode ou deve ser tido; o que gera um saber e um conjunto de práticas pertinentes a uma mesma instituição. E isso vai emergir no que foi produzido, vai estar presente – seja de modo mais discreto ou não – na superfície discursiva, mas sempre dentro da dinâmica semântica da instituição.

Dando continuidade, Maingueneau (2008a) faz referência à *prática intersemiótica*. Nesse sentido, o autor francês vai além do estritamente linguístico, ou seja, os enunciados, e se volta para outros textos de ordem não verbal, como a pintura, a música ou a arquitetura, por exemplo. Não seria adequado, para ele, delimitar o sistema de restrições semânticas ao domínio exclusivamente textual, pois, se compreendemos esse sistema como um modelo que recai sobre a organização de sentidos de dado discurso, ele, evidentemente, vai abarcar também as produções de ordem não linguística. O teórico francês, então, argumenta que:

Limitar o universo discursivo unicamente aos objetos linguísticos constitui sem dúvida alguma um meio de precaver-se contra os riscos inerentes a qualquer tentativa “intersemiótica”, mas apresenta o inconveniente de nos deixar muito aquém daquilo que todo mundo sempre soube, a saber, que os diversos suportes semióticos não são independentes uns dos outros, estando submetidos às mesmas escansões históricas, às mesmas restrições temáticas, etc.... (MAINGUENEAU, 2008a, p. 138-139)

Assim, considerar o discurso apenas uma constituição de material linguístico é limitar o próprio sistema de restrições semânticas que é responsável por determinada formação discursiva. Embora as produções linguísticas sejam dominantes, excluir os domínios semióticos variados significa empobrecer a prática discursiva em análise. Por isso, Maingueneau (2008a) vai chamar de “textos” toda a diversidade de produções semióticas e “enunciados” apenas as materialidades linguísticas. Dessa forma, pretende equiparar a relevância da abordagem de diferentes domínios pertencentes a uma mesma formação discursiva. Vale ressaltar, no entanto, que o autor não argumenta a favor da presença indistinta de domínios semióticos variados na análise, mas assevera que o próprio sistema de restrições semânticas vai determinar os domínios e os gêneros pertencentes, coerentes e relacionados à prática discursiva.

Ao interligar a pertinência semântica às práticas semióticas, o pesquisador francês retoma a noção de *competência discursiva*. Estendendo-a aos enunciadores não linguísticos, ele argumenta que, mesmo em meio à heterogeneidade dos textos, quem enuncia de modo não verbal vai também

participar da mesma rede de regras e reconhecerá o que é válido ou não textualizar em certo tipo de discurso. Ou seja, a própria prática discursiva vai estabelecer o que pode ser dito em dado discurso. Sendo assim, a legitimidade do texto vai depender de como o enunciador opera e organiza os sentidos do texto que produz.

Sendo assim, o analista do discurso expande seu olhar para um *corpus* maior de análise e pode empreender outras e novas leituras que contribuem efetivamente para a sua compreensão sobre o sistema de restrições de um determinado tipo discursivo, além de evidenciar as organizações de sentidos possíveis de serem estabelecidas entre diferentes domínios. Desse modo,

construímos uma “competência” (que exerce o papel de *modus operandi*) a partir de um conjunto de enunciados, e, em seguida, lhe conferimos um responsável institucional, e tentamos agora estender sua validade a textos que pertencem a outros domínios semióticos. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 142)

Todos esses conjuntos textuais são relacionados diretamente, é claro, às conjunturas históricas em que estão inseridos. Nesse sentido, o autor francês apresenta um *esquema de correspondência* entre o textual e o histórico, retomando, assim, a expressão de Michel Foucault.

Dominique Maingueneau, na realidade, discute, ao analisar o funcionamento institucional em relação com o funcionamento discursivo, a ação evidente da ideologia – noção para ele ainda abordada de modo muito precário e limitado em AD – na articulação das práticas discursivas. O que o pesquisador quer é tratar sobre as possíveis relações que os sistemas de restrições podem estabelecer com o seu exterior histórico ou, com as suas próprias palavras, levar em consideração “[...] o fato de que é antes de tudo pelo sistema de restrições semânticas que deve passar a inscrição das práticas discursivas em suas conjunturas históricas” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 160).

Nesse sentido, o autor trata o analista do discurso como um especialista que vai além da estrutura do discurso e que ultrapassa uma leitura da correspondência direta que seus textos podem estabelecer com a realidade social imediata. Dessa forma, o teórico critica a visão tradicional, como a de historiadores, por exemplo, que consideram os textos como documentos de

apreensão histórica clara, direta e imediata. Para Maingueneau (2008a), a superfície discursiva nunca poderá ser compreendida em sua totalidade, pois esta, a sua totalidade, como efetivo funcionamento discursivo, é *ininterpretável*. Por isso, ele defende que “a tendência constante do especialista não é inscrever o texto que ele estuda nos limites restritivos de alguma conjuntura, comunidade, região..., mas circular com virtuosismo pelo intertexto para cujo estudo ele se considera habilitado” (p. 162).

Diante disso, podemos concluir que o melhor caminho a seguir na análise de um tipo de discurso é enveredar pela compreensão da semântica global da sua prática discursiva para que, assim, possamos observar as relações entre o conjunto de textos da superfície discursiva e a conjuntura histórica que materializam os sentidos e o próprio discurso.

No entanto, devido às limitações de tempo e espaço para a elaboração deste trabalho, selecionamos apenas algumas noções levantadas por Dominique Maingueneau e pretendemos, através delas, nos debruçar sobre a constituição e a materialização do discurso ecológico na mídia impressa brasileira: *o primado do interdiscurso, a semântica global e a prática intersemiótica*. Elas foram escolhidas por possibilitarem uma análise mais rica do nosso corpus, que é composto, como já mencionando anteriormente, por reportagens das revistas *Veja* e *Carta Capital*. Evidentemente, não abriremos tópicos específicos para cada uma delas, pois um estudo de certo modo dicotômico não corresponderia a uma metodologia coerente com a AD.

Antes, contudo, discutiremos algumas questões relativas ao discurso das mídias e aos seus modos de organização a partir das pesquisas realizadas pelo professor francês Patrick Charaudeau (2006), a fim de adentrarmos com mais propriedade na investigação do gênero discursivo eleito.

3. O DISCURSO MIDIÁTICO

As mídias sempre foram um importante meio de informação e comunicação. Afinal, através delas (televisiva, radiofônica ou impressa

escrita/digital) conhecemos ou revisitamos nossos saberes a partir de tudo aquilo que selecionam de fatos sociais para nos apresentar. Os estudos sobre os discursos da informação ou discurso das mídias mostraram, ao longo do tempo, que elas não são tão neutras quanto a proposta de distanciamento e imparcialidade que, mesmo nos dias de hoje, ainda propagam. Seja na seleção do objeto de saber posto em pauta, seja nas escolhas de ordem sintática ou semântica, a transparência comunicativa é colocada em discussão, pois, inseridas em práticas discursivas e intersemióticas, as mídias são atividades de linguagem heterogêneas e opacizadas.

Acerca do discurso midiático, tomamos como aporte teórico os estudos empreendidos pelo professor francês Patrick Charaudeau. Ele não é exatamente um analista do discurso, pois se inscreve dentro de uma *Semiolinguística*. Neste momento, suas pesquisas nos interessam particularmente, porque podemos compreender o vocábulo da seguinte maneira:

Semio-, de “semiosis”, evocando o fato de que a construção do sentido e sua configuração se fazem através de uma relação forma-sentido (em diferentes sistemas semiológicos), sob a responsabilidade de um sujeito intencional, com um projeto de influência social, num determinado quadro de ação; *linguística* para destacar que a matéria principal da forma em questão – a das línguas naturais (CHARAUDEAU, 2005).

Esse panorama aponta para um estudo amplo das discursividades, indo além do material estritamente verbal. Perspectiva que, para esta pesquisa, se mostra muito relevante.

Entre as obras de Charaudeau, encontramos o *Discurso das Mídias*, em que ele discute a informação como discurso e revisita a tipologia dos gêneros textuais, a fim de analisar a construção desse discurso, as relações sociais que são postas em jogo e os efeitos de sentido advindos dos textos produzidos por esses meios comunicativos. A princípio, a partir das noções de informação e comunicação, afirma a complexidade dessas noções que se voltam aos estudos dos fenômenos sociais. Mas só através delas compreenderemos que:

“[...] as mídias são um suporte organizacional que se apossa dessas noções para integrá-las em suas diversas lógicas –

econômica (fazer viver uma empresa), tecnológica (estender a qualidade e a quantidade de sua difusão) e simbólica (servir à democracia cidadã)” (CHARAUDEAU, 2006, p. 15).

Para o autor, a lógica simbólica é a que mais interessa, porque é a partir dela que os indivíduos interagem socialmente numa relação de troca, constroem na prática discursiva as representações dos valores em que estão inseridos e agem sobre os elementos de ordem linguística e não linguística, produzindo sentido.

O professor argumenta sobre a dificuldade de analisar o discurso de informação, afirmando ser mais difícil do que o discurso político. Enquanto este está diretamente ligado ao poder e à manipulação, aquele, por se constituir quase como um quarto poder, deveria atender à lógica simbólica de ser democrático, mas escapa e produz efeitos de sentido que vão muito além de uma simples transmissão de informação. O pesquisador francês, contudo, esclarece que as mídias, apesar de toda sua força comunicativa, não podem ser consideradas como uma instância de poder. Elas não estabelecem comportamentos e normas de conduta social regidas por leis nem imposições aos seus interlocutores. Antes, atuam como instância de denúncia do poder.

Mas, mesmo sendo chamadas de quarto poder, as mídias não manipulam apenas o seu público-alvo, como também são manipuladas por eles e por si mesmas. Isso remete à discussão sobre o interlocutor da informação, pois se “[...] informar é transmitir um saber a quem não o possui, pode-se dizer que a informação é tanto mais forte quanto maior é o grau de ignorância, por parte do alvo, a respeito do saber do que lhe é transmitido” (CHARAUDEAU, 2006, p. 19). Ou seja, ao construir um material textual para informar determinado grupo sobre dada informação, as mídias precisam conhecer ou estabelecer certos critérios quanto ao grau de saber desse público-alvo. Dessa forma, a instância midiática modula seu dizer e transmite sua informação com eficácia para o seu interlocutor.

Essa transmissão não é exatamente o que ocorre na realidade social. Trata-se do que as mídias constroem a partir do espaço público. Assim:

A informação é essencialmente uma questão de linguagem, e a linguagem não é transparente ao mundo, ela apresenta sua

própria opacidade através da qual se constrói uma visão, um sentido particular do mundo. Mesmo a imagem, que se acreditava ser mais apta a refletir o mundo como ele é, tem sua própria opacidade (CHARAUDEAU, 2006, p. 19).

Afinal, todo o recorte dos fatos sociais que faz e os diferentes modos como apresenta ao mundo, funcionam, na metáfora do próprio pesquisador, como vários espelhos deformantes em face de uma mesma situação. É notório que as práticas discursivas correspondem a relações de trocas e de influência e, por isso mesmo, constroem uma representação da realidade que lhe seria mais conveniente.

Nesse sentido, a lógica econômica e a lógica simbólica estão intrinsecamente ligadas, ou seja, uma empresa da esfera midiática precisa se manter com o maior conjunto de interlocutores possível e, ao mesmo tempo, participa da construção da opinião pública por meio da comunicação (o que transmite e como transmite) que estabelece. As duas lógicas, portanto, em estreito diálogo, se influenciam concomitantemente.

Em seguida, o pesquisador francês apresenta um quadro teórico com o modelo de análise do discurso da informação que discute. Nele, a máquina midiática possui três lugares: o lugar das condições de produção, o lugar da construção do produto e o lugar das condições de interpretação. O primeiro diz respeito ao próprio veículo de informação e seus atores, ou seja, determinado periódico e o seu corpo de jornalistas; o segundo se refere ao material produzido como, por exemplo, notícias e reportagens impressas e/ou digitais; e o terceiro se volta para a recepção pelo interlocutor ou consumidor da informação, correspondendo, então, aos leitores, em caso de texto impresso ou digital, aos ouvintes, produção radiofônica, e aos telespectadores, produção transmitida através da televisão.

Mais detalhadamente, o lugar das condições de produção comporta dois espaços, a saber, “externo-externo” e “interno-externo”. O primeiro se refere às *condições socioeconômicas* da mídia, ou seja, à instituição e seu regulamento interno, à atuação dos profissionais contratados por esse veículo, à intencionalidade das suas produções, envolvendo objetivos tanto simbólicos quanto econômicos, sendo assim “é o espaço de hierarquização do modo de trabalho de cada organismo midiático, seus modos de funcionamento e de

contratação, suas escolhas de programação” (CHARAUDEAU, 2006, p. 24). Já o segundo espaço, o “interno-externo, é constituído pelas *condições semiológicas* da produção. Quer dizer, a preocupação dos editores e jornalistas em selecionar o que vão transmitir ao seu público e como podem atingir esse público com maior eficácia, seja através da natureza do interesse (movendo seus leitores, no caso de texto impresso pelo lado racional) ou do desejo (incitando seus leitores por meio da afetividade). Por isso, se fala em “efeitos de sentido visados”, ou seja, aqueles pretendidos pelos enunciadores a fim de conseguir o seu objetivo. A palavra “visados”, no entanto, já indica que tais efeitos poderão ou não se tornar efetivos na realidade social.

Também no lugar das condições de recepção, encontraremos dois espaços: o “interno-externo” e o “externo-externo”. No primeiro, encontramos o destinatário pensado pela instância midiática e como passível de assimilar os efeitos de sentido visados por ela. Já o segundo, o espaço “externo-externo”, é o do receptor real que interage com a mensagem de acordo com as suas próprias condições de interpretação. É neste segundo espaço que ocorrem as variantes, quer dizer, devido a questões de ordem psicológica e sociológica, os efeitos de sentidos visados podem ou não ser atingidos. Nesse ponto, o autor francês discute o método da sondagem para verificar e prever os comportamentos esperados pela instância alvo. No entanto, esse método lhe parece bastante falho e, por isso, escreve que:

As mídias, utilizando as sondagens como o principal instrumento de medida do alvo, tornam-se reféns desse recurso, mesmo quando manifestam, com relação a ele, uma certa distância. Na verdade: (1) as próprias mídias são os financiadores das sondagens (procuram um espelho); (2) não podem deixar de publicar as sondagens (exibem o espelho); (3) tentam esquivar-se ao fazer comentários de denegação (tentam quebrar o espelho). Por isso mesmo, mostram que são impotentes para encontrar um outro instrumento de medida. Esse é um dos efeitos de circularidade da máquina midiática: estar condenada a fabricar informação inclusive sobre si própria. (CHARAUDEAU, 2006, p. 27)

Nesse sentido, percebemos que pautar a intencionalidade de dado produto (texto) midiático por meio de sondagens é tentar encontrar o caminho exato para ampliar a eficiência dos efeitos de sentidos visados, porém, as

sondagens, cujos resultados são quase sempre generalizantes, tendem a colocar os futuros resultados na zona apenas das possibilidades.

O terceiro lugar é o lugar de construção do produto ou, como ele também escreve, o lugar das restrições de construção do produto. É nesse lugar que a prática semi-discursiva toma corpo, ou seja, a seleção e combinação dos elementos de ordem verbal e não verbal que se unem para a materialização do produto. O sentido desse texto parte dessa organização particular e única e também a *co-intencionalidade* colocada pelo produtor. Isso quer dizer que a instância de produção só consegue construir o seu texto a partir do imaginário do seu futuro receptor. Diante disso, na realidade social, o texto vai apresentar efetivamente “efeitos de sentidos possíveis”. Eles se diferenciam dos “efeitos de sentidos visados”, pois, enquanto estes se referem à expectativa do produtor em relação ao expectador, aqueles correspondem aos “possíveis interpretativos” que o receptor efetivamente apreende e interpreta. Mas, vale ressaltar, como são textos marcados social e historicamente, as interpretações efetivas de um texto nunca vão dar conta da totalidade de efeitos de sentidos que ele comporta.

A partir de tudo isso, o autor francês argumenta que

Analisar o produto acabado depende de uma problemática semi-discursiva que pressupõe o estudo do discurso midiático sob um enfoque em que serão examinados os sentidos provenientes da estruturação do texto e os discursos de representação, tanto aqueles que circulam no lugar de produção quanto os que caracterizam o lugar das condições de recepção. (CHARAUDEAU, 2006, p. 28)

Esses dois imaginários são responsáveis por constituir o funcionamento do discurso de informação ou das mídias. E essa compreensão sobre o discurso midiático se atrela justamente com a Análise do Discurso de Linha Francesa sobre a qual nos debruçamos, pois, nela, a heterogeneidade e o discurso do outro são considerados fundamentais para a construção de qualquer gênero textual. Por isso, na análise do discurso midiático, levar em conta as condições extradiscursivas e as realizações intradiscursivas é de grande relevância para compreender o máximo possível os efeitos de sentido de um produto midiático.

Nesse percurso, Charaudeau (2006) também vai argumentar acerca da informação como discurso e, dessa forma, estabelece três aspectos principais a serem discutidos. Ei-los: *a mecânica de construção, a natureza do saber e o efeito de verdade*.

A *mecânica de construção* é tida como um duplo processo em que ocorre a construção do sentido a partir da *transformação* e da *transação*. O processo de transformação se dá quando nomeamos, qualificamos, narramos, modalizamos ou argumentamos sobre os fatos sociais. É uma passagem, como colocar o professor francês do “mundo a significar” a “mundo significado”. É nítido, então, inscrever o ato de informar nesse processo, “[...] porque deve *descrever* (identificar-qualificar fatos), *contar* (reportar acontecimentos), *explicar* (fornecer as causas desses fatos e acontecimentos)” (CHARAUDEAU, 2006, p. 41). Já o processo de transação se dá por meio do jogo de relações e de expectativas que o produtor do texto midiático tem em relação ao receptor desse mesmo texto, ou seja, dos objetivos postos em jogo e que determinam certos parâmetros da própria construção textual. São levantadas, portanto, hipóteses sobre a *identidade* do outro, o *efeito* a se produzir nesse outro, a *relação* que se pretende estabelecer ou que já está estabelecida e a *regulação* de todas essas funções. É necessário, contudo, frisar que o processo de transação é que vai orientar a materialização do processo de transformação.

O autor enfatiza, portanto, a presença essencial do outro no fazer discursivo. Por isso, vai enunciar que é na intersubjetividade que a linguagem nasce, vive e morre, quer dizer, só é passível de existência devido à relação extremamente necessária, depende e intrínseca que estabelece com o seu receptor ou com o outro no discurso informativo. O pesquisador, então, conclui:

Assim, todo discurso, antes de representar o mundo, representa uma relação, ou, mais exatamente, representa o mundo ao representar uma relação. E isso também é verdade para o discurso de informação. O sujeito informador, capturado pelas malhas do processo de transação, só pode construir sua informação em função dos dados específicos da situação de troca. (CHARAUDEAU, 2006, p. 42).

Colocando esse duplo processo, transformação e transação, e reforçando o poder deste último na organização da própria informação e eficácia no fio do discurso informativo.

A segunda questão discutida é a *natureza do saber*. A priori, o saber não apresenta natureza, pois ele é fruto das atividades humanas de linguagem que, conseqüentemente, produzem conhecimento. No entanto, dependendo da maneira como o homem orienta seu olhar para o mundo, o saber pode ser classificado em duas categorias: *saberes de conhecimento* e *saberes de crença*.

Os *saberes de conhecimento* são aqueles que possuem uma visão racionalizada do mundo, ou seja, seus fatos e fenômenos são analisados do modo mais objetivo e científico possível. Desse modo, taxionomias podem ser utilizadas na elaboração de hierarquias, conjuntos e subconjuntos, a fim de estabelecer distinções ou semelhanças entre os objetos do mundo. Esses saberes são adquiridos pelos sujeitos através da sua própria experiência nas interações da linguagem e também pelo agrupamento de dados científicos e técnicos que lhes são apresentados.

Esses conhecimentos são resultado de todo um conjunto de aprendizagens com as quais o sujeito entrou – e entra – em contato durante toda a sua vida. E, por serem considerados como os conhecimentos mais objetivos possíveis, são, historicamente, tidos como válidos, verdadeiros e reconhecidos como certos. Sendo assim, esses conhecimentos são colocados como mais distantes da subjetividade humana.

Os saberes de conhecimento podem ainda ser subdivididos em três categorias: *existencial*, *evenencial* e *explicativa*. A primeira parte da percepção dos fatos e objetos do mundo, descrevendo os seus respectivos lugares no mundo, ou seja, o espaço, o tempo e as suas propriedades. Isso quer dizer que a categoria existencial trata dos dados mais diretos e apreensíveis do fenômeno, sendo eles visíveis e incontestáveis.

A segunda categoria, a evenencial, “[...] é determinada pela descrição do que ocorre ou ocorreu, isto é, do que modifica o estado do mundo (dos seres, de suas qualidades, dos processos nos quais estão implicados) (CHARAUDEAU, 2006, p. 45)”. Ela, então, se refere a tudo aquilo que pode ser

mais ou menos descrito segundo a verossimilhança dos fatos. O enfoque passa a ser da ordem da reconstituição desses fatos, verificando a sua coerência e lógica, ou se volta para uma declaração dita, para os atores envolvidos ou para as propriedades espaciotemporais das circunstâncias em que a enunciação informativa se materializou.

Já a terceira categoria, a explicativa, como o próprio nome já indica, se refere à compreensão dos motivos que possibilitaram a ocorrência do acontecimento em questão e também das suas consequências. As típicas perguntas da esfera da comunicação social (Por quê? Como? Para quê?), se inscrevem nessa categoria, pois elas serão responsáveis por levantar enunciados e organizá-los, objetivando construir a argumentação necessária ao entendimento do interlocutor.

Como vimos, os saberes de conhecimento são aqueles verificáveis no mundo e pertencentes a uma ordem mais objetiva e distanciada. Isso quer dizer que qualquer sujeito que se dispôr a ir em busca de determinados dados de um mesmo acontecimento obterá as mesmas informações, digamos assim, acerca dele. Afinal, se algo aconteceu envolvendo certos sujeitos e em determinados espaço e tempo, isso não pode ser alterado, pois as materialidades discursivas após enunciadas não podem ser modificadas na esfera do real.

Diferentemente dos saberes de conhecimento, os *saberes de crenças* são de outra ordem. Como escreve Charaudeau (2006, p. 45), “são os saberes que resultam da atividade humana quando esta se aplica a comentar o mundo, isto é, a fazer com que o mundo não mais exista por si mesmo, mas sim através do olhar subjetivo que o sujeito lança sobre ele”. Assim, eles se constroem a partir do posicionamento que o sujeito toma diante dos acontecimentos e das interpretações que elabora frente a eles. Passa-se, logo, a uma *avaliação* e a uma *apreciação*. A *avaliação* corresponde ao que é legítimo ou não segundo o próprio sujeito e a *apreciação* diz respeito às consequências desse posicionamento na interação social.

Nesse sentido, os saberes de crenças desenvolvem normas que orientam o comportamento dos sujeitos, sendo elas ora *efetivas* ora *ideais*. As *efetivas* regulam as práticas sociais e as *ideais* avaliam a ação do sujeito,

considerando-a correta ou não. Dessa maneira, as crenças necessitam de sistemas de interpretação, pois é por meio deles que os sujeitos irão considerar algo como positivo ou negativo, adequado ou inadequado, lógico ou incoerente.

Portanto, os saberes de crenças inscritos em uma enunciação informativa agem como elemento de persuasão do interlocutor, buscando estabelecer um vínculo de confiança ou de cumplicidade, fazendo com que o outro, preferencialmente, faça a sua adesão ao que está sendo dito, ou seja, se o enunciador considera algo correto e justo ou não que o coenunciador concorde com ele em qualquer instância. Isso quer dizer que “[...] toda informação a respeito de uma crença funciona ao mesmo tempo como interpelação do outro, pois o obriga a tomar posição em relação à avaliação que lhe é proposta, colocando-o em posição reativa” (CHARAUDEAU, 2006, p. 46). Sendo assim, espera-se, como postula o pensamento bakhtiniano, uma atitude responsiva ativa por parte do interlocutor considerado na instância enunciativa.

O autor francês ainda vai abordar a problemática das *representações*, ou seja, a percepção-construção que os sujeitos estabelecem com o real. Elas são a base do sistema de valores colocados em jogo na sociedade e de suas normas, representando os anseios dos sujeitos ali inseridos.

As representações, ao construírem uma organização do real através de imagens mentais transpostas em discurso ou em outras manifestações comportamentais dos indivíduos que vivem em sociedade, estão incluídas no real, ou mesmo dadas como se fossem o próprio real. (CHARAUDEAU, 2006, p. 47).

Isso quer dizer que os saberes de conhecimento e de crenças não possuem fronteiras bem demarcadas ou rígidas. O processo de representações do real vai atingi-los de igual forma. Assim sendo, os saberes colocados como de conhecimento podem estar aglutinados com os saberes de crenças por um jogo de palavras usado pelo enunciador por meio de um ato intencional do mesmo. Afinal, a utilização desta ou daquela palavra em determinado contexto constrói o sentido do todo, modificando, muitas vezes, o sentido mais lato que aquela palavra detinha a princípio. O enunciado, portanto, nunca é neutro,

posto que está sendo marcado ou dialogando com elementos da ordem do sócio-histórico que lhe conferem sentido.

Em seguida, Charaudeau (2006, p. 48) trata dos *efeitos de verdade* dos enunciados informativos. Antes de mais nada, é preciso diferenciar o *valor de verdade* do *efeito de verdade*, que são aspectos distintos. O *valor de verdade* é da ordem objetiva e se vale de todo um conjunto de aparatos técnicos e científicos para conhecer o mundo. É da esfera do erudito, do formal e visa à compreensão dos fatos da realidade buscando o “ser verdadeiro”. Algo estável e imutável, baseado em evidências.

Já o *efeito de verdade* se atrela mais à busca do “acreditar ser verdadeiro” e é da ordem subjetiva, de tudo aquilo que o sujeito acredita ser importante e necessário para os outros. O efeito de verdade não se embasa em evidências, mas na própria convicção do sujeito. Assim, o que se coloca em questão é a credibilidade do que está sendo dito, por quem está sendo dito e a validade das circunstâncias desse algo que está sendo enunciado. Então, o pesquisador francês sintetiza que

Cada tipo de discurso modula seus efeitos de verdade de uma maneira particular. O discurso de informação modula-os segundo as supostas razões pelas quais uma informação é transmitida (por que informar?), segundo os traços psicológicos e sociais daquele que dá a informação (quem informa?) e segundo os meios que o informador aciona para provar sua veracidade (quais são as provas?) (CHARAUDEAU, 2006, p. 50)

Dessa forma, percebemos que os saberes de crenças sempre estão presentes e, ao mesmo tempo, atrelados aos saberes de conhecimento. A maneira como essa relação se estabelece, vale ressaltar, é que vai determinar os efeitos de verdade que determinada materialidade pode atingir. Sendo assim, é preciso também conhecer os dispositivos de encenação, pois é através deles que o enunciado, a parte estritamente linguística, e o intersemiótico, os aspectos não verbais, vão interagir para comunicar a informação e também materializar o discurso.

Diante disso, há a necessidade de se conhecer os dispositivos, pois eles influenciam profundamente na produção do enunciado informativo. Assim, “o

dispositivo é uma maneira de pensar a articulação entre vários elementos que formam um conjunto estruturado, pela solidariedade combinatória que os liga” (CHARAUDEAU, 2006, p. 104). Analisar o dispositivo é pensar além do linguístico, pois o que molda a informação, molda também o discurso. É necessário pensar, então, forma e conteúdo de modo articulado. Conceber informação e suporte de forma desarticulada é empobrecer as possibilidades de análise e reduzir as interpretações possíveis de dada materialidade.

Nesse sentido, e nos voltando à comunicação midiática, podemos dizer, de modo geral, que encontramos quatro grandes suportes de mídia: o rádio, a televisão, a imprensa escrita e, atualmente, a internet. Nelas, temos, respectivamente, a voz, a imagem e a escrita como bases fundamentais para a transmissão de qualquer informação. Desse modo, é nítido que a diversidade de dispositivos representa as multiplicidades de materialização discursiva, ou seja, cada dispositivo apresenta especificidades que vão atuar no próprio ato da interação social midiática.

No nosso caso, nos deteremos à imprensa escrita, mais especificamente, no gênero reportagem, que constitui o objeto de análise do presente trabalho a fim de compreender a materialização do discurso ecológico.

A imprensa escrita é feita de palavras e imagens. Ela é caracterizada por ser um dispositivo que só pode comunicar algo após o seu efetivo acontecimento, pois é produzida a partir de informação coletadas, dados e imagens, que só depois podem ser escritos, articulados e, em seguida, publicados, seja em versão impressa ou digital, além, é claro, do tempo gasto para a distribuição e efetiva circulação da escrita. Assim, é necessária “[...] uma sucessão de momentos operatórios que produzem uma grande defasagem entre o surgimento do acontecimento e o momento em que o leitor toma conhecimento dele” (CHARAUDEAU, 2006, p. 113).

Atualmente, a imprensa escrita se constitui de jornais, revistas e, cada vez mais, de sítios na internet. A relação entre os diversos gêneros que compõem cada um desses suportes permite verificar o grau de legitimidade que cada um deles adquire em nossa sociedade. Sendo assim, levar em conta a relação distanciada, como coloca o autor francês, permite concluir que o

tempo de produção da informação pode contribuir para sua maior elaboração e melhor exame dos fatos.

É notório que essa é uma questão bastante complexa, afinal não podemos estabelecer uma razão direta entre velocidade e qualidade. Mas, partir dessa premissa temporal, podemos adotar uma postura que visa analisar, no nosso caso, os discursos de modo mais aprofundado e qualitativo. Nesse sentido, a constituição do nosso corpus a partir de reportagens da mídia impressa se justifica por ser voltar a uma materialidade linguística construída com maior riqueza de detalhes sobre dado acontecimento do cotidiano.

Para Lage (2006, p. 46), “a reportagem não cuida da cobertura de um fato ou de uma série de fatos, mas do levantamento de um assunto conforme ângulo preestabelecido”. Assim, o gênero ultrapassa o escopo dos gêneros jornalísticos. Segundo Melo (1985), eles, a princípio, podem ser classificados em duas grandes categorias: o jornalismo opinativo e o jornalismo informativo. Para o professor, no entanto, essa divisão se apresenta bastante complexa para alguns gêneros, como a reportagem.

No caso de uma notícia, é claro seu pertencimento ao jornalismo informativo, pois se limita, de modo geral, a comunicar sobre determinado acontecimento com maior síntese e objetividade. No caso de um artigo de opinião, o sujeito se volta para um tema de interesse contemporâneo e expõe, claramente, seu posicionamento axiológico sobre o que discute, tendo sua argumentação claramente influenciada pela atitude que toma. No entanto, com a reportagem, isso não se dá de modo tão claro. Além de uma análise apurada dos acontecimentos, temos um material enunciativo e intersemiótico que, muitas vezes, não marca claramente o posicionamento de quem escreve. Aliás, outro fato que contribui para isso é o fato das reportagens nem sempre serem assinadas por um jornalista específico.

Apesar de tudo isso, a reportagem ainda assim constitui uma prática discursiva com uma riqueza comunicacional muito grande, o que permite ao analista do discurso que se debruçar sobre esse gênero, analisar determinado tema da sociedade de modo muito mais amplo. Nesse sentido, ao se voltar para questões contemporâneas, a reportagem permite o acompanhamento da constituição, do desenvolvimento e modificações e do apagamento de

diferentes tipos de discursos. No presente trabalho, portanto, pretendemos a partir delas, compreender como se constituiu e como se configura hoje o discurso ecológico, tipo discursivo bastante em voga nas mais variadas esferas de comunicação.

4. O DISCURSO ECOLÓGICO

Atualmente, o discurso ecológico, ou verde, como também podemos chamar, está presente nas mais diversas esferas da comunicação social e se materializa através dos mais variados gêneros. Esse discurso, de maneira geral, defende a preservação da natureza, a fauna e a flora, e busca conscientizar as pessoas da necessidade de se proteger o nosso planeta.

Contudo, ele não se mantém inalterado ao longo do tempo e, como todo discurso, suas marcas históricas e sociais denunciam as atualizações e transformações que o perpassaram. Nesse sentido, é preciso conhecer, mesmo que brevemente, a sua origem e evolução.

De acordo com Carvalho (2011), a ecologia surgiu dentro do quadro epistemológico da própria biologia e o termo foi usado pela primeira vez pelo biólogo alemão Ernest Haeckel em 1866. Ela é definida como a ciência que investiga as relações que os organismos estabelecem com o mundo exterior. É ainda no século XX que, dentro do quadro das ciências naturais, começa a ser vista como uma disciplina autônoma, sendo reconhecida como uma “jovem ciência”.

Mas há outro vocábulo importante nesse período de gênese: o ecossistema. Ele foi utilizado pelo ecólogo inglês Arthur Transley em 1935 em referência a um olhar mais holístico para a compreensão das inter-relações entre os seres vivos. Essas palavras, ecologia e ecossistema, portanto, são peças fundamentais para o entendimento sobre a origem deste tipo de discurso sobre o qual nos debruçamos. É importante ressaltar que a propagação e a aderência dos sujeitos ao discurso ecológico inicialmente não ocorreu de modo tão rápido. Assim como o surgimento de uma nova ciência, houve um longo período de fomentação e de transformações sociais para que ele tomasse seu lugar no mundo e tivesse a sua identidade.

O discurso ecológico, a priori, parece se reportar apenas à natureza, considerada de um ponto de vista como algo exótico e selvagem. Foi assim durante bastante tempo e ainda hoje temos, de certo modo, essa herança cultural guiando os nossos olhos quando admiramos certos habitats intocados, onde a presença do homem é quase proibida. Assim,

Essa visão ‘naturalizada’ tende a ver a natureza como o mundo da ordem biológica, essencialmente boa, pacificada, equilibrada, estável em suas interações ecossistêmicas, o qual segue vivendo como autônomo e independente da interação com o mundo cultural humano. Quando essa interação é focada, a presença humana amiúde aparece como problemática e nefasta para a natureza. (CARVALHO, 2011, p. 35)

Dessa forma, temos uma visão naturalista dos ecossistemas. Seria ela, então, estritamente biológica e contrária à ação ou até mesmo presença do homem. O ser humano é discriminado em favor de orientações conservadoras que objetivam salvar a natureza a todo custo.

Mas, ao escapar ao campo das ciências naturais e adentrando no campo social, o discurso ecológico se modificou e passou também a aceitar o homem como protagonista das relações da natureza. Essa perspectiva, que a autora denomina socioambiental, se pauta essencialmente na análise das possíveis relações mútuas entre a presença humana e a presença natural sobre o globo. Por isso, a ação dos homens não é mais vista como extremamente negativa, ela é também necessária para a coevolução, como nomeiam os ecologistas, ou seja, o processo de interação.

Diante disso, a autora defende que

Assim, observa-se que, em muitos dos ambientes naturais considerados “intactos”, é possível reconhecer vestígios das trocas e transformações geradas pela presença humana, a qual, com suas interferências, pode ter aumentado o nível de troca e a biodiversidade. Optar por essa perspectiva permite-nos, por exemplo, falar em sociobiodiversidade, como um fator de diversificação desejável para a vida que vai além da simples diversidade biofísica (CARVALHO, 2011, p. 36).

Essa sociobiodiversidade é uma interação positiva em que os dois lados, natureza e homem, se enriquecem e evoluem concomitantemente, sendo de tal modo sustentável. O mundo biológico está presente nessa visão e o mundo humano, digamos assim, com sua cultura e complexidade está também posto em caráter de igualdade nesse jogo. Esse deslocamento amplia o olhar para o todo, preservando natureza e homens.

No campo social, o discurso ecológico – mais biológico em um primeiro momento e mais humano depois – possibilitou o nascimento de movimentos ecológicos em que a luta por um mundo preservado fosse sua marca central. O direito a um meio ambiente mais digno e a conscientização de um dever preservacionista por parte de todos os sujeitos são seus objetivos principais. Sendo assim, podemos, inclusive, falar da origem de um sujeito ecológico.

Sujeito, então, ligado “[...] à utopia de um mundo melhor, ambientalmente preservado e socialmente justo” (CARVALHO, 2011, p. 40).

Esse sujeito ecológico está no cerne dos movimentos e práticas sociais que ganharam ênfase a partir, sobretudo, da década 60 do século XX. Nesse período, nos Estados Unidos e na Europa, o questionamento da ordem vigente, a contracultura e o reconhecimento de diferentes identidades e visões de mundo culminaram em manifestações estudantis que questionam a ordem e o modo de vida conservadores e estabelecidos. Vale ressaltar que esse é o cenário que marca as manifestações estudantis de maio de 1968 na França.

Isso tudo influencia, evidentemente, o ecologismo, ou seja, os movimentos ecológicos que buscam questionar a visão de mundo urbana e tecnocrática desse período. Ou como escreve Carvalho (2011, p. 48), “o ecologismo é, reconhecidamente, herdeiro direto desse macromovimento, resgatando seu traço distintivo: a luta por autonomia e emancipação em relação à ordem dominante e a afirmação de novos modos de vida” (p. 48).

Já em 1972, os debates ecológicos recebem cada vez mais espaços sendo objeto de discussões políticas no plano internacional. Ocorre, nesse momento, a I Conferência Internacional sobre Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, na Suécia. Validada a importância das discussões, a problemática ambiental passa a ser preocupação compartilhada por um número cada vez maior de pessoas ao redor de todo o planeta Terra.

No Brasil, o movimento ecológico vai surgir nessa mesma década de 70, porém se acentua nos anos 80, com o processo de redemocratização política. Ao mesmo tempo, outros movimentos de ordem urbana e social aparecem e, juntos, mesmo que indiretamente, acabam por influenciar e cobrar significativas mudanças na sociedade brasileira. A isso se atrelam as mudanças já iniciadas no contexto internacional, possibilitando, portanto, avanços na gestão de políticas públicas e na elaboração de uma legislação que propague a educação ambiental também na esfera escolar. Como exemplo, em 1981, a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81) inclui a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino. Mas somente no ano de 1992 é criado o Ministério do Meio Ambiente (MMA).

O ano de 1992 foi bastante significativo para a história do discurso ecológico brasileiro, pois nele aconteceu, na cidade do Rio de Janeiro, a Eco-92, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o evento possibilitou um encontro de governos do mundo todo em busca de soluções e estimulou, antes de tudo, discussões em que o cerne principal da questão ambiental é a relação do homem com a natureza. Discussão, sobretudo, sobre os efeitos negativos da ação do ser humano sobre o meio. No entanto, esse evento permitiu também que o sujeito ecológico se materializasse e tivesse a sua voz ouvida por uma comunidade global.

Esse sujeito ecológico de que falamos vive com consciência dos seus deveres e segue um modelo de comportamento que propaga e reafirma o ideário ecológico. Nesse percurso,

O sujeito ecológico é um ideal de ser que condensa a utopia de uma existência ecológica plena, o que também implica uma sociedade plenamente ecológica. O ideal de ser e de viver em um mundo ecológico se vai constituindo como um parâmetro orientador das decisões e escolhas de vida que os ecologistas, os educadores ambientais e as pessoas que aderem a essas ideias vão assumindo e incorporando, buscando experimentar em suas vidas cotidianas essas atitudes e comportamentos ecologicamente orientados. (CARVALHO, 2011, p. 65)

O sujeito ecológico é, portanto, aquele que adere ao discurso ambiental e guiará suas ações e materialização do seu dizer ao ideário de proteção das espécies. A autora, contudo, ressalta que esse sujeito, embora seja ideal, na prática, pode apresentar posicionamentos diferenciados, ou seja, o grau de adesão do sujeito pode ser desde um radicalismo extremado até uma concordância simpatizante. Isso nos permite retomar a Análise do Discurso de Linha Francesa, que situa o sujeito da materialização do discurso cultural, social e historicamente. Brandão (2004, p. 76), ao discutir a concepção de sujeito na AD, argumenta que “o sujeito só constrói sua identidade na interação com o outro. E o espaço dessa interação é o texto”. Desse modo, o sujeito é complexo e seu discurso não pode ser visto como um bloco semântico compacto. Por ser multifacetado, dentro de um dado tipo discursivo ele vai apresentar aproximações, como o que seria um sujeito ideal, e distanciamentos em relação do discurso em questão. Logo, compreender o sujeito dessa

maneira possibilita a verificação das alterações, mudanças e deslocamentos do próprio discurso ecológico ao longo do tempo. Afinal, “o sujeito ecológico agrega uma série de traços, valores e crenças e poderia ser descrito em facetas variadas” (CARVALHO, 2011, p. 67).

De tal forma, a autora discute, brevemente, alguns deslocamentos que já podem ser notados no discurso desse sujeito. Segundo ela, inicialmente, a utopia orientou o comportamento dos ecologistas e a crítica ao sistema capitalista, às desigualdades da sociedade foram enfáticas, refletindo o período de contestação política em que encontramos as nações nas décadas de 70 e 80, mais especificamente. Nessa época, a propagação de ideias como as que previam o fim de inúmeras espécies, a limitação dos recursos naturais e o desaparecimento de áreas verdes e preservadas eram muito fortes.

Com o decorrer dos anos e o arrefecimento dos desejos utópicos, a sociedade se modificou e as pessoas não acreditam tanto na efetiva mudança da atual sociedade. Nos últimos anos da década de 90 e nos primeiros do século XXI, é perceptível uma postura mais moderada em relação às questões ecológicas. Mas Carvalho (2011) ressalta que esse clima mais moderado é comum nas mais diversas esferas e que o sujeito ecológico, apesar de tudo, ainda concentra boa parte das poucas expectativas de um mundo melhor. Para a pesquisadora, apesar de desilusão acentuada e geral, ainda há esperança nesses sujeitos. Nesse caminho, ela defende a Educação Ambiental como o principal modo de manter vivo o ideário ecológico e a conscientização dos sujeitos da nossa sociedade. Conclui, então, que

Uma aprendizagem em seu sentido radical, a qual, muito mais do que apenas prover conteúdos e informações, gera processos de formação do sujeito humano, instituindo novos modo de ser, de compreender, de posicionar-se ante os outros e a si mesmo, enfrentando os desafios e as crises do tempo em que vivemos. (CARVALHO, 2011, p. 69).

Assim, a análise dos enunciados que materializam linguisticamente ou até não verbalmente o discurso ecológico permite-nos identificar a constituição e as alterações ocorridas nesse tipo de discurso. Fiorin & Discini (2013, p. 202) chegam até a analisar essas alterações:

Hoje, o discurso ecológico vê a natureza como o lugar da conversação da biodiversidade, enquanto a cultura é uma ameaça à natureza, que é frágil; os seres humanos abusam dela, destroem-na, perturbam seu frágil equilíbrio. Há um culto nostálgico de um passado em que a natureza era intocada. Em oposição a esse discurso, há outro, que avalia a natureza não como um organismo frágil, mas como um corpo resistente, que põe ênfase na capacidade de recuperação dos ecossistemas, que não acha que a harmonia com a natureza se fará pelo retorno dos ecossistemas, que não acha que a harmonia com a natureza se fará pelo retorno ao passado (agricultura em pequena escala e coleta), mas pelo desenvolvimento tecnológico, pela produtividade e eficiência. Enquanto aquele discurso rejeita o crescimento econômico, este dá destaque ao desenvolvimento e à eliminação da miséria.

Essa citação mostra claramente a existência de um tipo de discurso, o discurso ecológico, mas que se configura de duas maneiras diferentes em dois tempos distintos. Num primeiro momento, mais utópico e de retorno a um exotismo preservacionista; num segundo, com uma visão mais realista e talvez capitalista da situação, pois lança o olhar para questões de ordem econômica – a questão do desenvolvimento – e para o cuidado com a “preservação” do próprio homem. E essas configurações diferentes e ao mesmo tempo pertencentes a um “só” tipo de discurso revelam como a história e toda uma gama de fatores extralinguísticos podem atualizar, reconfigurar ou modificar a ordem do discurso.

Considerando a ampla diversidade de esferas da comunicação social em que o discurso ecológico também se encontra presente, optamos, neste trabalho, por nos deter na esfera midiática. Nela, delimitamos o objeto de estudo ao gênero reportagem, pois, como já mencionamos anteriormente, trata-se de uma discursividade que aprofunda mais as questões do cotidiano. Devido ao seu tempo de produção e período de publicação serem, na maior partes das vezes, mais amplo que o da produção de uma notícia, por exemplo. E a fim de verificarmos mais detidamente esse gênero, optamos recortar o nosso corpus da seguinte maneira: duas reportagens da revista *Veja* e uma da revista *Carta Capital*. A escolha desses anos e desses números se justifica por terem pautado suas reportagens sobre as Conferências das Nações sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente que ocorreram no Rio de Janeiro,

permitindo uma presença mais acentuada do discurso ecológico na mídia impressa brasileira.

Vale ressaltar, então, que, nos deteremos principalmente em apenas três noções desenvolvidas por Dominique Maingueneau, a fim de analisarmos a constituição e a materialização do discurso ecológico em reportagens da mídia impressa: **o primado do interdiscurso, a semântica global e a prática intersemiótica**. Não abriremos tópicos específicos para cada uma delas, pois optamos por analisá-las em conjunto. Afinal, o discurso não se constitui de partes, mas é a própria junção e interação de marcas enunciativo-discursivas, históricas e sociais. A partir, então, do próximo tópico, começamos mais precisamente a descrição, análise e interpretação do nosso corpus. Para tanto, organizamos a estrutura do texto analítico da seguinte forma: em primeiro lugar, análise da reportagem de *Veja* de 1992 em contraponto com a reportagem de 2012; em segundo lugar, análise da reportagem da *Carta Capital* da edição de 2012; e, em terceiro, considerações sobre os três enunciados constituintes do nosso corpus.

4.1 O discurso ecológico na revista *Veja*

Como anteriormente explicitado, nos debruçaremos agora sobre duas reportagens de capa da revista *Veja*, publicação da editora Abril e de grande circulação nacional, acerca das Conferências das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizadas no Rio Janeiro nos anos de 1992 e 2012, mais conhecidas como Eco-92 e Rio+20 respectivamente. A edição de número 1.237 de 92 abordou a Eco-92 e a edição de número 2.274 a Rio+20. Nesse caminho, por acompanhar, através dessas reportagens, os dois maiores eventos de relevância internacional para as discussões sobre meio ambiente, poderemos perceber como o discurso ecológico se constituiu nesses dois momentos distintos na mídia impressa brasileira. Começemos, então, pela análise das capas das duas publicações, dada a sua importância para

compreender a materialidade linguística impressa na reportagem (SILVA & LUNKES, 2014).



Figura 1: Capa *Veja* 1992



Figura 2: Capa *Veja* 2012

A capa da edição 1.237 de 3 de junho de 1992 de *Veja* (Figura 1) apresenta uma imagem noturna do Pão de Açúcar, cartão-postal do Rio de Janeiro, com uma espécie de tela de tevê sobre o morro, dentro dela a imagem de um globo terrestre e, abaixo deste, o nome Brasil. A manchete *O mundo se encontra no Rio* seguida do subtítulo (ou linha fina no vocabulário jornalístico) *Estrelas, temas e brigas da maior conferência ecológica da História*. A partir daí, alguns gestos de leitura já podem ser empreendidos. Por exemplo, o sujeito jornalista ao colocar uma imagem da esfera terrestre sobre o Pão de Açúcar aponta para o sentido da presença de várias lideranças mundiais, as *estrelas*, na cidade do Rio de Janeiro e, ao apresentar a Eco-92 como a *maior conferência ecológica da História*, enfatiza a importância do evento para o cenário mundial. O interesse é notar também que a capa acaba por retomar o logotipo de uma das maiores emissoras de tevê do país, a Rede Globo de Televisão, contribuindo para a construção do sentido de um evento que funcionasse como uma tevê, onde todos poderiam se encontrar, serem vistos ali. Dessa forma, a revista *Veja*, logo na sua capa, já resvala a importância que o evento, que estaria prestes a começar, determinaria nos rumos da consciência global.

Discurso diferente encontramos na capa de *Veja* da edição 2.274 de 20 de junho de 2012 que apresenta um fundo claro e praticamente todas as letras escritas com a cor verde, referência à natureza, e apenas a manchete de preto *Verdades inconvenientes*. Nesse sentido, notamos a intertextualidade interna em jogo na construção do título. Ele faz clara referência ao conhecido documentário *Uma verdade inconveniente*, dirigido por Davis Guggenheim, que, em 2006, despertou a atenção do mundo para as mudanças climáticas, sobretudo, para a problemática do dióxido de carbono liberado na atmosfera terrestre. O documentário foi vencedor do Oscar da categoria no ano seguinte, 2007. Ao retomar um texto conhecido e deslocar seus sentidos para uma forma pluralizada, a revista parece chamar a atenção do leitor para uma reportagem que dará ênfase às problemáticas que o meio ambiente anda sofrendo.

Na capa dessa edição, ainda encontramos a ilustração de três pandas, animais símbolos da luta pela preservação das espécies na China, cada um deles representando as imagens bastante conhecidas de “quem não fala, não vê e não ouve”, respectivamente. Os pandas, juntamente com a manchete, apontam para o fato de que algo parece não ter sido explorado dessa vez na conferência mundial. Sentido construído e corroborado pelo subtítulo *Rio+20 As reais questões ambientais que afetam as pessoas aqui e agora foram esquecidas*. Desse modo, o título e as ilustrações parecem tomar um tom de denúncia para o que não está sendo colocado em pauta de discussões na nova conferência das Nações Unidas.

Iniciamos nossas análises pela descrição das capas justamente pelo fato do presente trabalho verificar também como o não verbal pode ser compreendido como material discursivo. Nesse caminho, essa abrangência de análise se relaciona com os estudos de Maingueneau (2008a), que argumenta sobre a necessidade uma abordagem analítica que coloca o intersemiótico como algo de grande relevância para a compreensão de dado discurso. Isso quer dizer que tanto o material verbal quanto o material não verbal estão submetidos a um conjunto de coerções semânticas que limita o que pode ou deve ser enunciado.

Assim, o todo textual, o linguístico e o pictórico, representam a materialização plena do tipo discursivo. No nosso caso, a capa da primeira

revista *Veja* analisada enfatiza a grandiosidade do evento, ao colocar o planeta Terra inteiro em uma das paisagens mais conhecidas do Rio de Janeiro. Já na segunda capa, temos o animal símbolo da luta pela preservação ambiental no oriente, o panda, representando um comportamento totalmente contrário à luta pela sua espécie. Afinal, não falar, não ver e não ouvir os problemas ambientais que cercam todo o globo é negligenciar a manutenção de uma adequada e saudável vida em nosso mundo. Essas capas, elementos fundamentais da materialização do discurso midiático, também possibilitam ao coenunciador compreender o que está impresso nas suas páginas, sobretudo, naquelas referentes à reportagem de capa. Seguiremos, então, a análise desse material.

Em linhas gerais, a primeira reportagem aborda os preparativos e as expectativas em relação à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente e apresenta o título *A Terra em transe na Eco 92*. Essa reportagem não trata de um evento já ocorrido, diferentemente da afirmação que Charaudeau (2006) coloca sobre esse gênero falar somente de eventos passados, mas de um evento por ocorrer. Por isso, notaremos ao longo de todo o texto uma ênfase acentuada na importância do evento e na possível repercussão das discussões postas em debate.

Retomando Maingueneau (2008a), o sistema de coerções semânticas opera para a construção dos sentidos dos enunciados. Dessa forma, notamos, já no título a utilização do vocábulo *transe* um duplo jogo de sentidos. De um lado, temos a tensão e as expectativas em torno da Eco-92 que ocorre na cidade do Rio de Janeiro e, de outro, o período de transição em que vive todo o planeta, ou seja, a conscientização e as mudanças políticas, econômicas e comportamentais que preconizam o desenvolvimento sustentável.

Apresentemos, então, um pequeno excerto dessa reportagem, onde encontramos, logo no primeiro parágrafo, a adesão total do enunciador ao discurso ecológico, que considera que o homem deve proteger a natureza ao máximo possível. Nesse caso, podemos recordar Carvalho (2011) que destacou o posicionamento mais naturalista no surgimento desse tipo de discurso. As condições sócio-históricas da realização da própria Eco-92 e da publicação dessa reportagem remontam ao período em que o discurso

ecológico tomava cada vez mais fôlego, sendo aceito e adotado pela sociedade. Nesse momento, preservar a natureza e conter os atos depredatórios humanos representavam a preocupação principal. Na elaboração da reportagem publicada na época da Eco-92 (doravante V1)², o sujeito enunciatador tomou uma posição que não admite meio termo na solução dos impasses que a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de então apresentava.

(I) O mundo tem um encontro marcado no Rio de Janeiro a partir da próxima quarta-feira para decidir que tipo de planeta será legado às próximas gerações. Líderes de mais de uma centena de países e outros 30 000 participantes reúnem-se na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou Eco 92, o mais abrangente e ambicioso encontro internacional já realizado em toda a história da humanidade. Sua ambição é criar um código de conduta que, se for mesmo montado conforme os planos, terá o poder de alterar as relações entre os países e influir na vida de cada ser humano. Esse encontro será realizado em instalações do Rio-centro, em Jacarepaguá, com ramificações em dezenas de outros locais do Rio de Janeiro. Começa dia 3 de junho e termina dia 13. Se fracassar, apagará a esperança de dotar a comunidade internacional de uma tábua de mandamentos práticos e morais capaz de substituir o vácuo das ideologias (p. 53) **(V1)**

É nítida a ênfase à magnitude do evento pelo enunciatador à conferência ecológica: *O mundo tem um encontro marcado no Rio de Janeiro*. O processo de adjetivação escolhido pelo autor contribui para a construção desses sentidos. “O mais abrangente e ambicioso encontro internacional” colocando, assim, todos os holofotes sobre o evento ecológico. Na materialidade linguística, é notória a presença de uma dicotomia estabelecida pelo enunciatador. Não há um meio termo para os resultados da reunião: ou será de sucesso, adquirindo “o poder” de mudar as relações dos seres humanos de todo o globo com as demais espécies da natureza; ou será de fracasso, significando um ato de “apagar a esperança” por alterações no modo como o homem interage com o seu planeta. Desse modo, adota uma postura que faz emergir certo discurso ecológico que chamaremos apocalíptico.

² É importante frisar que nomearemos as revistas da seguinte forma: *Veja* de 1992 (V1), *Veja* de 2012 (V2) e *Carta Capital* de 2012 (CC). No tocante aos excertos, eles serão numerados na ordem que aparecem, independente do veículo impresso a que pertencem, e ao final de cada quadro destacaremos a revista de onde foram retirados.

Já a reportagem de *Veja* de 2012, intitulada *A marca humana*, de modo geral, abordou a temática das questões de proteção ao meio ambiente, relacionando com eventos históricos anteriores dados científicos e mostrando também um novo posicionamento perante os problemas ligados à preservação do verde. Logo após o título da reportagem, encontramos o seguinte enunciado:

(II) Países do mundo inteiro criam áreas de preservação para evitar a extinção de espécies e ecossistemas, mas a simples delimitação de espaços não trará de volta um mundo intocado, sem as intervenções do homem. O problema ambiental só será solucionado por meio da integração entre a natureza selvagem e as paisagens modernas. (p. 123) **(V2)**

O posicionamento adotado demonstra, desde logo, uma atitude diante das questões de ordem ecológica de modo diferenciado. Na perspectiva naturalista, a palavra preservação era muito forte. Preservar tinha o sentido de salvar da ação humana e, se possível, afastá-lo de determinada área verde a fim de protegê-la ao máximo. É o que se considera por preservacionismo. No entanto, vinte anos depois, a ênfase à preservação do meio ambiente é posta considerando também a conservação do homem em interação com a natureza. Isso quer dizer que a preservação só pode ser possível se houver a integração das duas partes. Ou seja, de um lado, a “natureza selvagem” deve ser mantida assim como também a paisagem moderna. Considerar apenas um lado significaria um retrocesso que é, para os enunciadores, impossível de ser aceito contemporaneamente.

Assim sendo, os enunciadores aderem a um conversadorismo, este de homem e natureza. O outro lado, a total depredação, não é sequer mencionada diretamente, pois também seria algo totalmente injustificável. E essa maleabilidade do discurso, ou certo discurso ecológico moderado, é tese central que permeia as reportagens, artigos e, até mesmo, entrevistas presentes nessa edição da revista.

Dando continuidade à análise, percebemos a construção de um discurso ecológico que apresenta certos deslocamentos da primeira edição da revista *Veja* para a segunda em análise. No caso, V1 se inscreve em um discurso de grande destaque ao evento de ordem ecológica, colocando nessa

megarreunião – palavra da própria reportagem - uma ênfase justificada pelas decisões que poderão afetar todo o planeta. Vejamos outro excerto:

(III) Chefes de Estado nas nações mais poderosas do mundo como o americano George Bush, o japonês Kiichi Miyazawa, o alemão Helmut Kohl e o inglês John Major farão do Rio de Janeiro a sede temporária de um inédito parlamento da Terra. Na semana passada, quando a conferência começava a tomar forma com a chegada ao Rio de seus primeiros participantes, como o rei Gustavo, da Suécia, crescia a expectativa mundial sobre seus resultados. Eles terão um impacto gigantesco, para o bem ou para o mal. Caso os países representados não mostrem o discernimento, a coragem e a músculo político para implementar as correções de rumo esperadas em torno das discussões sobre progresso e meio ambiente, o desfecho da conferência poderá redundar num desastre global sem precedentes. Na hipótese oposta, as pessoas estão impedidas de esquecer o Rio de Janeiro de junho de 1992. Ali se terá construído a mais profunda mudança mundial em tempos de paz. (p. 53-54)

(V1)

Em (III), o sujeito jornalista, continuando o estabelecimento do seu jogo discursivo, colocando que se as discussões ali propostas não forem aceitas ou aproveitadas o resultado será catastrófico, adota uma tomada de posição apocalíptica em relação ao que está ocorrendo no mundo e, conseqüentemente, adere a esse discurso ecológico que nesse momento já estava bastante presente na sociedade. Essa visão dicotômica apresenta a funcionalidade de persuasão, de convencimento do leitor, pois é notório que ele, o sujeito, não desejaria, pelo menos tomando por base um posicionamento mais ético e cidadão do problema, maiores atos de degradação ambiental, reforçando certa pressão nos leitores para que ratifiquem o seu dizer.

Assim, a cena genérica (MAINGUENEAU, 2008b) faz seu papel a partir do momento em que a reportagem é um gênero discursivo (MAINGUENEAU, 2011, 2008b) que vai muito além do ato de transmissão de informações, mas, ao possibilitar a ampliação dos conhecimentos de seu coenunciador, acaba por formá-lo social e culturalmente. Dessa forma, mesmo que o sujeito jornalista seja responsável pela materialidade linguística, o sistema de coerções semânticas no qual ele se insere vai, de certo modo, pré-determinar o seu discurso. E, independentemente da busca por uma imparcialidade, por ser material discursivo, nunca estará isento de subjetividade e de historicidade. Nesse sentido:

O diretor da reportagem, com efeito, está numa situação desconfortável pelo fato de que, em nome de uma visada de informação do contrato midiático, deve abster-se de mostrar seu ponto de vista pessoal. Entretanto, isso é impossível (toda construção de sentido depende de um ponto de vista particular) e necessário (todo procedimento de análise implica tomadas de posição)” (p. CHARAUDEAU, 2006, p. 222)

Nesse percurso, a competência linguística do enunciador é chave fundamental para a construção dos sentidos do texto. Por exemplo, nesse excerto da reportagem, é nítida a presença de adjetivos que dão ênfase e grandiosidade ao evento: *poderosas, inédito, gigantesco*. Para o sujeito jornalista, a presença dos chefes de estado acaba por representar um reforço para a divulgação do discurso que vem apresentando e aderindo.

Cabe notar também a escolha do chefe de estado, *o rei Gustavo, da Suécia*, como estopim de uma crescente expectativa em torno da Eco 92. O destaque dado a um rei não é aleatório. Ele repercute na cadeia de sentidos, pois leva em consideração a presença de uma figura importante histórica e simbolicamente, o rei, perpassando para a conferência ainda mais a sua importância. Diante disso, fica marcada no texto a relevância que o sujeito jornalista confere ao evento ecológico.

Destacamos outro trecho a seguir:

(IV) [...] Quando a Eco 92 for história, se saberá exatamente o que ela significou. A expectativa otimista é que ela seja o começo de uma longa caminhada capaz de levar a uma vida mais decente a parte desvalida do planeta. E, para todos, ricos e pobres, a garantia de que o mundo não será espoliado de tal forma que não possa no futuro sustentar a própria vida de seus habitantes. (p. 56) **(V1)**

Já nesse excerto IV, último parágrafo da primeira parte dessa reportagem, observamos novamente o efeito de repetibilidade da importância da Eco 92 para os anos futuros, “quando a Eco 92 for história, se saberá exatamente o que ela significou”, e também a presença apenas de uma postura otimista, esperançosa pelo sujeito jornalista. Logo, esse enunciado pretende persuadir o outro a se identificar com o discurso ecológico que, nesse primeiro encontro, ganhou ainda mais força nas instâncias discursivas da sociedade.

A reportagem V1 materializa a argumentação de Carvalho (2011, p. 47) sobre o discurso ecológico. A pesquisadora situa um ecologismo mais radical com as raízes contraculturais dos movimentos sociais brasileiros das décadas de 80 e 90 e afirma que: “Poder-se-ia dizer que foram anos de utopia e ousadia, embalados por uma visão romântica da revolução radical e da contestação à ordem e às disciplinas limitantes do potencial humano e social com o qual se podia sonhar”. Nesse percurso, o discurso ecológico publicado em V1 não poderia ser outro, uma vez que discurso, sujeito e historicidade são aspectos centrais e indissociáveis em qualquer prática discursiva.

Mas, avancemos um pouco no tempo, e analisemos, então, um excerto retirado da reportagem de Veja de 2012. Neste, focaremos mais precisamente a questão da semântica global, a terceira hipótese levantada por Maingueneau (2008a). Vejamos:

(V) O conservacionismo não pode prometer um retorno a paisagens intocadas, pré-humanas. A humanidade já transformou profundamente o planeta e continuará a fazer isso. O que o conservacionismo pode almejar, em vez disso, é uma nova visão do planeta. Um planeta em que a natureza – florestas, manguezais, espécies diversas e outros ecossistemas antigos – coexista em meio à ampla variedade de paisagens modernas e urbanas. Para que isso aconteça, os conservacionistas terão de dispensar suas concepções românticas de natureza, parques e áreas selvagens, ideias que nunca foram apoiadas pela boa ciência da conservação, e forjar uma visão mais otimista para o ser humano. (p. 124) **(V2)**

É nítida, no trecho acima, a mudança de comportamento e de posição em relação à interação do homem com a paisagem natural. Esse posicionamento, ao mesmo tempo em que coloca a necessidade de não excluir as paisagens modernas e urbanas, apresenta uma visão também moderna e urbana da relação desse homem com o meio natural. Fica claro, portanto, que há uma construção de sentido a partir do vocabulário utilizado pelos sujeitos na redação do texto.

Ao materializar seu discurso textualmente, o enunciador vai encontrar no léxico, no vocabulário, as palavras de que necessita para e atribuir-lhes o sentido que deseja. Nesse caso, observamos que, quando utiliza os vocábulos “moderno” e “urbano”, os enunciadores, pertencentes a todo um sistema de coerções semânticas globais, trazem um sentido menos negativo para essas

palavras que, a princípio, seriam totalmente contrárias à lógica conservacionista, que, vale ressaltar, exige uma proteção extrema dos recursos naturais.

Na constituição desse discurso ecológico que por ora chamaremos de *moderado*, notamos também uma intertextualidade interna e externa, assim como argumenta o pesquisador francês. Quando enuncia “os conservacionistas terão de dispensar suas concepções românticas de natureza, parques e áreas selvagens”, o enunciador estabelece uma referência com as produções artísticas do Romantismo. Nascido na Alemanha, crescido na França e influenciando a produção brasileira da primeira metade do século XIX, o movimento estático romântico tinha, como alguns de seus pilares, uma visão ingênua e idealizada da natureza, valorizando, principalmente, seu estado de mata intocada, virgem, como um símbolo da mais pura perfeição, desde que longe da ação humana que, para os artistas desse período, seria bastante negativa, devido à exploração das matas e florestas e dizimadora das espécies animais. Nesse momento, a presença do homem, no caso brasileiro a única exceção feita é da figura do índio, seria negativa, intrusa e sinônimo de destruição e depredação. Por isso, o enunciador concluirá asseverando a necessidade de “forjar uma visão mais otimista para o ser humano”. Nesse ponto, também podemos considerar que há o primado do interdiscurso que coloca em pauta as visões negativas sobre a ação do homem desde as primeiras pesquisas e publicações sobre as questões relacionadas ao meio ambiente.

Difícilmente, se tivesse sido publicada na década de 90, tal reportagem teria uma ampla adesão por parte do público. Naquela época, as previsões do discurso ecológico *apocalíptico* ganhavam cada vez mais campo e uma atitude mais moderada significava, um posicionamento despreocupado em relação às questões ambientais. Isso nos permite verificar a inseparável relação do texto com o seu contexto sócio-histórico específico.

Mainueneau (2008a, p.17), ao tratar da dualidade radical da linguagem, ao mesmo tempo formal e histórica, escreve que “nós nos situaremos no lugar em que vêm articular um funcionamento discursivo e sua inscrição histórica, procurando pensar as condições de uma ‘enunciabilidade’ passível de ser

historicamente circunscrita”. Na reportagem em questão, os enunciadores defendem essa presença do homem e do meio ambiente e, para isso, trazem informações, dados e comprovações científicas que reforçam a validade dos seus argumentos. Dessa forma, é enfatizada a resiliência da própria natureza perante a ação humana. Diante disso, afirmam que:

(VI) Ecologistas e conservacionistas, no entanto, exageraram em suas considerações sobre a fragilidade da natureza ao argumentar, com frequência, que o desaparecimento de uma única espécie pode causar o colapso de um ecossistema inteiro. Também há exagero na ideia de que a perda de parte da biodiversidade pode provocar a destruição da Terra. Da expansão da agricultura em regiões de floresta úmida à alteração de cursos d’água, tudo foi pintado como uma ameaça ao delicado funcionamento interno do ecossistema planetário. (p. 125) **(V2)**

Mais uma vez, no tocante ao vocabulário, percebemos, por parte dos enunciadores, a seleção de palavras e expressões que demonstram como enxergar o outro discurso com qual se confronta. Isso nos faz trazer de volta a quarta hipótese colocada pelo pesquisador francês no seu *Gênese do discurso*: a polêmica como intercompreensão. Nela, “os enunciadores dominam as regras que permitem produzir e interpretar os enunciados de sua própria formação discursiva e permitem identificar como incompatíveis os enunciados das formações discursivas antagonistas” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 120). Nesse trecho, portanto, ao enunciar que os ecologistas e conservacionistas “exageraram”, que argumentaram “com frequência”, que há “exagero” nas suas ideias e o que disseram “foi pintado”, mostrando uma visão de descrença em relação aos primeiros atuantes na defesa do verde.

Dentro do sistema de coerções da semântica global, a seleção do vocabulário do enunciador para, por exemplo, indicar a quem se refere, pode se dar através de diversos modos de apresentação. Assim, escreve Maingueneau (2011, p.180-181):

Para sermos mais precisos, não é um enunciado que faz referência: é o enunciador que, por meio do seu enunciado, deverá passar ao coenunciador as *instruções* necessárias para identificar os referentes por ele visados em um determinado contexto. A referência é, portanto, uma atividade que implica a

cooperação dos coenunciadores e poderá malograr, caso o coenunciador, por exemplo, se engane de referente.

Dessa forma, ao coenunciador é dada a oportunidade de identificar o referente indicado, mas, não só ele, como também os sentidos que, no contexto, essas palavras adquirem. Afinal, só podemos considerar o enunciado conjuntamente com a sua relação com um contexto sócio-histórico específico, a designação primeira e os correferenciais, haja vista que designações diferentes podem se referir ao mesmo indivíduo. Na reportagem de capa de V2, encontramos uma crítica ao conservadorismo, aos conservadoristas, ao movimento conservacionista, aos grupos conservacionistas, às organizações conservacionistas e, embora, em alguns momentos essas palavras se dirijam a algo ou alguém em específico, no geral, ambas estão presentes na tentativa de desconstruir e enfraquecer a ideia de preservação ambiental a partir da exclusão da presença da interação humana.

Ao considerarmos o conjunto de restrições semânticas e as práticas discursivas e tendo em vista o gênero discursivo sobre o qual nos debruçamos, a reportagem, seria complicado se não nos detivéssemos mais uma vez sobre as estruturas semióticas presentes, ou seja, nossa análise deixaria de lado todo um conjunto de enunciados não verbais que vão constituir o discurso da revista *Veja*, por exemplo, nos dois momentos do nosso recorte. Isso nos faz retomar Maingueneau (2008a) que, ao argumentar sobre a gênese discursiva, também frisa a integração do verbal com o não verbal para a constituição de um dado discurso, considerando assim uma prática intersemiótica.

Vejamos, então, dois pares de fotografias presentes em V1.



Figura 03: Edifícios luxuosos em Las Vegas **Figura 04: População moçambicana**

O sujeito jornalista aproveitou a extensão da reportagem para construir a sua discursividade para além do material exclusivamente verbal. Utilizando-se da distribuição inicial do texto em duas páginas, colocou uma imagem de cada lado. Ambas, no entanto, funcionam como uma antítese e denunciam as contradições e problemáticas levadas em conta nas discussões acerca das ações para salvar o planeta da degradação. De um lado, temos uma imagem da iluminação de Las Vegas e de outro uma triste fotografia de crianças moçambicanas desnutridas. Em questão, as legendas das duas figuras abordam a defesa de uma maior igualdade social e ambiental entre as nações envolvidas na conferência promovida pela ONU.

Ao destacar essas duas imagens, o sujeito jornalista evidencia claramente que o material não verbal também é discurso. Nesse percurso, retomamos Maingueneau (2008a) que coloca a prática intersemiótica como responsável pela construção dos efeitos de sentidos colocados em jogo no ato da interação humana mediada pela linguagem. É possível, inclusive, ultrapassar a imagem nesta análise ao nos debruçarmos também sobre a própria distribuição delas na reportagem. Numa página, a de Las Vegas, e, na outra, a de Moçambique. Dessa forma, colocam a divisão social, os conflitos de interesses e as necessidades dos países participantes como um aspectos que devem ser tomados em conta durante o evento.

Vejamos agora a imagem que abre a reportagem de capa de V2:



Figura 05: O olhar do orangotango

Na reportagem “A marca humana” (Veja 2012), encontramos antes mesmo do enunciado propriamente dito, a imagem da face de um orangotango. A imagem em alta resolução focaliza, sobretudo, o olho do primata, que parece bastante com o olho humano. É perceptível, então, o discurso que integra homem e natureza. De modo lato, podemos perceber a retomada da discursividade darwiniana que defende a ancestralidade comum entre primatas e humanos. Se nos determos também à legenda, material agora linguístico ao lado da fotografia, leremos: “Símbolo da ameaça ambiental na Indonésia, o orangotango conseguiu sobreviver longe das florestas virgens, em plantações e áreas degradadas” (p. 123). Por meio do mamífero símbolo da força da natureza indiferente à degradação ambiental causada pelo ser humano, a fotografia antecipa o discurso ecológico moderado que, como já vimos anteriormente, será encontrado ao longo de toda a reportagem.

Maingueneau (2008a) argumenta que a conformidade de um texto pictórico com um discurso deve atender a dois níveis:

- mostrando que as “condições genéricas” às quais ele está submetido são exatamente as mesmas que, para essa prática discursiva, definem a legitimidade desse tipo de produção;

- mostrando que o texto considerado em sua singularidade está em conformidade com a formação discursiva pertinente. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 145)

Nesse caminho, a linguagem não verbal presente na reportagem, por meio da fotografia, se alinha com a discursividade posta em jogo pelo posicionamento do enunciador. O discurso ecológico moderado ganha força, pois o pictórico que traz consigo vai além de uma simples figura ilustrativa. O texto pictórico é também discurso. Discurso este igualmente regido pelo mesmo sistema de coerções semânticas. Vejamos outras duas fotografias presentes na mesma reportagem.



Figura 06: Praia na Toscana



Figura 07: Favela carioca

A segunda (Figura 06) foi tirada de uma praia onde se encontram, na faixa de areia e no mar de águas verde-claras, um número grande de banhistas. Ainda na imagem, mais ao fundo, percebemos uma indústria química e, no entorno desta, uma faixa de vegetação verde. Tudo parece em convívio harmônico, ou seja, homem e natureza em interação pacífica. A legenda abaixo do texto enuncia o seguinte: “Na praia Italiana de Rosignano Solvay, na Toscana, a areia alvíssima é resultante, ainda que soe paradoxal, dos resíduos de mercúrio ali despejados por uma indústria química ao longo de mais de três décadas. Em muitas regiões do planeta, a natureza revelou-se resistente e capaz de se recuperar até dos impactos mais nefastos causados pela atividade humana” (p. 125). Nesse sentido, reforça o posicionamento de que o conservadorismo precisa se afastar de uma postura mais radical e integrar

mais o ser humano com o meio ambiente. Essa nova atitude implicaria uma maior preocupação com os cidadãos do que com a fauna e a flora em si. Disso decorre a Figura 07.

A Figura 07 presente na reportagem em questão mostra uma visão aérea da favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, sendo rodeada, não totalmente, pela vegetação da Floresta da Tijuca. Na legenda, encontramos: “A Rocinha, a maior favela do Brasil, no coração do Rio, avança sobre a Floresta da Tijuca: a terceira maior área verde urbana do país está ameaçada de ocupação desordenada de suas encostas e pelo ritmo frenético da devastação promovida por seus habitantes. Há solução? Diminuir a pobreza” (p. 128). Nesse caso, há uma aparente preocupação com o meio ambiente, pois o enunciador destaca a redução da vegetação da Tijuca, mas a solução apontada para o problema é colocada como o combate à pobreza. A pobreza, problema social e humano, contribui para o processo de favelização da floresta, que diminui consequentemente as áreas de preservação ambiental. Ao pontuar a solução para o desmatamento como, primeiramente, a redução da pobreza, o enunciador, tanto verbalmente como pictoricamente, defende a proteção do homem, a fim de que possa também existir a defesa dos recursos naturais. Nesse caso, o sujeito agrega a preocupação preservacionista da vegetação da Tijuca com a problemática da pobreza humana. Sendo assim, podemos verificar que a preservação do meio ambiente significa também a preservação dos direitos humanos mais básicos. Só se levando em consideração esses dois aspectos, a conservação de todas as espécies poderá ocorrer.

Diante disso tudo, a legitimidade da discursividade presente nas fotografias se alinha ao discurso ecológico moderado também ao longo de todo o material linguístico, o que nos leva “a não restringir exclusivamente ao domínio textual a validade do sistema de restrições semânticas próprias a um discurso” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 137). Mas, passemos à análise da revista *Capital Capital*, a fim de observarmos como a sua prática discursiva materializa o discurso ecológico.

4.20 discurso ecológico na revista *Carta Capital*

Diferentemente da reportagem de *Veja* em 2012, a reportagem da revista *Carta Capital* do mesmo ano apresenta um posicionamento diferenciado em relação à Rio+20, evidenciando uma postura menos pessimista sobre a conferência e enfatizando a necessidade de uma nova postura econômica que possibilite a diminuição das desigualdades. Entretanto, vale destacar, a revista não colocou a grande reunião dos países como matéria de capa. Nesta, apenas encontramos um pequeno destaque na parte superior: “Especial Rio+20: O que esperar da Conferência da ONU”, mostrando com isso, uma menor preocupação com o evento e sua repercussão, diferentemente de *Veja*. Seguiremos, no entanto, a nossa análise do corpus, partindo novamente das três noções selecionadas da AD desenvolvida por Dominique Maingueneau: o interdiscurso, a semântica global e a prática intersemiótica.

Destaquemos, a princípio, o título da reportagem da revista *Carta Capital* e a primeira imagem publicada nessa materialidade linguística. Temos, respectivamente, “Rio+20, um guia” e, centralizada entre as páginas 56 e 57, uma fotografia do Cristo Redentor, um dos símbolos e um dos pontos turísticos mais famosos do Rio de Janeiro.

Acerca do título, a palavra “guia” aponta para toda uma gama de efeitos de sentido. Nela, encontramos as seguintes possibilidades de leitura: um guia turístico, um mapa ou um conjunto de instruções. Ater-nos a essa semântica global é, como afirma Maingueneau (2008a), considerar “[...] um sistema que investe o discurso na multiplicidade de suas dimensões” (p. 76). Isso quer dizer que lançar o nosso olhar para análises lexicológicas é um dos caminhos para se apreender os sentidos dos enunciados. Mas esse caminho em nenhum momento pode ser único ou exclusivo.

Dessa forma, ao eleger a palavra “guia”, o sujeito jornalista trouxe para a constituição do seu dizer, pelo menos, esses três sentidos acima mencionados. É notório que, ao se tratar de questões ecológicas na mídia, sobretudo, em programas cuja pauta principal é a defesa da preservação da biodiversidade, o ecoturismo está sempre presente. Aliás, falar em turismo é, muitas vezes, falar em distanciamento dos espaços urbanos, ou seja, proximidade com o natural e

sua aparente imagem de tranquilidade e bem-estar. A figura do guia, nesse aspecto, é fundamental, pois significa aquele que conhece esse espaço desconhecido, para o visitante, e orienta o melhor trajeto a percorrer.

Sendo assim, aproxima-se também do sentido de guias turísticos, aqueles folhetos explicativos com dicas e sugestões de passeios, além, é claro, de mapas. Desse modo, a nova conferência promovida pelas Nações Unidas teria analogamente a mesma função: ser o mapa do rumo certo para a humanidade. E é nesse sentido que igualmente entrelaçamos com o sentido de conjunto de orientações para o visitante, ou melhor, para todas as pessoas do planeta.

Partindo do verbal para o não verbal, a prática intersemiótica colocada pelo autor francês nos permite inferir os efeitos de sentido provocados pela imagem do Cristo de costas. De braços abertos para o Rio e de costas para o leitor, a fotografia revela que estamos voltando nossas atenções para as discussões situadas no Rio Centro, local do evento. Mas, por outro lado, a imagem também pode trazer outra leitura, como se estivéssemos de costas para o resto do mundo ou para as ações globais que realmente precisam ser tomadas para efetivas mudanças no tocante à preservação dos recursos naturais e do próprio homem.

Se ligarmos a palavra-chave e a imagem, o interdiscurso nos autoriza a verificar mais uma outra possibilidade de leitura: Jesus Cristo como guia. Acerca do discurso religioso, Ramos-Silva (2011, p. 24) argumenta que os cristãos, “membros de uma fé comum”, são integrantes da comunidade de Jesus: “[...] aquela que surge a partir dele e, por modo conseguinte, a comunidade dos fiéis da contemporaneidade que pretendem manter-se fiéis ao modo de vida e aos ensinamentos deixados por Jesus”. Cristo pode ser considerado, portanto, o guia do cristianismo e as suas orientações são fundamentais para um correto caminhar na vida. A heterogeneidade constitutiva que vimos ao tratarmos de Authier-Revuz (2004) se coloca nesse ponto, pois trazemos toda a importância da figura do guia, nesse caso, do discurso religioso para o plano ecológico. Então, a Rio+20 teria o objetivo de influenciar no comportamento de bilhões de pessoas em todo o globo, assim

como as lições de Cristo influenciam o modo de vida de bilhões de cristãos por todo o mundo.

Em suma, podemos ver que a relação do linguístico com o não linguístico e ainda a percepção de discursos outros, como coloca Bakhtin (1979/2006), possibilita a compreensão de que, como sempre retoma o teórico francês, para se entender o discurso, é preciso partir do primado do interdiscurso. Do primado do interdiscurso, seguimos para a compreensão de uma semântica global e como aclara Mussalim (2009, p. 63):

A noção de semântica global estrutura-se sobre esse postulado da existência de uma zona de regularidade semântica a partir da qual todos os planos da discursividade – e aqui poderemos considerar como constitutivos desses planos discursivos, desde o léxico, os processos gramaticais, até o modo de enunciação e de organização da comunidade que enuncia o discurso – estão submetidos ao mesmo sistema de restrições globais (p. 63).

Num primeiro momento, a referência ao Cristo, líder e guia do povo, pode parecer estranha, mas o sistema de coerções semânticas não impossibilita essa análise, pois a palavra “guia” se mostra tomada em sentido amplo, ou melhor, dentro de uma rede de sentidos, sobretudo, quando levamos em consideração a imagem selecionada para ilustrar, ou melhor, *discursar* que dos documentos elaborados durante a Rio+20 poderão sair os preceitos para a salvação das espécies do globo.

Acerca dessa semântica global, analisemos os seguintes fragmentos da reportagem:

(VII) Em tese, a Conferência Rio+20 deveria servir como mais um passo para definir a face do futuro da humanidade. Há alguns consensos globais em relação à degradação ambiental e à necessidade de redução das desigualdades. Concordâncias no atacado, mas muitas dúvidas no varejo. **(CC)**

(VIII) A chamada economia verde é alvo de polêmica, enquanto propõe aplicar tecnologias para reduzir as emissões de carbono com a criação de empregos decentes e inclusão social, o conceito poderia servir como maquiagem para uma reforma superficial do atual modelo econômico, sem alterar substancialmente as atuais regras do mercado, sujeitas a crises periódicas e que perpetuam desigualdades. **(CC)**

No fragmento VII, o sujeito jornalista deixa bem claro o impasse existente entre as preocupações com o futuro da humanidade que procuram levar em conta a preservação dos recursos naturais e a redução da pobreza. Ao enunciar a existência de “concordâncias no atacado, mas muitas dúvidas no varejo”, fica nítido o embate estabelecido entre preocupações ambientais e preocupações econômicas. É como se todo mundo concordasse da importância, ou melhor, necessidade de se preservar o planeta, isso no “atacado”. Mas, “no varejo”, quando cada país deverá agir por si mesmo, fazendo o seu papel, a hesitação impera ou a ação inexistente. Desse forma, a ordem econômica propaga o discurso apenas como ideia e não como prática.

É o que se verifica também no excerto VIII. O enunciador apresenta certa ironia, ao tratar da economia verde. Para ele, essa economia significaria, de um lado, redução da poluição e dos danos causados à natureza e, de outro, melhoria das condições de emprego e de qualidade de vida da população. No entanto, esse discurso ecológico moderado não parece convencer o jornalista. Pensando pragmaticamente, a economia verde, para esse sujeito, funcionaria apenas como uma “maquiagem”, ou seja, uma espécie de disfarce para manter as agressões ao meio ambiente.

Da reportagem, também destacamos o seguinte excerto:

(IX) A Rio+20 conta com instrumentos novos para o debate e implantação de modelos de gestão para as mudanças de rumo necessárias, tanto na economia quanto na governança. O principal documento a ser publicado ao final da conferência, sob o expressivo título O Futuro Que Queremos, será uma declaração de intenções de quase duas centenas de chefes de Estado e de governos. Não será um tratado global com força de lei, mas uma nova bússola para o desenvolvimento da economia e da governança global. A novidade é que o documento estará na internet, em dezenas de idiomas e sendo discutido, criticado e apoiado por bilhões de seres humanos. Algo impensável em 1992. **(CC)**

É clara, portanto, a aderência do sujeito jornalista a um posicionamento mais otimista e muito mais positivo em relação aos resultados que a Rio+20 pode proporcionar. Nesse caminho, relembremos Mainguenu (2008a), quando argumenta que a ultrapassagem do linguístico ao extralinguístico é importante para a compreensão dos efeitos de sentidos produzidos por dado tipo de discurso. No nosso caso, investigar o diálogo entre a conjuntura política atual e

a mudança de comportamento da sociedade perante às questões ecológicas nos permite verificar um certo tom moderado e descrente no tocante à preservação do homem e das outras espécies que habitam o globo. A preocupação e a ênfase excessiva do início dos anos 90 deram lugar a uma aparente acomodação. Diferentemente da Eco-92, em que todos esperavam muitos documentos, propostas e resultados, a Rio+20 parece permeada de uma incredulidade: as discussões vão acontecer, mas as ações, a posteriori, talvez não. O jornalista até tenta camuflar esse descrédito, porém ele parece se impor diante da inexistência de soluções mediatas e pragmáticas.

Mais adiante, lemos o seguinte trecho:

(X) Uma forma de facilitar o engajamento da sociedade global nos esforços para construir uma economia verde pode ser a adoção de uma proposta tomada pelo governo da Colômbia, o estabelecimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável que, a exemplo dos Objetivos do Milênio, seriam compromissos com metas, prazos e resultados definidos. Mas a crise financeira global e a diversidade de estágios das economias nacionais são barreiras que impedem os representantes de mais de 190 países chegar a um consenso, a desgastante fórmula de negociação de tratados internacionais adotada pelas Nações Unidas. O que se espera agora, mais modestamente, é uma declaração de princípios, com prazo para negociação de metas até 2015. **(CC)**

Ao contrapor o que se espera da conferência no ano de 2012 com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável formulado pela Colômbia, o sujeito reitera a necessidade da megarreunião ultrapassar a imagem de um encontro meramente formal e obrigatório, e seguir por uma dinâmica mais concreta e produtiva. Porém, ao argumentar que “a crise financeira global e a diversidade de estágios das economias nacionais são barreiras”, o jornalista não consegue esconder o cenário negativo que está por trás de todo o evento promovido pela ONU. Assim, verificamos, como na reportagem de *Veja* de 2012, um discurso ecológico muito mais moderado, em contraponto com o discurso produzido vinte anos antes.

Diferentemente das duas reportagens extraídas da revista *Veja*, a materialidade encontra na *Carta Capital* não apresenta a mesma abundância de fotografias. São apenas três: a do Cristo, anteriormente analisada; uma foto do secretário-geral da conferência, Sha Zukang; e uma de um madeireiro. Determo-nos agora nessa terceira imagem.



Figura 08: O desmatamento

Localizada na última página da reportagem, a foto mostra um madeireiro com uma motosserra na mão sobre um grosso tronco de árvore derrubado. Em primeiro plano, temos o tronco da árvore com um grande e arredondado círculo negro em seu centro e, ao fundo, a vegetação verde da região ligeiramente sem foco. Não há legenda para a imagem. O único enunciado que encontramos é o nome do fotógrafo: Ricardo Oliveira.

Pela análise da imagem, podemos novamente retomar algumas questões que já foram abordadas neste trabalho. Mais uma vez, temos em destaque a ação nociva do homem sobre o meio ambiente, desta vez a derrubada de uma árvore simbolizando o desmatamento, a presença da cor verde ao fundo identificando a temática ambiental na fotografia. Essa imagem dialoga com o seguinte excerto da reportagem:

(XI) Outro tema que desperta paixões e vai emergir na Rio+20 é a substituição do conceito de Produto Interno Bruto (PIB) para medir a atividade econômica. “Você destrói uma floresta inteira, mas como existe atividade e um produto gerado, isso vai aumentar o PIB. Isso é certo?”, pergunta o ex-ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, ao defender o estabelecimento de uma nova métrica. **(CC)**

Nesse excerto, encontramos uma heterogeneidade de vozes no discurso. O sujeito jornalista traz para o seu enunciado um outro, no caso, o ex-ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho. Desse modo, lança mão do discurso de uma autoridade para reforçar a sua argumentação. O ex-ministro, por sua vez, questiona a lógica do sistema econômico, que verifica os lucros, partindo dos número do Produto Interno Bruto (PIB). No entanto, para ele e, por conseguinte, para o enunciador da reportagem que concorda com o dizer do ex-ministro, uma ação protecionista efetiva levaria em conta outros parâmetros de avaliação da produtividade nacional. Nesse novo parâmetro, o respeito à biodiversidade serviria também como fator para a geração ou não de um bom índice.

Vale ressaltar Carvalho (2011) que, discutindo acerca da noção de sujeito ecológico contemporâneo, pontua uma postura moderada na atualidade. Mas, por outro lado, reafirma a necessidade de se instituir novos modos de ser e de se posicionar frente aos outros e à natureza. Não é a diminuição do progresso o que o ex-ministro defende, mas uma nova forma de avaliar que valorizasse a economia, que preservasse o meio ambiente, ou seja, a economia verde. Afinal, como escreve a autora sobre o sujeito ecológico, “o desejo de mudança e sua força utópica seguem vigentes, atraindo muito das energias e inspirações dos que hoje se identificam com o ideário ecológico” (CARVALHO, 2011, p. 68).

É válido lembrar que o gênero reportagem, como coloca Charaudeau (2006), permite ao sujeito enunciador, de modo geral, produzir o seu texto com um tempo maior, se comparado ao processo de escrita de uma notícia, e, por isso, pode fazer um melhor levantamento dos dados, de informações e refletir mais sobre o que vai veicular. No excerto acima e no que se segue, verificamos justamente a presença da voz do outro, do ex-ministro Goldemberg, para ratificar o discurso da revista, que cobra uma mudança de postura, embora cética, após o evento de alcance mundial. Vejamos o outro trecho:

(XII) Por trás de todo o debate às vésperas da Rio+20, na fronteira do conceito de economia verde encontra-se o paradoxo entre os limites de um planeta finito e as possibilidades de superação das crises que a inovação tecnológica proporciona. “Até hoje, todas as previsões de catástrofes iminentes ou quase iminentes foram superadas por revoluções tecnológicas”, pondera Goldemberg. [...] Goldemberg alerta, no

entanto: “As revoluções tecnológicas não resolvem o problema da equidade, o problema de atender às necessidades dos mais pobres sem provocar a reação adversa dos mais ricos”. Talvez seja esse o sintoma mais agudo da decadência de um sistema, que o também físico Fritjof Capra identificou como ponto de mutação para uma nova ordem na sociedade humana” (CC)

Fica claro, nesse excerto, a presença do discurso ecológico moderado, como estamos chamando esse tom menos apocalíptico. Tanto o ex-ministro quanto o sujeito jornalista observam que as novas tecnologias podem apaziguar e até solucionar certas problemáticas ambientais que enfrentamos. Os avanços tecnológicos mostraram, no entanto, que aquele discurso ecológico apocalíptico não chegou a se efetivar, pois “todas as previsões de catástrofes” não ocorreram devido à, contraditoriamente, ação do próprio homem. As tecnologias vêm, inclusive, para cooperar na diminuição das desigualdades sociais. O interesse dos próprios governos parece não acompanhar a demanda de enfrentamento da desigualdade. As tecnologias poderiam ajudar e muito tanto na preservação dos recursos naturais quanto no respeito aos direitos do homem, porém a urgência e a prioridade necessárias ainda estão longe de alcançar um patamar adequado.

Agora se faz necessário estabelecer também um confronto entre o que encontramos nos dois veículos impressos escolhidos.

4.3 *Veja versus Carta Capital*

Nota-se, claramente, que no corpus selecionado, apesar de serem materializações de um mesmo tipo de discurso, o discurso ecológico, apresenta distinções quanto ao grau de aderência dos sujeitos jornalistas e, conseqüentemente do próprio veículo, às prerrogativas de preservação do meio ambiente. Também notamos uma mudança de posicionamento por parte da revista *Veja*, bem marcada pela nossa análise, decerto, também diacrônica.

Essas modificações ou especificidades mostram como as condições sociais e históricas de produção afetam a constituição e a materialização dos discursos. É evidente que o primado do interdiscurso é algo intrínseco a cada

uma dessas reportagens analisadas, pois qualquer discurso só pode emergir socialmente a partir de outros dizeres pré-existentes. Como afirma Souza-e-Silva (2013):

[...] o princípio do primado do interdiscurso implica considerar que os discursos, em termos de gênese, não se constituem independentemente uns dos outros para serem, em seguida, colocados em relação, mas que eles se constituem, de maneira regulado, no interior de um interdiscurso. (p. 100)

Isso implica dizer que mesmo o discurso ecológico moderado “já existia” concomitantemente ao discurso ecológico apocalíptico, como optamos por nomear as vertentes preservacionistas e conservacionistas, respectivamente. Embora esse segundo não estivesse em voga, ou seja, fosse considerado válido ou estivesse descortinado da maneira como o compreendemos hoje, a sua leitura, de certo modo, era possível naquele tempo da Eco-92.

Da mesma forma, não podemos estabelecer uma fronteira dicotômica entre essas duas nomenclaturas, porque, como vamos encontrar no fragmento a seguir destacado de **V1**, o ardor de defesa ecológico é marcado por questões fortemente racionais.

(XIII) Imagina-se erroneamente que esta conferência terá seu ponto alto em discussões românticas sobre a extinção de bichos raros. Não. O ponto forte da Eco 92 é a questão do dinheiro. Em palavras mais exatas: como fazer para que a riqueza transbordante do Primeiro Mundo escorra um pouco para evitar a pobreza vexatória e desumana do Terceiro Mundo. **(V1)**

O sistema de coerções semânticas permite visualizar, no excerto acima, que o sujeito jornalista tece uma ironia ao utilizar a expressão “bichos raros”. Assim, embora seja notório um grande engajamento e preocupação com posturas sustentáveis, a escolha lexical e, obviamente, os efeitos de sentido que ela estabelece, permite encontrar outros efeitos de sentido, de certo modo, contraditórios. Maingueneau (2008a) escreve que “de fato, o mais frequente é que haja explorações semânticas contraditórias das mesmas unidades lexicais pelos diversos discursos” (p. 80). Ou seja, além do vocabulário, o modo de enunciação produz sentido.

Vejamos mais dois excertos. O primeiro pertencente à reportagem de *Veja* sobre a Eco-92 e o segundo referente à reportagem de *Carta Capital* sobre a Rio+20.

(XIV) “Não se monta uma reunião dessa magnitude impunemente”, diz Gro Harlem Brundtland, primeira-ministra da Noruega e ecologista. “A Terra estará olhando para o Rio de Janeiro”, afirma o canadense Maurice Strong, um empresário de 62 anos escolhido pela ONU para organizar e chefiar a conferência. Assoberbado pela tarefa de montar a Eco 92, Strong há cinco meses não consegue reunir-se com a própria família”. **(V1)**

Notamos claramente, no excerto XIV, uma seleção vocabular que vai contribuir na produção de efeitos de sentido de ordem mais apocalíptica, enfatizando a grandiosidade da conferência. Quando o sujeito jornalista traz o dizer da primeira-ministra da Noruega, temos justamente um enunciado em que ela utiliza as palavras “magnitude” e “impunemente”. O adjetivo e o advérbio, respectivamente, estabelecem um jogo de sentidos que nos permite considerar que a conferência terá um alcance e algumas consequências que precisam ser levadas em conta. Cada decisão, acordo ou documento formulado a partir desse evento poderá, então, contribuir para a formulação de soluções sustentáveis que atingirão toda a esfera. O mundo não será mais o mesmo: é uma das conclusões a que podemos chegar a partir da análise desse enunciado.

Por sua vez, o enunciado do canadense Maurice Strong, também destacado pelo sujeito jornalista, corrobora o já mencionado anteriormente. Neste caso, também vale ressaltar a maneira como o autor da reportagem apresentou o chefe da Eco-92: “um empresário de 62 anos”. Esse enunciado recupera um interdiscurso de ordem social que atrela idade à experiência e também a discernimento. É sabido que, de modo geral, o tempo dedicado a determinadas funções geram experiências e estas podem habilitar o sujeito a atuar de modo mais preciso e contundente em atividades futuras. A fim de ressaltar esse sentido, o sujeito jornalista ainda escreve que “Strong há cinco meses não consegue reunir-se com a família”. Ou seja, a “magnitude” da Eco-92 e as preocupações que ela traz não deixam ninguém passar “impunemente”, antes mesmo da ocorrência do evento.

O segundo excerto que queremos destacar traz o seguinte:

(XV) Se não existe uma natureza selvagem, se a natureza é resistente, mais do que frágil, e se as pessoas são, na verdade, parte da natureza, e não os pecadores originais que causaram nossa expulsão do Éden, qual deveria ser a nova visão do conservacionismo? Começaria por apreciar a força e a resistência da natureza e ao mesmo tempo reconhecer as muitas maneiras pelas quais dependemos dela. **(V2)**

O sujeito jornalista inserido em um novo contexto social e histórico atualiza o discurso ecológico, defendendo também a inserção do homem como parte integrante da natureza. Para isso, percebemos a presença do interdiscurso no enunciado por meio do vocábulo “Éden” que recupera o episódio bíblico da expulsão de Adão e Eva do Paraíso. Sendo assim, podemos considerar que privar o homem do seu contato com a natureza seria como expulsá-lo do jardim livre de pecado. No entanto, o homem como parte da natureza, como verificamos no discurso ecológico moderado, não deveria ser expulso, afinal, seu contato é da ordem também do natural e, portanto, sua preservação também necessária.

Dessa forma, percebemos que as categorias de nossa análise estão intrinsecamente relacionadas. Afinal, só podemos investigar os efeitos de sentidos produzidos pelo interdiscurso a partir de expressões ou palavras que vão direcionar a nossa leitura. E, é evidente, a semântica global, ou seja, o conjunto de palavras ou expressões linguísticas que em dados enunciados vão ajudar na construção de determinado discurso só podem ser verificados em materialidades linguísticas concretas (MAINGUENEAU, 2008a).

Nesses dois trechos destacados, também percebemos o que chamamos de discurso ecológico apocalíptico e discurso ecológico moderado. De um lado, um imediatismo na busca de medidas para uma solução urgente dos problemas do globo através da importância da reunião de repercussão mundial; nesse primeiro caso, mais preocupado com a natureza. De outro, uma postura menos radical e mais crítica em que coloca o homem como protagonista positivo e necessário que deve ser preservado assim como o Paraíso.

Analisemos outro excerto, desta vez de *Carta Capital*:

(XVI) A avaliação de Zukang [secretário-geral da Rio+20] indica que a Rio+20 é, em essência, uma conferência que pretende estabelecer rumos para o desenvolvimento sustentável no médio e no longo prazo, a despeito da urgência imposta pela confluência de crises, a ambiental, a financeira e a social. No curto prazo, os líderes dos países ricos estarão frente a frente, nos dias 18 e 19, com os governantes das oito maiores nações emergentes na reunião do G-20. **(CC)**

Nesse excerto, é perceptível o tom moderado e positivo do discurso ecológico que se volta para a conferência da ONU. O sujeito jornalista deixa claro, ao enunciar que os resultados da reunião internacional só serão sentidos efetivamente a longo prazo, pois as medidas a serem tomadas não podem resolver de imediato as crises ambiental, financeira e social que as nações enfrentam.

Essa crítica ao imediatismo demonstra uma nova postura frente às ações de combate aos problemas ambientais que, desta vez, vão além deles, reverberando também nos problemas econômicos e sociais. Vale ressaltar que a enunciação do dizer de *Carta Capital* é positivo, pois coloca a curto prazo o encontro entre “os governantes das oito maiores nações emergentes” como passo significativo para uma rodada de negociações profícua e, quiçá, sustentável.

Ao longo do tempo, e não poderia ser diferente, os discursos se alteram, atualizando-se ou modificando-se. É também interessante atrelar o linguístico com o não linguístico, ou seja, as práticas intersemióticas que, em nossa pesquisa, correspondem às fotografias utilizadas ao longo das reportagens. Em contraposição a esse discurso moderado do trecho acima, temos o dizer da *Veja* de 1992 em tom muito mais emergencial e que apresenta uma fotografia bastante elucidativa da guerra contra o descaso com o meio ambiente.



Figura 09: Operação de guerra

A figura acima, seguida da legenda “Soldados e tanques nas ruas do Rio: transtornos para a população”, parece ir além de uma simples menção ao esquema de segurança que o Rio de Janeiro da época organizava às vésperas do evento. Além de ressaltar os transtornos para a população que a Eco-92 trará à Cidade Maravilhosa, observamos o dizer de que as decisões tomadas na conferência causarão tanto impacto ao planeta quanto uma guerra o faria. A fotografia dos soldados armados ao lado de três tanques de guerra quase em posição de ataque corroboram a construção desse efeito de sentido. Fica claro, portanto, a intencionalidade de *Veja* de sempre reforçar a “magnitude” que essa megarreunião de temática ecológica representa.

No tocante à prática intersemiótica, noção essencial a ser explorada a partir do momento em que nos debruçamos sobre um material que vai além do puramente linguístico, notamos um menor uso da prática intersemiótica na *Carta Capital*. Nessa revista, apenas três imagens foram colocadas. Já nas reportagens de *Veja*, o conteúdo não verbal é colocado em maior número e é perceptível também uma preocupação para que elas não funcionem como elementos meramente ilustrativos. Em *Veja*, as fotografias querem e dizem algo. As fotografias (e a ilustração de capa da edição de 2012) funcionam de modo mais efetivo como discurso.

Essa ênfase demonstra o engajamento de *Veja* em cobrir, como se diz na linguagem da esfera jornalística, as duas Conferências das Nações Unidas

sobre Desenvolvimento Sustentável. Outras materialidades discursivas encontradas nas duas edições da revista, como publicidades e outras matérias, evidenciam que a questão ambiental é um dos principais temas dos editoriais dessa mídia impressa. A menor quantidade de produções em *Carta Capital* relacionada a mesma temática em momento tão oportuno revela, por outro, um menor direcionamento e quiçá, engajamento, pelo menos de forma teórica, em relação a questões relativas à preservação do meio ambiente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como na letra da canção de Caetano Veloso (“Marcha o homem / Sobre o chão / Leva no coração / Uma ferida acesa / Dono do sim e do não / Diante da visão / Da infinita natureza”), o sujeito/o homem tem o poder de, pela palavra e pelas suas ações, agir em relação ao meio ambiente. Esse agir pode ser pautado em atitudes positivas e sustentáveis ou negativas e destrutivas. O discurso, por sua vez, marcado por fatores extralinguísticos, desvela o olhar que o sujeito/homem lança para a natureza. Agir/olhar que, ao se atualizar, se reconfigura e se modifica ao longo do tempo. Afinal, “o discurso, como o tecido que serve à vestimenta, revela sua existência pelo uso, por estar na corrente da sociedade. A materialidade dele é percebida, palpável e avaliada nessa corrente de apropriações” (FIGARO, 2013, p. 13).

Ao longo desta nossa pesquisa de linha discursiva, empreendemos análises a fim de responder ao seguinte questionamento: *Como se constitui e se materializa o discurso ecológico em reportagens da mídia impressa brasileira?* Nosso objetivo geral é, portanto, analisar como se dá a constituição e a materialização do discurso ecológico em reportagens da mídia impressa brasileira, verificando a origem e a atualização desse tipo discursivo.

Nosso objeto de análise foi composto por reportagens de duas revistas de grande circulação nacional, *Veja* e *Carta Capital*, e o nosso recorte operou justamente sobre as publicações que se voltaram para a cobertura dos dois principais eventos mundiais sediados no Brasil sobre essa temática: as Conferências das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Estas ocorreram, respectivamente, nos anos de 1992 e 2012, e também são conhecidas como Eco-92 e Rio+20. Além das reportagens foram analisadas também as capas das referidas publicações.

Nossas análises, por sua vez, foram embasadas nas noções da Análise do Discurso de Linha Francesa desenvolvidas por Dominique Maingueneau (1997, 2006, 2008a, 2008b, 2010, 2011) e pelos estudos acerca do discurso midiático do semiólogo Patrick Charaudeau (2006). A fim de entendermos melhor a historicidade do discurso ecológico no Brasil e até mesmo do termo

ecologia, recorreremos às leituras de Isabel Cristina de Moura Carvalho (2011), autora de referência na temática.

A partir disso, nossos estudos se pautaram, principalmente, na investigação de como o primado do interdiscurso, a semântica global e a prática intersemiótica, possibilitariam o entendimento dos efeitos de sentido encontrados nas materialidades linguísticas analisadas.

No tocante à primeira noção acima mencionada, o primado do interdiscurso, observamos que o discurso ecológico surge pelo atravessamento de preocupações ambientais e ecológicas que ao longo do tempo foram se acentuando na sociedade global. A ação depredatória do homem foi sendo gradativamente questionada e a luta pela preservação do planeta foi ganhando adeptos e força. Nesse sentido, o discurso cresce em meio às relações de poder em que desenvolvimento econômico e proteção dos recursos naturais, parecem, a princípio, ser inconciliáveis. Esse discurso, vale ressaltar, é o resultado de um embate de vozes sociais que retomam, se confrontam e se alimentam, principalmente, do já dito.

Souza-e-Silva (2013, p. 100), acerca do interdiscurso, afirma que “[...] trata-se de olhar para o espaço discursivo, que é local onde se dá a relação Eu x Outro, é o local onde Eu e Outro se constituem, tomam forma” (p. 100). Sendo assim, um discurso só é possível de se constituir e se materializar quando a interação verbal se instaura. Afinal, seja confirmando ou negando um dizer, o discurso mostra a que veio e as suas aderências.

Essa confirmação ou negação pode se mostrar mais ou menos nítida através de uma semântica global e também por meio de um conjunto de coerções semânticas. Através de questões relativas a intertexto, vocabulário, temas, modos de enunciação etc, a semântica global revela aquilo que pode ser dito nas materialidades linguísticas. As coerções semânticas são, na realidade, como regras que autorizam, de certo modo, as possibilidades enunciativas de um tipo discursivo específico. Essas são observadas na prática discursiva, afinal todo enunciado é formulado por um sujeito que quase sempre está inserido em dada instituição.

Sobre a prática discursiva, o que nos interessou, sobremaneira, nesta pesquisa foi a sua relação com a Semiótica, ou seja, a prática intersemiótica

discutida por Maingueneau (2008a). Para o autor francês, a AD não pode se pautar somente em análises de cunho exclusivamente linguístico. Os discursos não se materializam apenas por meio de textos escritos. Outras materialidades de ordem semiótica, como a pintura e a fotografia, por exemplo, perpassam os discursos que permeiam a nossa sociedade.

Essa questão foi de fundamental importância no nosso trabalho, pois, ao analisarmos reportagens, o material não verbal, as fotografias, se revelaram elementos constituintes dos efeitos de sentido produzidos nesse gênero. Por isso, o retorno a questões da esfera midiática, do discurso das mídias e do gênero discursivo reportagem abordadas por Charaudeau (2006) foram essenciais para uma melhor compreensão do funcionamento discursivo dessas materialidades, como se diz de modo lato, mistas (verbais e não verbais).

Mas investigar um discurso é muito mais do que simplesmente se voltar para um corpus. Debruçar-se sobre a sua historicidade do discurso, a conjuntura do seu surgimento, as primeiras manifestações de linguagem (MAINGUENAU, 2008a), são posturas necessárias se quisermos entender as evoluções e reconfigurações discursivas pelas quais ele passou durante o tempo.

Em nosso caso, o discurso ecológico, como afirma Carvalho (2011), surgiu num contexto de contestações e assumindo posicionamentos mais radicais, num primeiro momento, seguiu uma linha de ordem conservacionista, em que a preservação de uma natureza intocada seria a solução para os problemas ambientais. Com o tempo, essa visão mais radical foi se atenuando e a sociobiodiversidade ganhando campo e defendendo que a real preservação do planeta só vai efetivamente ocorrer quando houver também preocupação com a preservação do homem e, conseqüentemente, com a redução das desigualdades e da miséria social.

Partindo de toda essa gama de leituras e reflexões, num movimento teórico-metodológico de ir e vir constante, voltamo-nos para as materialidades selecionadas para o nosso corpus, a fim de verificar como, em dois momentos, o discurso ecológico se constitui em nossa sociedade. As análises de *Veja* demonstraram, na reportagem sobre a conferência da ONU realizada no Rio de Janeiro em 1992, uma preocupação mais utópica em relação às questões

ambientais. Há um caráter de urgência e de preocupação extrema com o futuro do planeta. Nesse sentido, observamos a ocorrência de um discurso ecológico apocalíptico em que, praticamente, vemos que se não mudarmos nossos comportamentos e o nosso relacionamento com o meio ambiente o mais rápido possível, não restarão muitas chances de sustentar a vida humana.

Já a reportagem de *Veja* de 2012 apresenta um discurso ecológico moderado frente aos avanços, resultados e repercussões que a Rio+20 pode proporcionar. Nesse sentido, percebemos também uma maior preocupação com o próprio homem, sua preservação também se faz necessária, e sua influência sobre o meio não é tão nociva assim. Afinal, como o sujeito jornalista coloca, a própria natureza tem uma capacidade regenerativa que, muitas vezes, conseguiu, por conta própria, resistir aos danos causados pela ação do homem. Esses opostos, num tempo relativamente curto, denuncia como os avanços das ciências, da economia e também do homem podem provocar deslocamentos nos discursos.

A análise da reportagem presente na *Carta Capital* de 2012 também apresenta esse mesmo discurso moderado, porém se distingue do anterior por ser positivo, enquanto o outro se mostrou negativo. É sabido que as reportagens que compõem o corpus desta pesquisa se posicionam politicamente de modos distintos. Talvez isso contribua para uma desvalorização por parte da *Veja* do evento ocorrido em 2012 e uma valorização por parte da *Carta Capital*. No entanto, é preciso ressaltar que sobressai a atenuação do discurso, tanto em questões de vocabulário e também em relação às coerções semânticas, pois o mundo mudou e o momento histórico é outro. A preservação, portanto, deve ser mútua: da vida humana social e da vida biológica da natureza.

Nosso estudo se mostrou relevante justamente por lançar um olhar para a compreensão de como a mídia pode dar ênfase e/ou contribuir na promoção de um tipo discursivo, o ecológico, além de discutir sobre atitudes e comportamentos relacionados à questão ambiental. O discurso ecológico, bastante atual e corriqueiro na mídia, parece ainda pouco explorado nos estudos discursivos, sobretudo, quando partimos de materialidades da esfera jornalística. Por isso, o campo de pesquisa se revela muito vasto e aberto a

possibilidades de investigação. Por exemplo: as fotografias como materialidades do discurso ecológico; a competência discursiva do sujeito ecológico; a polêmica como intercompreensão do discurso ecológico; a interdiscursividade e a intertextualidade nas manchetes, títulos ou notícias sobre desastres ecológicos; a constituição do *ethos* do sujeito ecológico; entre tantas outras.

Por fim, esperamos que os resultados deste trabalho extrapolem as fronteiras das disciplinas Análise do Discurso e Linguística e possam contribuir efetivamente para a compreensão de como os discursos (ecológico, especialmente) se constituem e materializam em nossa sociedade, além de estimular o senso crítico e o olhar aguçado dos pesquisadores e dos cidadãos de modo geral.

REFERÊNCIAS

ART, Henry W. (editor-geral). **Dicionário de ecologia e ciências ambientais**. São Paulo: Editora UNESP / Companhia Melhoramentos, 2004.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BAKHTIN, Mikhail (VOLOCHÍNOV, V. N.). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 2009.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BIROLI, Flávia. História, discurso e poder em Michel Foucault. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. (Orgs.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BRANDÃO, Helena Nagamine. Enunciação e construção do sentido. In: FIGARO, Roseli. (Org.) **Comunicação e Análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

CARTA CAPITAL. São Paulo: Ed. Confiança, n. 701, 13 jun. 2012.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2011.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2012.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

COUTINHO, Adriana Nadja Lélis. **A construção da militância editorial: disputas em hegemonias em discursos de editoriais da mídia impressa nas eleições presidenciais de 2010**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

FIGARO, Roseli. (Org.) **Comunicação e Análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2013.

FIORIN, José Luiz; DISCINI, Norma. O uso linguístico: a pragmática e o discurso. In: FIORIN, José Luiz. (Org.). **Linguística? Que é isso?**. São Paulo: Contexto, 2013.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Trabalhar com Foucault: arqueologia de uma paixão**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

LAJE, Nilson. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 2006.

LAGO, Antônio; PÁDUA, José Augusto. **O que é ecologia**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. Análise do Discurso: uma entrevista com Dominique Maingueneau. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL**. Vol. 4, n. 6, março de 2006.

_____. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola, 2008a.

_____. **Cenas da enunciação**. São Paulo: Parábola, 2008b.

_____. **O discurso pornográfico**. São Paulo: Parábola, 2010.

_____. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas, SP: Pontes, 1997.

MALDIDIER, Denise. A inquietude do discurso. Um trajeto na história da Análise do discurso: o trabalho de Michel Pêcheux. In: PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice. (Orgs.) **Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2011.

MARIANI, Bethania. Textos e conceitos fundadores de Michel Pêcheux: uma retomada em Althusser e Lacan. In: **Alfa**. São Paulo, 54 (1): 2010.

MAZZOLA, Renan Belmonte. Análise do discurso: um campo de reformulações. In: MILANEZ, Nilton; SANTOS, Janaina de Jesus. (Orgs.). **Análise do discurso: sujeito, lugares e olhares**. São Carlos: Claraluz, 2009.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Vozes, 1985.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (Orgs.). **Introdução à linguística: vol. 1 – domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2003.

MUSSALIM, Fernanda. Aspectos da semântica discursiva do modernismo brasileiro: polêmica e interincompreensão em torno da noção de “cópia”. In: **Alfa**. São Paulo, vol. 53 (1): 2009.

RAMOS-SILVA, Sueli Maria. **Discurso de divulgação religiosa: semiótica e retórica**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SILVA, Rivaldete Oliveira; ALMEIDA, Maria de Fátima. Análise da interação verbal na teoria bakhtiniana. In: **Macabéa: Revista Eletrônica do Netlli**. v. 2. n. 1. jun. 2013.

SILVA, S. D.; LUNKES, F. L. E o casamento acabou: uma análise do arquivo de *Veja* sobre o imaginário da mulher divorciada. In: **Conexão Letras**. A noção de arquivo em Análise do Discurso: relações e desdobramentos. Programa de Pós-Graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. vol. 9. n. 11. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília; ROCHA, Décio. Por que ler Gênese dos discursos? In: **Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL**, vol. 7, n. 13, 2009.

SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília. Discursividade e espaço discursivo. In: FIGARO, Roseli. (Org.) **Comunicação e Análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2013.

TOWNSEND, Colin R.; BEGON, Michael; HARPER, John L. **Fundamentos em ecologia**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

VEJA. São Paulo: Ed. Abril, n. 1.237, 03 jun. 1992.

VEJA. São Paulo: Ed. Abril, n. 2.274, 20 jun. 2012.

VELOSO, Caetano. Luz do sol. In: CAEIRO, Alberto *et al.* **Ver de novo:** histórias sobre o meio ambiente. São Paulo: Ática, 2013.

ANEXOS

**EDIÇÃO
ESPECIAL**

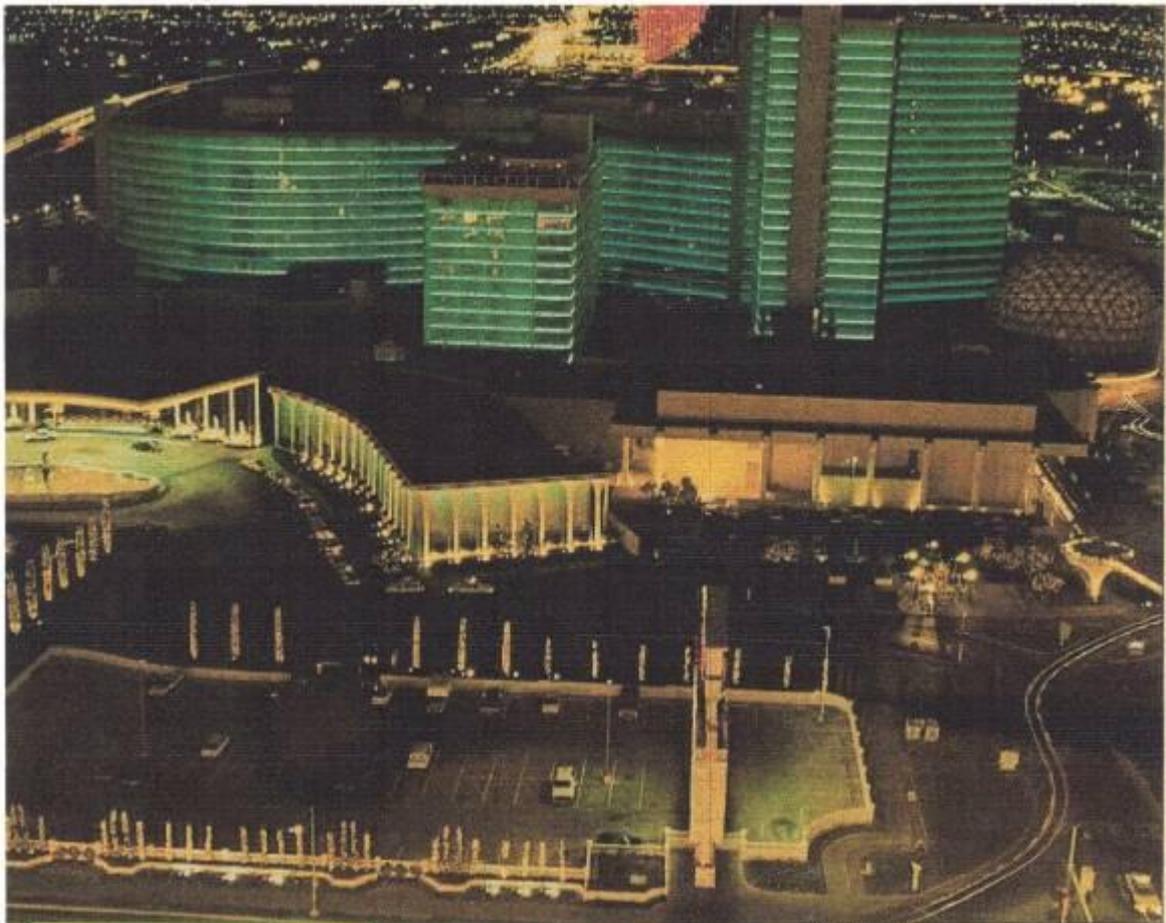
EDITORIA ABRE - EDIÇÃO 1 237
ANO 25 - Nº 23 - Cr\$ 11.000,00
3 DE JUNHO DE 1992

veja



O MUNDO SE ENCONTRA NO RIO

**Estrelas, temas e brigas da maior
conferência ecológica da História**



K. AMERICALEYDIA

NORTE
O excesso

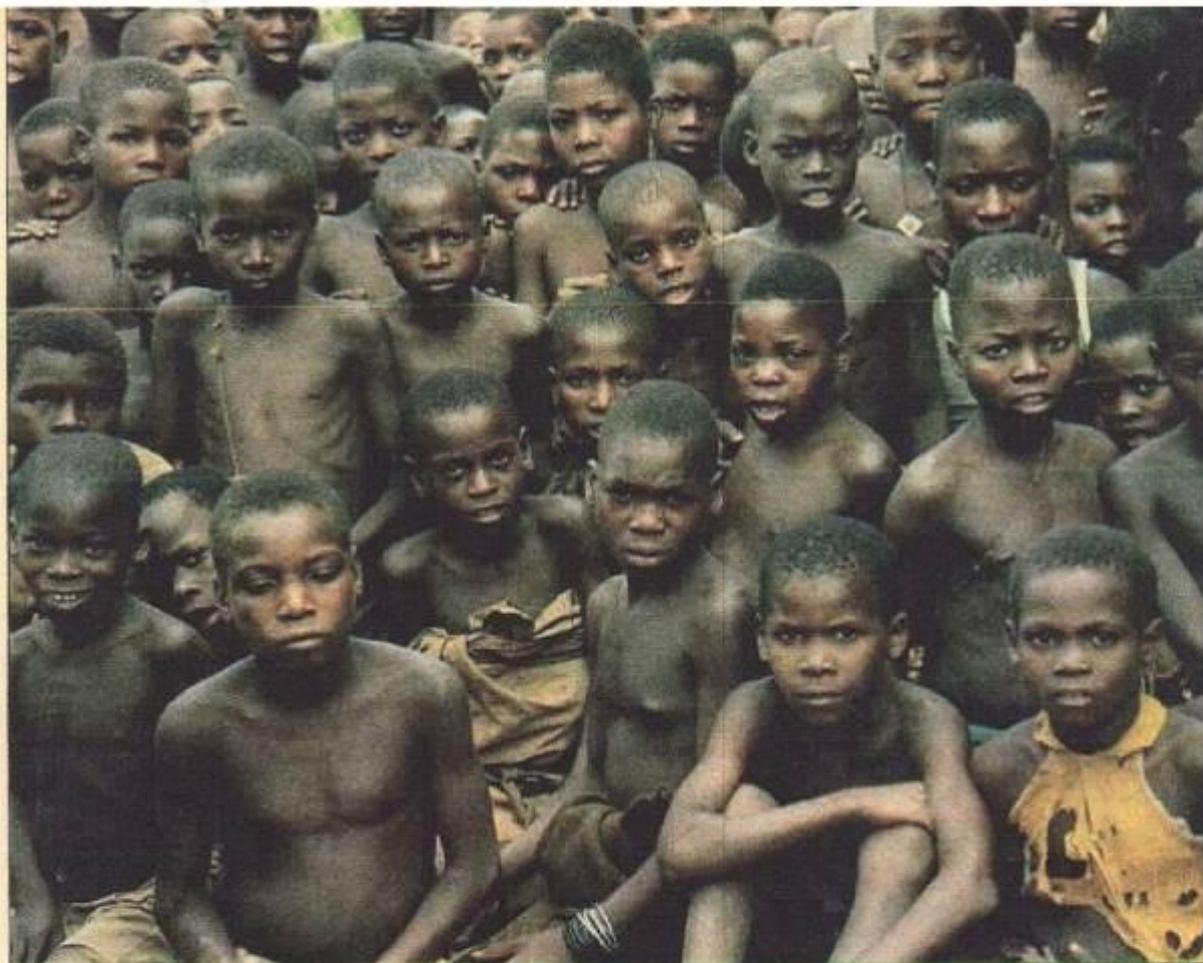
Com apenas 20% da população mundial, a porção industrializada do mundo consome 8 em cada 10 toneladas de todos os alimentos e 7 em cada 10 quilowatts de energia gerada (na foto, as luzes da cidade em Las Vegas, nos Estados Unidos). Por outro lado, apenas sete dos países mais ricos são responsáveis por lançar na atmosfera metade de todos os gases poluentes responsáveis pelo indesejável efeito estufa, o aquecimento anormal do planeta. A Eco 92 vai tentar conseguir que os ricos países do Norte paguem a conta da limpeza do planeta e da instalação do desenvolvimento sustentável, o tipo de progresso que não agride a natureza.

ÚLTIMA CHANCE

A Terra em transe na Eco 92



Começa no Rio de Janeiro a megarreunião ecológica que pode mudar os rumos do mundo



PICARELLI/AGF/REUTERS

O mundo tem um encontro marcado no Rio de Janeiro a partir da próxima quarta-feira para decidir que tipo de planeta será legado às próximas gerações. Líderes de mais de uma centena de países e outros 30 000 participantes reúnem-se na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou Eco 92, o mais abrangente e ambicioso encontro internacional já realizado em toda a história da humanidade. Sua ambição é criar um código de conduta que, se for mesmo montado conforme os planos, terá o poder de alterar as relações entre os países e influir na vida de cada ser humano. Esse encontro será realizado em instalações do Rio-centro, em Jacarepaguá, com ramificações em dezenas de outros locais do Rio de Janeiro. Começa dia 3 de junho e termina dia 13. Se fracassar, apagará a esperança de dotar a comunidade internacional de uma tábua de mandamentos práticos e morais capaz de substituir o vácuo das ideologias.

Chefes de Estado das nações mais poderosas do mundo como o americano George Bush, o japonês Kiichi Miyazawa, o alemão Helmut Kohl e o inglês John Major farão do Rio de Janeiro a sede temporária de um inédito parlamento da Terra. Na semana passada, quando a conferência começava a tomar forma com a chegada ao Rio de seus primeiros participantes, como o rei Gustavo, da Suécia, crescia a expectativa mundial sobre seus resultados. Eles terão um impacto gigantesco, para o bem ou para o mal. Caso os países representados não mostrem

Sul

A falta

As nações pobres não querem ser obrigadas a pagar pelos problemas ecológicos que elas não ajudaram a criar. A necessidade do Terceiro Mundo de crescer e alimentar sua população (na foto, crianças desnutridas em Moçambique) conflita com as exigências ecológicas que os países ricos querem impor. A Eco 92 tentará diminuir o abismo crescente que separa pobres e ricos no mundo. Os vinte países mais ricos do planeta têm renda sessenta vezes maior do que os vinte mais pobres. Essa relação só tende a se agravar com o crescimento populacional explosivo das nações pobres. Há trinta anos, essa relação era mais amena: a renda dos ricos era trinta vezes maior.



O aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro: discussões paralelas

o discernimento, a coragem e o músculo político para implementar as correções de rumo esperadas em torno das discussões sobre progresso e meio ambiente, o desfecho da conferência poderá redundar num desastre global sem precedentes. Na hipótese oposta, as pessoas estarão impedidas de esquecer o Rio de Janeiro de junho de 1992. Ali se terá construído a mais profunda mudança mundial em tempos de paz.

"Não se monta uma reunião dessa magnitude impunemente", diz Gro Harlem Brundtland, primeira-ministra da Noruega e ecologista. "A Terra estará olhando para o Rio de Janeiro", afirma o canadense Maurice Strong, um empresário de 62 anos escolhido pela ONU para organizar e chefiar a conferência. Assoberbado pela tarefa de montar a Eco 92, Strong há cinco meses não consegue reunir-se com a própria família. Ele chegou ao Rio na semana passada e encontrou tempo para fumar o cachimbo da paz com índios convidados para uma reunião paralela, a Conferência Mundial dos Povos Indígenas. Com seus cocares, danças e cânticos, os índios brasileiros e seus convidados de outras partes do mundo fornecem a moldura exótica para a reunião de técnicos, diplomatas e ativistas internacionalmente popularizada como a Cúpula da Terra.

Imagina-se cronocamente que esta conferência terá seu ponto alto em discussões românticas sobre a extinção de bichos raros. Não. O ponto forte da Eco 92 é a questão do dinheiro. Em palavras mais exatas: como fazer para que a riqueza

transbordante do Primeiro Mundo escorra um pouco para evitar a pobreza vexatória e desumana do Terceiro Mundo. A miséria, ninguém mais discute, é um dos grandes agentes de empobrecimento e destruição do mundo. O consumo desenfreado é outro desses agentes. Nos 25 milhões de páginas de documentos produzidos na preparação da Eco 92 essa equação foi repetidamente colocada. Encontrar o termo médio entre as duas partes — eis a questão da Eco 92.

A luta mais enfática da Eco 92 é para transferir recursos do Hemisfério Norte, levando os benefícios da civilização até os países pobres do Hemisfério Sul. Salvar as espécies ameaçadas pelo desmatamento das florestas tropicais tem um preço. Limpar os oceanos custa caro. Lançar menos gases de carbono poluidores no ar exige ainda mais investimentos pois supõe a criação de equipamentos mais eficientes, mesmo que as pessoas aceitem a

idéia de cortar os excessos de seus hábitos de consumo. Strong calcula que a conta para os países ricos ficará em cerca de 125 bilhões de dólares por ano até o fim da década. Isso é um dinheirão. Algo como se a cada ano fosse saldada no mundo uma dívida externa do tamanho da do Brasil, mas pelos próprios credores, os países ricos. "Não há muita escolha. A conta fica mais cara a cada ano e o custo de consertar a

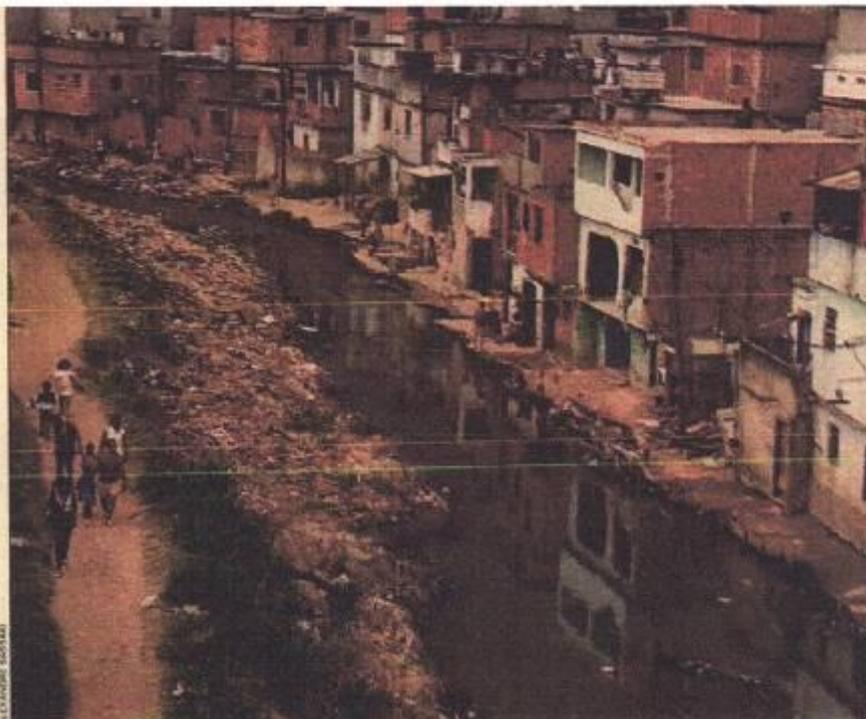
As posições

	O que está em jogo	Brasil	Estados Unidos
Transferência de Tecnologia 	Acesso dos países pobres a tecnologia usada pelos ricos para proteger o meio ambiente	Quer tecnologia a preço de custo, sem royalties ou patentes	Só terão acesso os países considerados seguros (que não representem a tecnologia a inimigos potenciais, como o Iraque). O Brasil não é considerado de confiança
Lixo tóxico 	A exportação de resíduos industriais químicos ou radioativos	Quem exportar cargas tóxicas deve ser punido	Quer criar um fundo para a construção de depósitos de lixo
Efeito estufa 	Mudança climática provocada pela emissão de gases oriundos da queima do petróleo e do carvão	Controle das emissões de gases só se houver dinheiro e tecnologia disponíveis. Prioridade ao combate à miséria. Os ricos é que devem parar de poluir	Não aceita ficar de fora ou limites, mas se compromete a reduzir drasticamente as emissões prejudiciais à recuperação econômica dos EUA
Biodiversidade 	Normas para preservação e uso racional das plantas e dos animais	Quer fazer um inventário dessas riquezas. Os países ricos pagarão royalties para utilizar as plantas das nações pobres	As empresas americanas podem industrializar os princípios ativos de plantas tropicais sem pagar royalties aos países onde elas são nativas
De onde sai o dinheiro 		Des países ricos, em empréstimos a fundo perdido	De um fundo internacional coordenado pelo Banco Mundial

omissão de agora não tem preço", diz Kamal Nath, ministro do Meio Ambiente da Índia.

Os especialistas calculam que como resultado imediato da Eco 92 os países endividados do Hemisfério Sul podem obter um alívio de 6 bilhões de dólares em seus débitos. Como não existe almoço grátis, os países pobres serão chamados no Rio de Janeiro a dar sua contrapartida. Os representantes dos países ricos não dizem claramente, porque isso é politicamente incorreto, mas uma das cobranças mais duras sobre as nações em desenvolvimento será em relação ao controle populacional. País pobre cresce sempre em direção a suas fronteiras selvagens, onde estão os recursos biológicos que se procura salvar. Desde a última reunião ecológica realizada em Estocolmo em 1972 o mundo cresceu 1,7 bilhão de pessoas — 1,5 bilhão das quais nasceram em países do Hemisfério Sul.

Para os países pobres está claro que manter suas economias no estágio atual de desenvolvimento, que gera produtos caros em processos poluentes e destruidores da natureza, é arrasador a médio prazo. A continuar, por exemplo, o ritmo da destruição de florestas, dos 33 países que exportavam madeira em 1985, pelo menos 23 não terão mais o que vender dentro de uma década. Quanto mais os problemas de um lado são visíveis do outro lado do



Favela carioca do Jacarezinho; o problema mora ao lado

muro sócio-econômico, menos compreensão mútua existe. Isso acontece entre países e entre bairros. Os participantes da Eco 92 poderão ver no cenário das favelas cariocas limítrofes dos bairros mais abastados uma síntese desse dilema.

O efeito estufa é uma amostra desse divórcio em termos mundiais. O desastroso aquecimento anormal do planeta que muitos cientistas prevêem em consequência desse efeito tem como causa o acúmulo de gases de carbono na atmosfera. Os países industrializados lançam dez vezes mais gás carbônico na atmosfera do que os países pobres. O presidente americano George Bush, por exemplo, se baterá para que a Eco 92 estabeleça rigoroso controle sobre as queimadas nas selvas tropicais, as fontes de gás carbônico mais ponderáveis no Hemisfério Sul. Por outro lado, Bush vai tentar apenas ratificar o acordo que conseguiu arrancar da ONU há duas semanas, em que os países industrializados se eximem de compromissos palpáveis na redução de suas próprias emissões de gás carbônico. Em outras palavras, se prevalecer a posição defendida pela administração americana, os países pobres serão chamados a resolver um problema para cuja instalação eles próprios contribuíram muito pouco.

São posições conflitantes que dependendo da clareza dos participantes da Eco 92 podem vir a ter uma abordagem mais racional. A Agenda 21, o documento básico da ONU para o meio ambiente que se espera seja unguído na conferência do Rio, deixa claro que os ricos vão ter que ceder mais, consumir menos, gastar menos energia e ainda pagar a conta da limpeza global. É um laço muito estreito para o peçoço do leão, mas se tentará colocá-lo no animal durante a reunião do Rio de Janeiro. Mas como? A primeira idéia é criar um fundo internacional sob a batuta de um organismo do Banco Mundial já existente para financiar projetos de interesse ecológico nos países pobres. Esse fundo deve passar o pires e

de cada um

Europa	ONG	Grandes empresas
As despesas com patentes e royalties devem ser subsidiadas pelos países ricos	Os custos devem ser os mais baixos possíveis. Os países pobres não devem pagar patentes das novas tecnologias	Exigem respeito às patentes, custos de mercado e transação direta entre empresas, sem intermediação de governos
As empresas devem ser forçadas a investir em tecnologias de reciclagem e diminuição do lixo	O primeiro passo é a proibição do tráfico internacional de cargas perigosas	As fábricas a serem abertas devem ser limpas
Até o ano 2000, as emissões de dióxido de carbono (CO2) devem se estabilizar nos níveis de 1990	Os países devem emitir no ano 2000 apenas 10% do CO2 que emitiram em 1990	Reforestar e criar tecnologias que poupem energia até que a ciência prove que o CO2 é mesmo prejudicial
Deve-se perdoar parte da dívida externa dos países que preservaram sua flora e fauna. Contra a cobrança de royalties	Os países de maior biodiversidade têm que ser recompensados por sua exploração	Defendem apoio técnico aos países que precisam de ajuda para preservar espécies ameaçadas. Não admitem imposição de novos taxes à indústria
Dos países ricos, através de abatimentos da dívida externa	De impostos pagos pelos consumidores dos países ricos	De um fundo internacional

recolher algo em torno de 200 bilhões de dólares para aplicação imediata.

Até agora apenas se contornou a questão principal, aquela que pode devolver o orgulho e a capacidade de investimento dos países que abrigam riquezas tropicais: a definição do preço de suas matas e animais que o mundo quer preservar. Os países tropicais abrigam 50% do capital genético cobiçado pelos países industrializados. Até agora os grandes laboratórios e as empresas que desenvolvem sementes utilizaram livremente este capital sem pagar um tostão aos países pobres. Quando a conta for cobrada poderá surgir uma solução mais justa. Um estudo do Banco Mundial sugere que sejam formadas joint ventures entre empresas de países ricos e pobres para que ambas repartam os lucros das riquezas da floresta. Quando a Eco 92 for história, se saberá exatamente o que ela significou. A expectativa otimista é que ela seja o começo de uma longa caminhada capaz de levar a uma vida mais decente a parte desvalida do planeta. E, para todos, ricos e pobres, a garantia de que o mundo não será espoliado de tal forma que não possa no futuro sustentar a própria vida de seus habitantes.

CONFUSÃO

A Eco 92 e o caos urbano

O ensaio geral do esquema de segurança para a Eco 92, realizado no último dia 23, serviu como uma amostra dos apuros que os cariocas terão de enfrentar durante a megaconferência. Os soldados e tanques que invadiram a cidade deixaram o trânsito caótico. Entre os dias 11 e 15 de junho, quando as principais ruas e avenidas serão interditadas para o uso exclusivo dos chefes de Estado participantes da Eco 92, o cotidiano do carioca será alterado ainda mais. O Túnel Rebouças, por exemplo, que liga a Zona Norte com a Zona Sul do Rio, será de uso exclusivo das caravanas oficiais, obrigando os 75 000 motoristas que passam por ali diariamente a procurar outras alternativas. A confusão no trânsito será quase certa.

Coube ao Exército montar um esquema que colocará 15 000 homens patrulhando as ruas da cidade. Tentou-se evitar um clima de estado de sítio,

com a ocupação ostensiva das vias públicas por tanques e tropas, mas a obsessão pela segurança total acabou vencendo esses pruridos. O espaço aéreo será de uso limitado aos aviões comerciais de rota e estarão proibidos até mesmo os vôos de ultraleves e asas-delta que costumam enfeitar a paisagem aérea do Rio de Janeiro. Com o turismo em baixa na cidade, em parte por causa dos relatos de violência divulgados no exterior, a rede hoteleira da cidade viverá um raro momento de lotação esgotada. Mais de uma centena de hotéis foram reservados pela ONU para os 30 000 participantes oficiais da Eco 92. Se tudo correr como o planejado, o Brasil ficará mais próximo do mundo. A Embratel investiu 3 milhões de dólares na importação de quatro estações de rastreamento de satélite transportáveis para garantir a transmissão de imagem, som, voz e dados para o exterior.



Soldados e tanques nas ruas do Rio: transtornos para a população



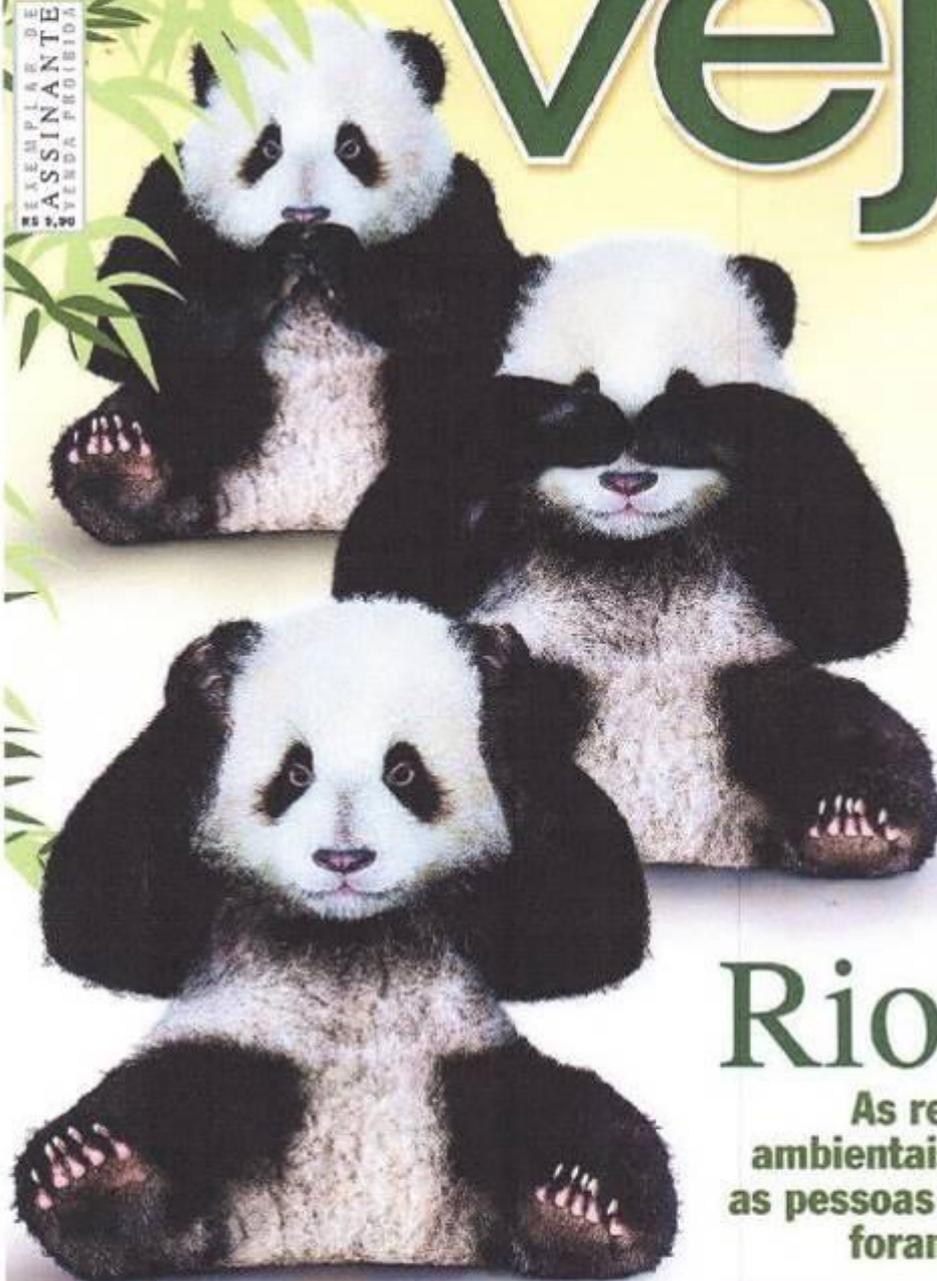
EXEMPLAR DE
ASSINANTE
VENDA PROIBIDA

ESPECIAL 31 páginas

Editora ABRIL
edição 2274 - ano 45 - nº 25
20 de Junho de 2012

veja

www.veja.com.br

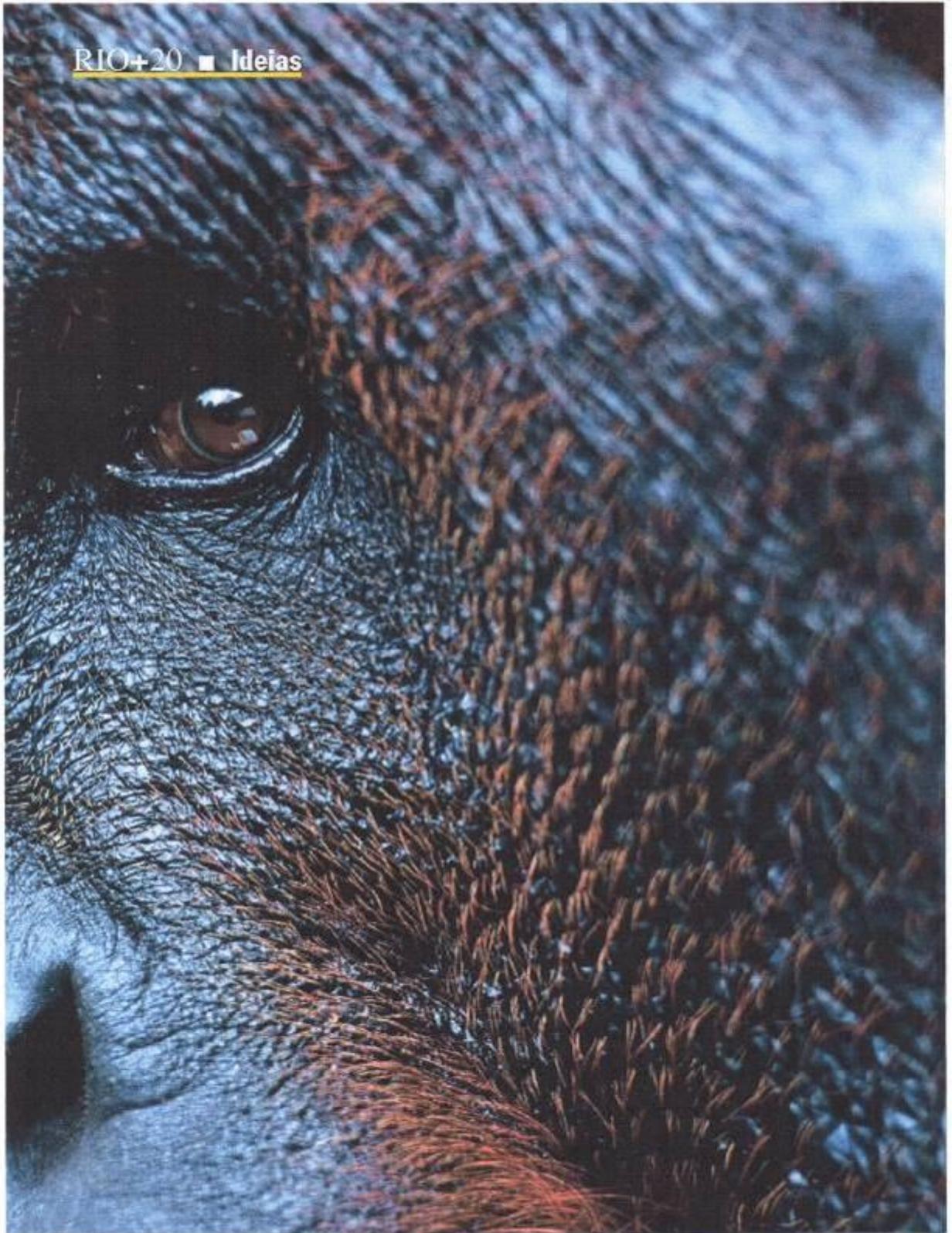


Rio+20

As reais questões
ambientais que afetam
as pessoas aqui e agora
foram esquecidas

VERDADES INCONVENIENTES

RIO+20 ■ Ideias



A MARCA HUMANA

Países do mundo inteiro criam áreas de preservação para evitar a extinção de espécies e ecossistemas, mas a simples delimitação de espaços não trará de volta um mundo intocado, sem as intervenções do homem. O problema ambiental só será solucionado por meio da integração entre a natureza selvagem e as paisagens modernas

PETER KAREIVA, ROBERT LALASZ E MICHELLE MARVIER

Segundo os seus próprios critérios, a conservação ambiental está fracassando. A biodiversidade na Terra segue em rápido declínio. Continuamos a perder florestas na África, Ásia e América Latina. Há tão poucos tigres e macacos selvagens que, muito em breve, se as tendências atuais se mantiverem, esses animais estarão extintos. Direto ao ponto: perdemos muito mais lugares e espécies do que salvamos. Ironicamente, a conservação está sendo nocauteada na luta para proteger a natureza a despeito de vencer uma de suas batalhas mais duramente travadas — o embate pela criação de parques e áreas selvagens. Ao mesmo tempo que espécies e lugares selvagens desaparecem em um ritmo crescente, o número de áreas protegidas ao redor do mundo cresce de maneira impressionante. Saltou de menos de 10.000 em 1950 para mais de 100.000 em 2009. No mundo todo, países delimitam áreas onde o desenvolvimento humano é restrito, na tentativa de preservá-las. Os últimos cálculos estimam que 13% da parte terrestre do planeta está protegida, uma porção maior do que toda a América do Sul.

Historicamente, a conservação ambiental se deu no âmbito regional. Os grupos conservacionistas dedicaram-se a salvar lugares específicos, como o Parque Nacional de Yosemite e o Grand Canyon, ambos nos Estados Unidos, ou a manejar sistemas ecológicos muito limitados, como mananciais e bosques. Já as ambições mais recentes beiram o ir-

BEM MAIS FORTE DO QUE SE PENSAVA

Símbolo da ameaça ambiental na Indonésia, o orangotango conseguiu sobreviver longe das florestas virgens, em planícies e áreas degradadas

real. Por exemplo: interromper o desmatamento da Amazônia, uma área quase do tamanho do território continental dos Estados Unidos, é possível? É ao menos necessário? É impossível impedir qualquer atividade econômica que precise desmatar pontualmente certas áreas da floresta. Cercar o Vale do Yosemite não é o mesmo que tentar cercar a Amazônia. Assim como os Estados Unidos foram pontilhados de barragens, tiveram sua madeira explorada e foram recortados por estradas, é provável que boa parte da Amazônia também o seja.

O conservacionismo não pode prometer um retorno a paisagens intocadas, pré-humanas. A humanidade já transformou profundamente o planeta e continuará a fazer isso. O que o conservacionismo pode almejar, em vez disso, é uma nova visão do planeta. Um planeta em que a natureza — florestas, manguezais, espécies diversas e outros ecossistemas antigos — coexistam em meio à ampla variedade de paisagens modernas e humanas. Para que isso aconteça, os conservacionistas terão de dispensar suas concepções românticas de natureza, parques e áreas selvagens, ideias que nunca foram apoiadas pela boa ciência da conservação, e forjar uma visão mais otimista para o ser humano.

No início do século XIX, muitos pensadores americanos argumentaram que a maior utilidade da natureza é ser uma fonte de renovação espiritual solitária, um refúgio da vida moderna, um lugar para desfrutar a solidão e interagir com Deus.

"Para sentir a solidão, um homem precisa se afastar tanto de seu quarto quanto da sociedade", escreveu o ensaísta e poeta Ralph Waldo Emerson em "Natureza". No ensaio de Emerson, as cidades e o desenvolvimento humano eram retratados como ameaças a esses idílios que permitiam a transcendência — apesar de serem os escritores, em sua maioria, intelectuais urbanos. O romancista Nathaniel Hawthorne reclamou amargamente de escutar, de sua casa de campo, o apito do trem, mas dependia desse transporte moderno para ir e vir de seu éden particular. Henry David Thoreau ficou famoso por elogiar sua própria autossuficiência, vivendo em uma pequena cabana afastada em harmonia com o mundo natural. Na verdade, Thoreau morava perto o bastante da cidade para receber convidados frequentes e até fazer com que sua mãe lavasse as suas roupas.

Sob a invocação do valor espiritual e transcendental da natureza intocada, existe um argumento em defesa do uso das paisagens para certos fins e não para outros. Trilhas para caminhada, em vez de

estradas; estações científicas, em vez de madeiras; hotéis para ecoturistas, em vez de lares. Ao removermos comunidades instaladas há muito tempo e as substituímos por hotéis, extirpamos espécies indesejadas e estimulamos a permanência de outras mais desejáveis, perfuramos poços para regar a floresta e impomos o manejo de fogo que combina controle e incêndios planejados, criamos parques que não são muito diferentes da Disneylândia.

A conservação é amplamente vista como a prática inocente de comprar lugares tidos como especiais e ameaçados pelo desenvolvimento humano. Nas últimas três décadas, porém, o movimento conservacionista revelou-se bem controverso, principalmente por expulsar populações indígenas de suas terras a fim de criar mais parques e reservas. A proteção moderna de supostas áreas selvagens acarreta, com frequência, a realocação de um grande número de pessoas. Na maioria dos casos, sem que haja uma compensação justa pelas casas, áreas de caça e terras agrícolas perdidas.

Em 2009, o jornalista Mark Dowie, hoje professor de jornalismo na Universidade da Califórnia, em Berkeley, publicou um artigo intitulado "Os refugiados da conservação". Escreveu Dowie: "Cerca de metade das terras escolhidas para proteção pela elite conservacionista no último século era ocupada ou usada regularmente por povos indígenas. Nas Américas, esse número passa de 80%". A estimativa varia de 5 milhões a dezenas de milhões de pessoas realocadas no século passado em prol da conservação. Um outro estudo, da Universidade Cornell, revelou que 14 milhões de indivíduos foram deslocados em nome da conservação só na África nesse período.

No início dos anos 90, grupos indígenas denunciaram tais expulsões em fóruns mundiais, como a Cúpula da Terra das Nações Unidas, durante a Eco 92, no Rio. Em resposta, os grupos conservacionistas prometeram respeitar e trabalhar em conjunto com as comunidades que viviam nas áreas protegidas ou em seus arredores. Nos cinco anos que se seguiram à Eco 92, as organizações realmente trabalharam com organizações locais, incluindo os povos indígenas, no desenvolvimento sustentável e na chamada "conservação baseada na comunidade". Lindas fotos de povos indígenas começaram a ornamentar os elegantes relatórios anuais e as brochuras para levantamento de recursos dos grupos conservacionistas. Apesar disso, em 2004, os conflitos aumentaram. No Fórum Internacional de Mapeamento Indígena, no mesmo ano, os 200 representantes dos índios apresentaram uma declaração assinada por todos com os seguintes dizeres: "As atividades de organizações conservacionistas representam, agora, a maior ameaça à integridade das terras indígenas".

"As ambições do conservacionismo beiram o irreal. Interromper o desmatamento na Amazônia, cuja área é um pouco menor do que o território continental dos Estados Unidos, é possível? Cercar o Vale do Yosemite não é o mesmo que cercar a Amazônia"

Em muitos lugares do mundo, os parques se tornaram uma maldição para o conservacionismo. Tome-se como exemplo a iniciativa, em 1982, de criar um parque nacional em Mburo, Uganda. Em nome da preservação da vida selvagem, o governo expulsou de forma violenta milhares de homens, mulheres e crianças das regiões do entorno, sem indenização. A expulsão mostrou-se autodestrutiva. Em 1986, um novo governo encorajou esses refugiados da conservação a voltar para seus lares. Rapidamente, eles trucidaram a vida selvagem. Em retaliação, também destruíram as instalações do parque ali alojado.

Na Indonésia, todas as principais ONGs conservacionistas tentaram, de forma contundente, deter a onda de desmatamento e o declínio de espécies emblemáticas, como o orangotango. O aumento do número de áreas protegidas foi resultado dessas ações. No entanto, ao visitar o país, é difícil perceber qual área é protegida ou não, pois em muitas delas há uma intensa exploração de madeira. Análises quantitativas de taxas de desmatamento, baseadas em imagens de satélite, revelaram que a perda de florestas é muito maior dentro das áreas sob proteção da Indonésia do que nas florestas do país manejadas por comunidades locais para exploração sustentável de madeira.

Organizações conservacionistas respondem a esses exemplos argumentando que o deslocamento de pessoas é coisa do passado. Elas ressaltam ter aprendido com os antigos erros. Hoje, a maioria das ONGs conservacionistas tem políticas de melhores práticas direcionadas a proteger os direitos das comunidades locais. Essas ONGs estão também, cada vez mais, empregando cientistas sociais e antropólogos para incorporar os povos indígenas em suas estratégias de conservação.

Mas o conservacionismo permanecerá controverso enquanto continuar tão estreitamente focado na criação de parques e áreas protegidas e afirmar, frequentemente, de modo injusto, que as populações locais não são capazes de tomar conta de suas terras. Em seu livro *Colapso*, de 2005, o geógrafo Jared Diamond escreveu que os habitantes da Ilha de Páscoa retornaram ao canibalismo depois de cortar as últimas árvores do local — uma parábola do uso míope dos recursos naturais pela humanidade. Mas Diamond entendeu mal a história. Foi o efeito combinado de uma espécie não nativa (o rato polinésio, que come sementes de árvores) e de ataques de europeus em busca de escravos que destruiu o povo da Ilha de Páscoa, não o manejo equivocado da natureza.

Quando o conservacionismo se transformou em um empreendimento global, nas décadas de 70 e 80, a justificativa do movimento para salvar a natureza mudou. Valores espirituais e estéticos fo-



MASSIMO VIGLIANI/CONTRASTO/ALBUMA/ALBUMA

ram substituídos pela biodiversidade. A natureza foi descrita como primeva, frágil e sob risco por causa de muito abuso por parte da humanidade. Sem dúvida, há consequências da utilização da natureza para a mineração, a exploração de madeira, a agricultura intensiva e o desenvolvimento urbano, provocando o desaparecimento de espécies-chave ou de ecossistemas. Ecologistas e conservacionistas, no entanto, exageraram em suas considerações sobre a fragilidade da natureza ao argumentar, com frequência, que o desaparecimento de uma única espécie pode causar o colapso de um ecossistema inteiro. Também há exagero na ideia de que a perda de parte da biodiversidade pode provocar a destruição da Terra. Da expansão da agricultura em regiões de floresta úmida à alteração de cursos d'água, tudo foi pintado como uma ameaça ao delicado funcionamento interno do ecossistema planetário.

O tema da fragilidade data da década de 60, quando a bióloga americana Rachel Carson descreveu, de forma lamuriosa, no livro *Primavera Silenciosa*, a delicada teia da vida. Na obra, ela alertava sobre como a perturbação do intrincado equilíbrio da natureza poderia resultar em consequências desastrosas. O ex-vice-presidente americano Al Gore defendeu posição semelhante em 1992, no livro *Terra em Equilíbrio*. Em 2005, a Avaliação dos Ecossistemas do Milênio advertiu que, embora a expansão da agricultura e outras formas de desenvolvimento tivessem sido extremamente positivas para os pobres do mundo, a degradação dos ecossistemas estava, ao mesmo tempo, criando riscos de colapso ambiental.

NATUREZA RESILIENTE

Na praia italiana de Rospigliano Solvay, na Toscana, a areia alvissima é resultante, ainda que soe paradoxal, dos resíduos de mercúrio até despejados por uma indústria química ao longo de mais de três décadas. Em muitas regiões do planeta, a natureza revelou-se resistente e capaz de se recuperar até dos impactos mais nefastos causados pela atividade humana

O problema do conservacionismo é que os dados não sustentam a ideia de uma natureza frágil em risco de colapso. Os ecologistas agora sabem que o desaparecimento de uma espécie não leva à extinção de nenhuma outra, muito menos de todas as outras no mesmo ecossistema. Em muitas circunstâncias, a morte de uma espécie antes abundante pode não resultar em consequência alguma para o funcionamento de um ecossistema. A castanheira americana, antes a árvore dominante no leste da América do Norte, foi extinta por uma praga estrangeira. De forma surpreendente, o ecossistema florestal não foi afetado. O pombo-passageiro, antes tão abundante que seus bandos escureciam o céu, foi extinto, junto com incontáveis outras espécies, da vaca-marinha de Steller ao dodô, sem consequências catastróficas nem mesmo efeitos mensuráveis.

Essas histórias de resistência não são exemplos isolados. Uma revisão abrangente da literatura científica identificou 240 estudos de ecossistemas depois de sofrerem distúrbios como desmatamento, mineração, vazamento de petróleo e outros tipos de poluentes. Em 72% dos casos acompanhados, verificou-se a recuperação abundante de espécies de plantas e animais, assim como outros indicadores de um ecossistema saudável.

A cobertura florestal da Terra continua a diminuir em diversas regiões do planeta. No entanto, foi registrado um aumento no Hemisfério Norte, onde houve recuperação de ecossistemas em terras usadas para agricultura no passado. É provável que aconteça algo semelhante no Hemisfério Sul quando países pobres atingirem um nível semelhante de desenvolvimento econômico. Um relatório de 2010 concluiu que as florestas úmidas que cresceram de novo em terra agrícola abandonada têm de 40% a 70% das espécies das florestas originais. Até os orangotangos da Indonésia, que se acreditava serem capazes de sobreviver apenas em florestas virgens, foram encontrados em plantações de palmeiras e em terras degradadas.

A natureza é tão resistente que pode se recuperar rapidamente inclusive dos impactos humanos mais nefastos. Em torno da usina nuclear de Chernobyl, na Ucrânia, que explodiu em 1986, a vida selvagem floresce, mesmo com altos índices de radiação. No Atol de Bikini, local de diversos

testes de bombas nucleares, o número de espécies de coral é maior hoje do que antes das explosões. O petróleo que se espalhou no Golfo do México com o desastre na plataforma Deepwater Horizon, há dois anos, foi decomposto e consumido por bactérias em um ritmo notavelmente rápido.

Hoje, coiotes vasculham o centro de Chicago e falcoes-peregrinos espantam moradores de São Francisco quando mergulham pelos cânions de arranha-céus a fim de capturar pombos para sua próxima refeição. No sudoeste dos Estados Unidos, uma salamandra rara, que consta de uma lista federal, aparece com frequência em tanques para o gado — até hoje ela não foi encontrada em nenhum outro habitat. Livros foram escritos sobre o colapso do bacalhau em Georges Bank. Dados recentes de pesca, porém, revelam que o peso corpóreo do peixe voltou aos níveis anteriores ao colapso. É duvidoso que alguém escreva um livro sobre a recuperação do bacalhau. Não pega bem diante de um público viciado em histórias de apocalipse ambiental.

Mesmo a espécie que é o símbolo clássico da fragilidade ambiental — o urso-polar ilhado em um bloco de gelo que derrete — tem uma boa chance de sobreviver ao aquecimento global. Isso pode acontecer se as mudanças ambientais continuarem a aumentar as populações de foca-do-porto e de foca-harpa. Os ursos-polares evoluíram de ursos marrons há 200.000 anos, durante um dos períodos de estriamento da Terra. Transformaram-se em carnívoros altamente especializados, cuja dieta é baseada em focas. O destino do urso-polar depende de duas tendências opostas — do declínio do gelo no mar e do aumento exponencial da presa rica em energia para sua sobrevivência. A vida na Terra é uma história de espécies que evoluem durante a adaptação a novos ambientes.

O ideal da natureza pressupõe que haja partes do mundo ainda intocadas pelo homem, mas hoje é impossível encontrar no planeta um lugar que não tenha sido marcado pela atividade humana. Há séculos os homens promovem impactos no ambiente natural. A natureza selvagem, tão louvada pelos conservacionistas, os tais lugares intocados pelo homem, nunca existiu. Pelo menos não nos últimos 1.000 anos — e possivelmente muito antes disso.

Os efeitos da atividade humana encontram-se em cada canto da Terra. Peixes e baleias em locais remotos do Ártico estão contaminados por pesticidas químicos. Os ciclos do nitrogênio e da água são, hoje, controlados pelas pessoas — a atividade humana produz 60% do nitrogênio depositado na terra a cada ano. A humanidade se apropria de mais da metade do fluxo anual de água doce acessível. Há mais tigres em cativeiro do que em seu habitat. Cálculos estimam que, em 2050, a extração de madeira de florestas na-

turais entrará em declínio. Três quartos de toda a madeira utilizada no mundo serão provenientes de fazendas de reforestamento manejadas de forma intensiva. Erosão, clima e deslizamentos de terra eram os principais fatores na movimentação de rochas e solo. Hoje, a construção de estradas e projetos grandiosos de engenharia tornaram os seres humanos rivais desses processos geológicos. Em todo o mundo, a mistura entre alterações climáticas e espécies não nativas possibilitou uma série de novos ecossistemas catalisados pela atividade humana.

Para enfatizarem que entramos em uma nova era geológica, na qual os seres humanos dominam todos os fluxos e ciclos da ecologia e da geoquímica do planeta, os cientistas cunharam um nome para a etapa atual: antropoceno. A maioria dos habitantes do planeta, não importa de qual cultura, enxerga com bons olhos as oportunidades decorrentes do desenvolvimento de uma vida melhor do que a desgastante miséria rural. Por outro lado, a escala global dessas transformações reforçou a nostalgia dos conservacionistas e a busca por um meio ambiente selvagem e por um passado de natureza intocada. Mas o persistente foco do conservacionismo em preservar ilhas de ecossistemas do holoceno na era do antropoceno é tanto anacrônico quanto contraproducente.

Avante-se o declínio da população de orangotangos, atribuído à exploração intensiva de madeira de seu habitat florestal. Estudos de campo recentes sugerem que os homens matam os orangotangos para comer e vender a um ritmo muito mais severo do que se suspeitava. É essa prática, não o desmatamento, o maior perigo para os orangotangos. Para salvarem essa espécie, os conservacionistas terão de enfrentar o problema da fome e da falta de renda na Indonésia. Ou seja, eles terão de aderir ao desenvolvimento humano e à exploração da natureza para atividades como agricultura ao mesmo tempo em que tentam preservar a natureza dentro dos parques.

Os binômios do conservacionismo — crescimento ou natureza, prosperidade ou biodiversidade — marginalizaram o movimento em um planeta que, em breve, terá pelo menos 2 bilhões de habitantes a mais. No mundo em desenvolvimento, os esforços para conter os avanços econômicos e proteger florestas são injustos, se não antiéticos, quando se voltam aos 2,5 bilhões de pessoas que vivem com menos de 2 dólares por dia e ao bilhão que sofre com a fome crônica. Ao colocarem pessoas contra a natureza, os conservacionistas promovem uma atmosfera em que as sociedades enxergam o meio ambiente como um inimigo. Se as pessoas não acreditarem que a conservação é do interesse delas, isso nunca será uma prioridade nas sociedades atuais. O conservacionismo preci-

“Os esforços para conter avanços econômicos e proteger florestas são injustos, se não antiéticos, quando se voltam aos 2,5 bilhões de pessoas que vivem com menos de 2 dólares por dia e ao bilhão que sofre com a fome crônica”

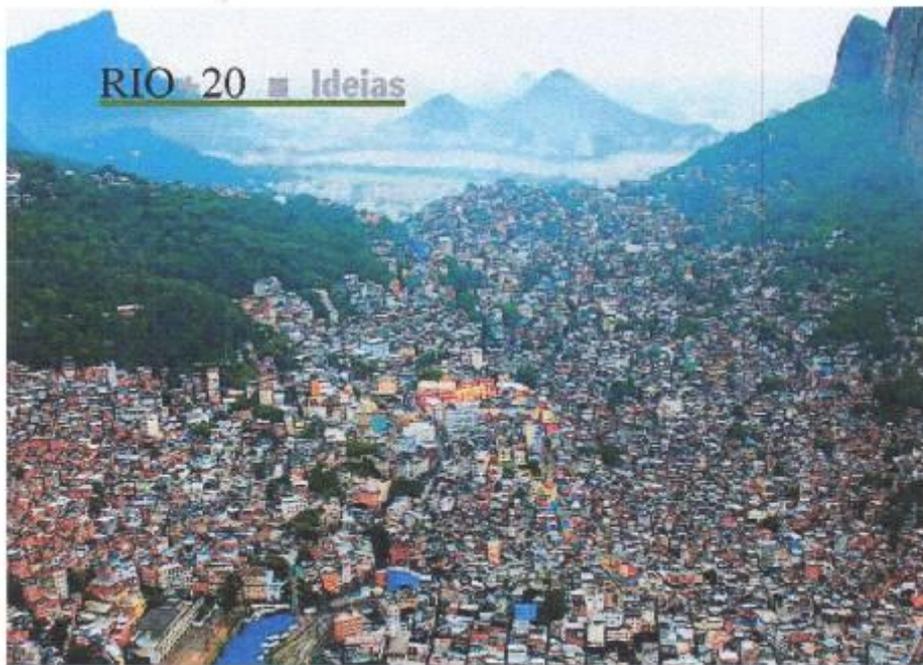


FOTO: GUY AROCA/REUTERS/ALAMY

sa demonstrar como o destino da natureza e o das pessoas estão profundamente interligados — e, então, oferecer novas estratégias para promover a saúde e a prosperidade de ambos.

Não é preciso ser pós-modernista para entender que o conceito de natureza, em oposição ao funcionamento físico e químico dos sistemas naturais, sempre foi uma construção humana, formada e concebida para fins humanos. A ideia de que a natureza "sem gente" é mais valiosa do que a natureza "com gente", assim como o retrato da natureza como frágil ou feminina, não reflete verdades atemporais, mas esquemas mentais que se modificam para se adequar aos tempos.

Se não existe uma natureza selvagem, se a natureza é resistente, mais do que frágil, e se as pessoas são, na verdade, parte da natureza, e não os pecadores originais que causaram nossa expulsão do Éden, qual deveria ser a nova visão do conservacionismo? Começaria por apreciar a força e a resistência da natureza e ao mesmo tempo reconhecer as muitas maneiras pelas quais dependemos dela. O conservacionismo deveria procurar apoiar e divulgar o tipo certo de desenvolvimento — um desenvolvimento projetado, ancorado em modalidades de tecnologia para aumentar a saúde e o bem-estar tanto da natureza humana quanto da natureza não humana. Em vez de execrarem o capitalismo, os conservacionistas deveriam ser parceiros das empresas num esforço baseado em ciência para integrar o valor dos benefícios da natureza em sua operação e em sua cultura. Em vez de almejar a defesa da biodiversidade pela biodiversidade, um novo conservacionismo deveria buscar melhorar os sistemas naturais que beneficiem o maior número de pessoas, especialmente

FAVELIZAÇÃO DA FLORESTA

A Rocinha, a maior favela do Brasil, no coração do Rio, avança sobre a Floresta da Tijuca: a terceira maior área verde urbana do país está ameaçada pela ocupação desordenada de suas encostas e pelo ritmo frenético da devassação promovida por seus habitantes. Há solução? Diminuir a pobreza

dessa postura o ponto fulcral do conservacionismo do século XXI. O problema está na nossa relutância, e na relutância de muitos dos ricos apoiadores do conservacionismo, em abrir mão de velhos paradigmas.

O conservacionismo precisa abarcar grupos marginalizados e demonizados, além de adotar como prioridade algo que se tornou um tabu nos últimos 100 anos: o desenvolvimento econômico para todos. O conservacionismo que conseguirmos aderindo ao desenvolvimento e à melhora do bem-estar humano quase com certeza não será o conservacionismo que foi imaginado em seus primórdios. Mas será muito mais eficaz e terá um apoio muito mais amplo em conselhos de administração de empresas e câmaras políticas, assim como em torno das mesas de cozinha.

Nada disso visa a defender a eliminação de reservas naturais ou a interrupção dos investimentos na manutenção dessas áreas. Mas temos de admitir que um conservacionismo concentrado em erguer cercas e delimitar lugares distantes, que só alguns poucos podem realmente aproveitar, é uma proposta inviável. Proteger a biodiversidade pela biodiversidade não funcionou. Proteger uma natureza dinâmica e resiliente, situada no meio de nós, não distante, que serve de sustento para as comunidades, é o caminho para avançar. De outro modo, o conservacionismo fracassará, agarrado a seus velhos mitos. ■

Peter Kareiva, conhecido como "o ambientalista inconveniente", é cientista-chefe e vice-presidente da The Nature Conservancy e membro da Academia Nacional de Ciências; Robert Lalasz é diretor de divulgação científica da The Nature Conservancy; Michelle Narvier é chefe do Departamento de Estudos e Ciências Ambientais da Universidade Santa Clara



CPI DO CACHOEIRA Perillo está cada vez mais enrolado



ESPECIAL RIO+20 O que esperar da Conferência da ONU

CartaCapital

POLÍTICA, ECONOMIA E CULTURA

www.cartacapital.com.br



ISSN 1980-4389
ANO 9 Nº 108 R\$ 9,90

Fraude na escolinha do professor Gilmar

Um ex-sócio no IDP acusa o ministro do STF de desfalque e sonegação fiscal



COM CONTEÚDO
The Economist

EDIÇÃO Nº 8 - ANO 2012 - NÃO PODE SER VENDIDA SEPARADAMENTE

CartaCapital



CartaVerde

NEGÓCIOS E SUSTENTABILIDADE



Rio+20

O que esperar da Conferência das Nações Unidas

< Rio+20, um guia

Os objetivos,
as discussões
e as apostas
da conferência

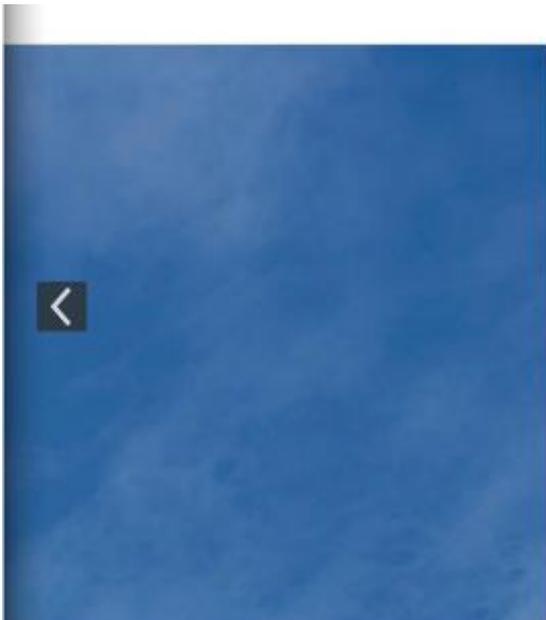
POR SÁVIO DE TARSO

< **E**M TESE, A CONFERÊNCIA Rio+20 deveria servir como mais um passo para definir a face do futuro da humanidade. Há alguns consensos globais em relação à degradação ambiental e à necessidade de redução das desigualdades. Concordâncias no atacado, mas muitas dúvidas no varejo. Desde que a conferência foi proposta pelo ex-presidente Lula, durante a abertura da Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2007, iniciou-se uma infindável série de consultas para fechar uma agenda capaz de contemplar os interesses de quase duas centenas de países participantes. Dois eixos foram definidos pela ONU para os debates no Rio de Janeiro: "A Economia Verde no Contexto do Desenvolvimento Sustentável e da Erradicação da Pobreza" e "Governança Global para o Desenvolvimento Sustentável".

A chamada economia verde é alvo de polêmica, enquanto propõe aplicar tecnologias para reduzir as emissões de carbono com a criação de empregos decentes e inclusão social, o conceito poderia servir como maquiagem para uma reforma superficial do atual modelo econômico, sem alterar substancialmente as atuais regras de mercado, sujeitas a crises periódicas e que perpetuam desigualdades.

No outro vértice está a governança global, que, diferentemente do que acontecia em 1992, encontra um campo mais fértil nos governos que atuam fortemente para superar





**Desta vez,
a sociedade civil terá
maior participação
nos debates**



crises originadas pelo excesso de desregulamentação dos mercados e diminuição do papel do Estado.

A Rio+20 conta com instrumentos novos para o debate e implantação de modelos de gestão para as mudanças de rumo necessárias, tanto na economia quanto na governança. O principal documento a ser publicado ao final da conferência, sob o expressivo título O Futuro Que Queremos, será uma declaração de intenções de quase duas centenas de chefes de Estado e de governos. Não será um tratado global com força de lei, mas uma nova bússola para o desenvolvimento da economia e da governança global. A novidade é que o documento estará na internet, em dezenas de idiomas e sendo discutido, criticado e apoiado por bilhões de seres humanos. Algo impensável em 1992.

A inexistência de um acordo forte não autoriza uma avaliação antecipada que aponte o fracasso da Rio+20. Secretário (com status de ministro) do Meio Ambiente durante a Rio 92, o professor José Goldemberg lembra que naquela conferência foi feito um grande esforço para adotar medidas mandatórias. "Um ponto muito bom foi a adoção da Agenda 21, que tem caráter parecido com o da Rio+20. É um conjunto de exortações e de propostas. Não tem metas, simplesmente delinea caminhos. A Agenda 21 não foi aprovada em 1992, os governos não votaram. Ela tornou-se um compromisso voluntário, mas curiosamente milhares de prefeitos, em todo o mundo, acabaram adotando muitas daquelas medidas e

© JONAS SOLE

avancaram em direção à sustentabilidade”, lembra o ex-ministro.

Sem mandato para voos mais ambiciosos, a Rio+20 deve gerar uma “Plataforma de Compromissos” voluntários de governos, empresas e organizações sociais, um conjunto de “Recomendações da Sociedade Civil” como resultado dos Diálogos sobre Desenvolvimento Sustentável e, finalmente, a Declaração dos chefes de Estado e de governo: O Futuro Que Queremos.

Uma inovação do governo brasileiro foi a criação de quatro dias de “Diálogos”, que devem atrair ao Riocentro até 50 mil participantes – de organizações não governamentais, empresas e movimentos sociais do mundo todo – para “gerar propostas de como a sustentabilidade pode ser aplicada a uma série de questões”, de segurança alimentar a migrações, passando pelo complexo tema da produção e do consumo sustentáveis. Os diálogos acontecem entre 16 e 19 de junho, encravados entre a Precon, conferência preparatória que de 13 a 15 reúne a alta diplomacia internacional para dar contornos finais ao documento O Futuro Que Queremos, e a cúpula de governantes propriamente dita, entre 20 e 22.

“Pela primeira vez estamos promovendo um diálogo da sociedade civil com os chefes de governo e de Estado a partir de uma pauta específica”, comemora a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. “Antes você ficava com o chefe de Estado num mundo à parte, encastelado. Agora não. Estamos colocando no cenário político o setor produtivo e a sociedade civil, mulheres, negros, todos os movimentos sociais, para debater temas estratégicos da agenda mundial.”

A mais espessa das nuvens de interesses que separa os dois mundos, sociedade e governos, resume-se a uma questão simples para os céticos da economia verde: Quem vai pagar a conta? Ao fim da rodada extra de negociações, que ocorreu de 29 de maio a 2 de junho, em Nova York, para refinar a declaração dos governantes, o secretário-geral da Rio+20, Sha Zukang, disse existir a expectativa de que os países desenvolvidos “avancem mais rapidamente pa-



PAULO FAGUNDES/UM PHOTOS

O embate continua o mesmo: quem vai pagar a conta da transição?

Força emergente. O chinês Sha Zukang, secretário-geral da conferência

ra mudar os padrões de consumo insustentáveis” e “cumpram a promessa de ajuda ao desenvolvimento”.

Era uma referência ao fato de que os 129 bilhões de dólares doados pelos países ricos, em 2010, representam menos da metade dos 0,7% do PIB que, em setembro de 2000, eles aceitaram oferecer anualmente às agências da ONU para ajudar os mais pobres a atingir em 2015 os Objetivos do Milênio (ODM), um conjunto de oito metas que devem ser alcançadas para melhorar a qualidade de vida das populações mais carentes. Já os países em desenvolvimento, segundo o diplomata chinês, “precisam evitar o modelo de crescimento convencional, baseado no uso intensivo de recursos naturais”.

A avaliação de Zukang indica que

a Rio+20 é, em essência, uma conferência que pretende estabelecer rumos para o desenvolvimento sustentável no médio e longo prazo, a despeito da urgência imposta pela confluência de crises, a ambiental, a financeira e a social. No curto prazo, os líderes dos países ricos estarão frente a frente, nos dias 18 e 19, com os governantes das oito maiores nações emergentes na reunião do G-20.

Evidentemente terão impacto na cúpula do Rio as decisões desse encontro, que acontece no México. Se a economia verde pode oferecer instrumentos para a sonhada mudança estrutural da economia global, uma fresta se abrirá nesta data, quando a maior parte dos chefes de Estado e de governo voará de Los Cabos, na Califórnia mexicana, para debater o Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro.

A diplomacia brasileira aposta que a anunciada ausência do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, e a do chanceler alemã, Angela Merkel, será amplamente compensada pela presença maciça dos emergentes – o grupo de países que mais cresceram e transformaram a economia global nas duas décadas recentes. Em consequência dessa transformação, o Brasil teria 7% dos empregos formais gerados por empreendimentos “verdes”, de acordo com estudo publicado recentemente pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) em colaboração com a Organização Internacional do Trabalho. O estudo defende que uma economia mais verde gera mais empregos.

Uma forma de facilitar o engajamento da sociedade global nos esforços para construir uma economia verde pode ser a adoção de uma proposta tomada pelo governo da Colômbia, o estabelecimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável que, a exemplo dos Objetivos do Milênio, seriam compromissos com metas, prazos e resultados definidos. Mas a crise financeira global e a diversidade de estágios das economias nacionais são barreiras que impedem os representantes de mais de 190 países chegar a um consenso, a desgastante fórmula de negociação de tratados internacionais adotada pelas



Nações Unidas. O que se espera agora, mais modestamente, é uma declaração de princípios, com prazo para negociação de metas até 2015.

Seja qual for o nível de ambição dos consensos pactuados para a implantação da economia verde com inclusão social, a governança global para o desenvolvimento sustentável também passará por uma revisão. Uma das opções em estudo, considerada modesta, mas apoiada abertamente pelo governo brasileiro, é melhorar o status do Pnuma, que hoje funciona à mercê das doações (às vezes "carimbadas" para financiar atividades específicas) de um grupo reduzido de 58 países. O programa seria transformado numa agência com mandato semelhante ao da Or-

ganização Mundial do Comércio para negociar políticas e impor sanções.

Com tantas implicações políticas e econômicas de gravidade extrema, é mais provável que surja na conferência uma proposta de criação de um Conselho do Desenvolvimento Sustentável, com suporte político da Assembleia Geral das Nações Unidas, com autonomia na formulação de diretrizes para a economia verde.

Outro tema que desperta paixões e vai emergir na Rio+20 é a substituição do conceito de Produto Interno Bruto (PIB) para medir a atividade econômica. "Você destrói uma floresta inteira, mas como existe atividade e um produto gerado, isso vai aumentar o PIB. Isso é certo?", pergunta o ex-ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho,

RICARDO OLIVEIRA



no defender o estabelecimento de uma nova métrica. "É fundamental substituir o PIB por um indicador de desenvolvimento sustentável, que além do crescimento econômico tenha indicadores de redução da pobreza e outros que sirvam para quantificar o passivo ambiental que você acaba produzindo no curso do desenvolvimento."

Outro defensor da tese de que o PIB não pode mais ser um indicador de sucesso é o economista Ladislau Dowbor, que faz uma conta simples: "Produzimos no mundo 2 bilhões de toneladas de grãos, o que equivale a 800 gramas por pessoa por dia, sem falar de outros alimentos. Se dividirmos os 63 trilhões de dólares do PIB mundial pelos 7 bilhões de habitantes da Terra, são 5,4 mil dólares por mês por família de quatro pessoas. Isso é muito longe da do sucesso de desenvolver a capacidade de sustentar vidas dignas e qualidades de vida para os habitantes da Terra. E lembra: "Essa conta foi feita para os atuais 7 bilhões de seres humanos, mas em 2050 devemos ser 9 bilhões".

Por trás de todo o debate às vésperas da Rio+20, na fronteira do conceito de economia verde encontra-se o paradoxo entre os limites de um planeta finito e as possibilidades de superação das crises que a inovação tecnológica proporciona. "Até hoje, todas as previsões de catástrofes iminentes ou quase iminentes foram superadas por revoluções tecnológicas", pondera Goldemberg. "Um dos problemas mais agudos, o do suprimento de energia limpa, seguramente tem solução porque há uma fonte inesgotável, o Sol. Nós a estamos usando apenas parcialmente, com a eólica e as células fotovoltaicas, que são energias solares."

Goldemberg alerta, no entanto: "As revoluções tecnológicas não resolvem o problema da equidade, o problema de atender às necessidades dos mais pobres sem provocar a reação adversa dos mais ricos". Talvez seja esse o sintoma mais agudo de decadência de um sistema, que o também físico Fritjof Capra identificou como ponto de mutação para uma nova ordem na sociedade humana. ●